



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS  
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

# **“O pedaço de outro mundo que caiu na Terra”:**

***As formações discursivas acerca do  
meteorito de Bendegó do Museu  
Nacional***

**SABRINA DAMASCENO SILVA**

**UNIRIO / MAST - RJ, Fevereiro de 2010**

**Sabrina D.  
Silva**

**“O Pedaco  
de outro  
mundo que  
caiu na  
Terra”:**

*As  
formações  
discursivas  
acerca do  
meteorito de  
Bendegó do  
Museu  
Nacional*

**UNIRIO-MAST**

2010

# “O PEDAÇO DE OUTRO MUNDO QUE CAIU NA TERRA”:

## AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS ACERCA DO METORITO DE BENDEGÓ DO MUSEU NACIONAL

por

**Sabrina Damasceno Silva,**  
*Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio  
Linha 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento*

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Museologia  
e Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor José Mauro  
Matheus Loureiro  
Co-Orientador: Thereza de Barcellos  
Baumann

UNIRIO/MAST - RJ, Fevereiro de 2010

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

# **“A pedra de outro mundo que caiu na Terra”:**

**As formações discursivas acerca do meteorito de Bendegó  
do Museu Nacional**

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

### ***Aprovada por***

**Prof. Dr. Vitor Manuel Fonseca - Arquivo Nacional / UFF**

**Prof. Dr. Marcus Granato - MAST**

**Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro – (Orientador) UNIRIO**

**Prof. Dr. Thereza de Barcellos Baumann – (Co-Orientadora) Museu  
Nacional**

***Rio de Janeiro, 2010.***

Silva, Sabrina Damasceno.

"O Pedaco de outro mundo que caiu na Terra": as formações discursivas acerca do meteorito de Bendegó do Museu Nacional / Sabrina Damasceno Silva. 2010.

147 f. : il. ; 30 cm.

Orientadores: Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro.  
Dr. Thereza de Barcellos Baumann.

Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio)-  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu  
de Astronomia e Ciências Afins/Programa de Pós-Graduação  
em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2009.

Bibliografia: f. 120.

1. Formações Discursivas. 2. Meteorito de Bendegó.3.  
Museu Nacional. I. Loureiro, José Mauro Matheus. II.  
Baumann, Thereza. III. Universidade Federal do Estado do  
Rio de Janeiro. *Programa de Pós-graduação em Museologia  
e Patrimônio*. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins  
(*Brasil*). IV. Título.

CDU -

*Para minha mãe Maria Regina,  
Por seu amor incondicional, suporte  
e por acreditar em mim muitas vezes  
mais do que eu mesma.*

*Sem algumas pessoas essa dissertação jamais se concretizaria. Gostaria de agradecer profundamente ...*

*...ao Professor José Mauro Matheus Loureiro, orientador incansável e amigo, pelo apoio incondicional, dedicação extrema, exemplo profissional e por acreditar sempre em mim;*

*... à Professora Thereza Baumann, pela orientação e amizade, pelo incentivo constante e exemplo profissional;*

*...à Professora Suely Ceravolo, pela aplicação e sugestões valiosas;*

*... ao Professor Marcus Granato por sua dedicação, gentileza e solidariedade;*

*...à Professora Moema Vergara, pela atenção e sugestões desde a primeira disciplina;*

*... ao Professor Vitor Fonseca por sua colaboração*  
*;*

*...ao Professor Márcio Rangel por sua gentileza;*

*...à todos os professores e funcionários do PPG-PMUS;*

*...à Maria Lúcia Loureiro, pela amizade, compreensão, apoio incondicional, incentivo e carinho;*

*...à Edina Martins, Marilene Alves, Raquel Lima e todos que integram o Setor de Museologia do Museu Nacional e que estiveram sempre ao meu lado, me apoiando e auxiliando durante essa caminhada;*

*...à Silvia Moura, Maria José Veloso e todos os colegas da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional pelo inestimável e incondicional apoio durante as pesquisas;*

*...à professora Elizabeth Zuccolotto do Departamento de Geologia do Museu Nacional por seu auxílio;*

*... aos colegas da Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins por seu incentivo e solidariedade;*

*... aos amigos Carlos Eduardo Holetz, Daniel Vianna de Souza e Gustavo Fernandes por também serem minha família, por seu suporte e carinho em todos os momentos;*

*... à Glauco, Fátima, Enzo, Dagmar, Paulo, Zely, Carlos Roberto, minha família, pelo apoio e por compartilharem comigo essa jornada...*

*A todos, muito obrigada!*

*“Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível”. (Michel Foucault)*

## **RESUMO**

SILVA, Sabrina Damasceno. “O pedaço de outro mundo que caiu na Terra”: as formações discursivas acerca do meteorito de Bendegó.

Orientador: José Mauro Matheus Loureiro. Co-Orientador: Thereza de Barcellos Baumann. UNIRIO/MAST. 2010. Dissertação.

Esta dissertação adota o conceito de discurso desenvolvido por Michel Foucault para analisar as formações discursivas elaboradas a partir do Meteorito de Bendegó, encontrado em 1784 no interior do sertão da Bahia e transportado para o Museu Nacional em 1888. Analisa as singularidades dos Museus de História Natural Nacionais estruturadas a partir da dicotomia entre as categorias “Natureza” e “Cultura”, em especial as que se referem ao Museu Nacional. Busca entender sua contribuição na institucionalização das Ciências Naturais no país e na elaboração de formações discursivas científicas e científicas – voltadas para a estruturação de um Discurso onde a ciência é construída como verdade – acionadas na consolidação da idéia de “nação brasileira”, analisadas a partir das conceituações de Benedict Anderson como uma “comunidade política imaginada”, onde as instituições teriam um papel na imaginação de um passado comum. As heterogêneas formações discursivas acerca do meteorito de Bendegó são apresentadas como elementos representativos dos acionamentos discursivos estruturados pelo Museu Nacional no processo de construção da idéia de “nação”.

Palavras-chave: Formação Discursiva; Meteorito de Bendegó; Museu Nacional; Nação.

## ***ABSTRACT***

SILVA, Sabrina Damasceno. "The piece stone from other word that fell on Earth": discursive formation elaborated about Bendegó meteorite of National Museum.

Advisor: José Mauro Matheus Loureiro. Co-Advisor: Thereza de Barcellos Baumann. UNIRIO/MAST. 2008. Dissertation.

This dissertation adopts the concept of discourse how it was developed by Michel Foucault to analyze the discursive formation elaborated about Bendegó meteorite, founded in 1784 at the province of Bahia interior and removed to National Museum in 1888. Analyzes the singularities of national natural history museums structured by means of dichotomy between the categories "Nature" and "Culture", specially the relatives to the National Museum. Search to understand the contribution of this museum in the institutionalization of Natural Science in the country and in the elaboration of scientificized and scientificizing discourse formation – emphasized in the Discourse structuration where science is constructed as truth – actuated in the idea of "brazilian nation" consolidation, analyzed by means of Benedict Anderson concepts of "imagined political community" where the institutions have a paper in the imagination of a common past. The heterogeneous discursive formation about Bendegó meteorite are presented as representative elements of discursive actuation structured by National Museum in the process of construction of "nation idea".

Keywords: Discursive Formation; Bendegó Meteorite; Nacional Museum; Nation.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:**

**IHGB** - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

**SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**SGRJ** – Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	12
Cap. 1 O CONCEITO DE “DISCURSO” EM MICHEL FOUCAULT	18
Cap. 2 MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL: MUSEALIZAÇÃO DA NATUREZA E CULTURA NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA ACERCA DA NAÇÃO	32
2.1 – UMA NOVA FORMA DE ENTENDER O MUNDO	33
2.2 - REPRESENTAÇÕES DAS CATEGORIAS “NATUREZA” E “CULTURA”: OS PROCESSOS DE MUSEALIZAÇÃO	44
2.3 - MUSEUS DE HISTÓRIA NATURAL COMO ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO DA NAÇÃO	50
Cap. 3 O PEDAÇO DE OUTRO MUNDO QUE CAIU NA TERRA: O METEORITO DE BENDEGÓ	59
3.1 - NOÇÕES ACERCA DE METEORITOS	60
3.2 - O TRANSPORTE: TENTATIVAS E A CHEGADA AO RIO DE JANEIRO	62
Cap. 4 A INCORPORAÇÃO DO METEORITO DE BENDEGÓ AO ACERVO DO MUSEU NACIONAL	84
4.1 – O METEORITO DE BENDEGÓ DO MUSEU NACIONAL	85
4.2 – O RETORNO PARA O <i>HALL</i> : INSERÇÕES EXPOSITIVAS ATUAIS	104
CONSIDERAÇÕES GERAIS	112
REFERÊNCIAS	120
ANEXOS	130

# INTRODUÇÃO

As coleções do Museu Nacional podem ser utilizadas como fontes para reflexões acerca das “formações discursivas” - tal como desenvolvidas teoricamente por Foucault - estruturadas nesse museu. A opção pelo Meteorito de Bendegó, um desses possíveis exemplos, foi influenciada por meu exercício profissional no museu, período em que tive a oportunidade de integrar a equipe do “Setor de Museologia” em um momento em que a instituição passava por uma série de reformas expositivas.

As diferentes possibilidades temáticas a serem desenvolvidas, bem como os processos de escolhas e elaborações narrativas relativos à implantação de exposições de longa duração fizeram parte do cotidiano vivenciado. No caso do meteorito de Bendegó, meu interesse foi suscitado a partir da estruturação de uma exposição temporária intitulada “Memórias de Visitantes”, onde a imagem do cientista Albert Einstein ao lado do ‘Bendegó’ foi utilizada<sup>1</sup>.

Nesta exposição foram apresentadas narrativas de diversos visitantes e suas percepções acerca da instituição desde sua fundação até o final do século XX. Na vitrine que correspondia à visita do renomado cientista, uma foto ao lado do meteorito registrava sua passagem pelo museu, mas em suas anotações, outras peças do acervo lhe geraram mais interesse, como por exemplo, um esqueleto de cobra. A partir dessas informações surgiram perguntas tais como: por que sua passagem foi registrada ao lado dessa peça? Que formações discursivas estão relacionadas com este fato? A que conceito de discurso podem ser relacionadas? Por que diversos outros visitantes foram registrados no mesmo local?

Dois anos depois, integrei a equipe que coordenou o transporte do meteorito de volta para o *hall* de entrada do museu. Outras questões surgiram, como por exemplo: por que em determinado momento o meteorito foi retirado desse espaço e inserido em uma narrativa expositiva somente acerca de meteoritos? Por que a decisão de deslocá-lo novamente para o *hall* do museu? Essas questões deram início às reflexões que propiciaram, por meio de pesquisas e aprofundamentos, a elaboração deste estudo.

---

<sup>1</sup> A primeira parte do título desta dissertação, “O pedaço de outro mundo que caiu na Terra”, foi retirada da manchete de uma reportagem do Jornal Correio da Manhã de 6/11/1888 acerca do meteorito de Bendegó e encontrada pela equipe do Arquivo do Museu Nacional durante as pesquisas para a exposição “Memória de Visitantes”.

O meteorito de Bendegó foi encontrado em 1784, no interior da Bahia, e somente após duas tentativas de locomoção foi transportado para o Rio de Janeiro e incorporado às coleções do Museu Nacional em 1888.

Na década de 1890, foi transportado para a nova sede do museu no Paço de São Cristóvão - antiga residência Imperial – e passou a ocupar o *hall* de entrada das exposições. Um recibo da contratação do serviço de confecção de duas bases de concreto para meteoritos datado de junho de 1950 nos permite pensar que o Bendegó foi transportado para uma sala dedicada à Meteorítica nas reformas expositivas no decorrer da década de 1950, porém até o presente momento não foram encontrados documentos acerca da data precisa desta transferência. No ano de 2005, foi novamente conduzido ao mesmo *hall* sobre suas bases originais.

Museus são espaços essencialmente interdisciplinares e integrantes da construção de narrativas acerca da memória, identidade, patrimônio e nação. Suas coleções e exposições podem ser compreendidas como instrumentos de representação de diferentes contextos históricos, sócio-culturais e ideológicos. Ao serem integrados às coleções museológicas, os objetos são submetidos a diferentes processos de re-significação, “pedaços do mundo físico” que são caracterizados por meio da agregação de valores culturais (PEARCE, 1994 p.9). Uma das funções essenciais das instituições museológicas é, portanto, a de construir narrativas expositivas de modo que esses vestígios e fragmentos formem conjuntos significativos e contribuam para a elaboração de uma rede de sentidos.

Os objetos musealizados são elementos que, ao serem incorporados às coleções e inseridos em uma exposição, buscam representar espaços, tempos, contextos e fenômenos naturais dos diversos grupos sociais. Aqui neste estudo enfatizamos o acionamento das formações discursivas acerca do meteorito de Bendegó do Museu Nacional nos discursos utilizados na construção da idéia de uma “nação brasileira”.

Os museus são instituições que possuem suas origens associadas ao fenômeno do colecionismo e possuem nos gabinetes de curiosidades suas origens. Alguns dos aspectos básicos de seu perfil, consolidados ao longo dos séculos XVIII e XIX, ainda se mantêm até os dias atuais. Espaços museológicos de história natural, como o Museu Nacional,

contribuíram para a institucionalização das ciências naturais no Brasil. Por serem instituições de produção, preservação e disseminação de conhecimentos científicos gerados localmente a partir de pressupostos universais, contribuíram para uma ordenação do mundo natural, característica estruturante da história natural.

Associado com as iniciativas européias de constituição da história natural enquanto ciência moderna (LOPES, 1993), o Museu Nacional foi fundado em 1818 e desde então recebeu como missão auxiliar no conhecimento e estudo das ciências naturais no Brasil. Aprofundamentos acerca desse museu nos permitem compreender sua contribuição, por meio da elaboração de formações discursivas a partir de suas coleções, para a legitimação de discursos sobre a nação brasileira.

Refletir acerca da estruturação de discursos nos permite perceber aquilo que numa dada época recorta um campo de saber possível e em que podem se sustentar como verdadeiro (FOUCAULT, 1999). Este estudo se baseia na proposta de entendimento de uma “ordem do discurso” composta de uma parte crítica - ligada aos sistemas de recobrimento dos discursos e buscando detectar seus princípios de ordenamento e exclusão – e de uma parte genealógica focada nas séries de formação efetiva dos discursos (FOUCAULT, 2009).

Ao entendermos que instituições, aqui incluídos os museus, exercem sobre as formações discursivas um poder de coerção onde a única verdade que conhecemos seria aquela oferecida por estes estabelecimentos, sua participação na construção da idéia de nação se faz relevante. O papel dos museus no processo de consolidação das nações, aqui entendidas segundo Benedict Anderson (1989) como uma “comunidade política imaginada”, é visto como uma estratégia na construção de um patrimônio que garanta os vínculos com um passado imaginado.

A dissertação é norteada por características interdisciplinares que buscaram instrumentalizar as concepções de Michel Foucault acerca do discurso refletindo sobre as formações discursivas estruturadas a partir do meteorito de Bendegó, em especial a partir de sua incorporação às coleções do Museu Nacional.

Para tal fim, utilizou-se uma abordagem de cunho qualitativo, que apresenta, dentre outras, as seguintes características: o foco do estudo centrado na compreensão e descrição do fenômeno das mudanças; o pesquisador como instrumento chave na coleta e análise dos dados e o ambiente natural como fonte direta dos dados (Merriam, 1998).

Minayo (1992) acrescenta que nessa metodologia o problema fundamental está no fato de que, sendo o ser humano e a sociedade o objeto do conhecimento, este se recusa a se revelar apenas nos números ou a se igualar com sua própria aparência. O estudioso se encontrará no dilema de contentar-se com a problematização do produto humano objetivado ou ir em busca dos significados da ação humana que constrói a história. Quanto aos procedimentos metodológicos, foram realizadas uma revisão de literatura e uma pesquisa documental sobre o meteorito de Bendegó a partir de sua incorporação às coleções do Museu Nacional nas fontes disponíveis no Arquivo do Museu Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins, na página virtual do *Center for Research Libraries* e na Biblioteca Nacional.

Em função das singularidades e da abrangência do Museu Nacional como objeto empírico, acreditamos que a delimitação temática referente ao Meteorito de Bendegó permitiu a reflexão acerca dos acionamentos discursivos operados nas instituições museológicas. Por ser uma instituição criada em 1818 e possivelmente um dos elementos integrantes da criação da nacionalidade brasileira, acreditamos que os estudos acerca de suas coleções e exposições suscitarão elaborações produtivas para as formulações sobre os patrimônios brasileiros.

A dissertação encontra-se dividida em introdução, quatro capítulos e considerações gerais. No primeiro capítulo são apresentados o conceito de discurso contido na obra de Michel Foucault, em especial os processos de construção de “formações discursivas” e suas condições de emergência. O segundo capítulo versou acerca das singularidades dos processos de musealização das categorias “Natureza” e “Cultura” nos museus de história natural, bem como, sobre a constituição desses espaços como locais de representação da nação.

O terceiro capítulo apresentou os heterogêneos discursos acerca do meteorito de Bendegó a partir de sua trajetória no tempo e no espaço. O quarto capítulo refletiu sobre a incorporação do aerólito ao acervo do Museu Nacional, enfatizando sua inserção nos discursos e contextos institucionais e, em um segundo momento, analisou seu recente realocamento no *hall* de entrada das exposições deste museu. As considerações gerais buscaram perceber os diferentes acionamentos das formações discursivas elaboradas a partir do meteorito de Bendegó no processo de construção da idéia de nação brasileira.

## **CAPÍTULO 1**

# **O CONCEITO DE “DISCURSO” EM MICHEL FOUCAULT**

(...) estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que lhe advém (Michel Foucault, 1970).

Para os fins desse estudo o conceito de “discurso” tal como desenvolvido por Michel Foucault é adotado como um instrumental para a análise dos processos de construção discursiva acerca do meteorito de Bendegó. Dentre as possibilidades conceituais de aprofundamento, optamos por um olhar fundamentado nas definições contidas em sua obra, que não se ateuve a um campo específico do saber, estabelecendo diálogos e inter-relações com os diversos campos das ciências humanas.

Neste capítulo são apresentados os processos de formação discursiva, suas diferentes condições de emergência, bem como, sua oposição à unicidade das narrativas históricas focando nas dispersões e diversidades. Serão apresentados ainda os princípios destacados em “A ordem do Discurso”, obra que nos propõe uma “ontologia histórica em nossas relações com a verdade” (REVEL, 2005 p. 52), bem como o entendimento das funções normativas e reguladoras do discurso.

No desenvolvimento do conceito de “discurso”, Foucault utiliza dois métodos de análise: o “arqueológico” e o “genealógico”. O primeiro é resultado de um processo, também histórico, que se estrutura a partir das questões do homem. Seu ponto de partida foram as reflexões acerca da Epistemologia, área voltada para a reflexão sobre a produção de conhecimentos científicos e que tem por objetivo avaliar a ciência do ponto de vista da sua cientificidade. Na perspectiva epistemológica, a ciência é um discurso normativo e normatizado, lugar da verdade e, como tal, instauradora de racionalidade (MACHADO, 1981 p. 9). A “genealogia”, por sua vez, seria a análise dos saberes, pretendendo explicar sua existência e suas transformações situando-os como peças de relação de poder, ou incluído em dispositivos políticos. (Id p. 187).

O entendimento dos princípios “arqueológicos” na obra foucaultiana requer apresentar os princípios da epistemologia, em especial os investigados

por Georges Canguilhem<sup>2</sup>, que se baseavam em uma filosofia que tematizava a questão da racionalidade através da ciência. A arqueologia produziu um deslocamento em relação à epistemologia, já que esta se pretende uma crítica da própria idéia de racionalidade, estabelecendo sua especificidade enquanto “história dos discursos”.

A ciência moderna seria, segundo Canguilhem, essencialmente um discurso, um conjunto de proposições articuladas sistematicamente, uma produção cultural, uma construção voltada para um tipo específico de discurso que tem como pretensão a verdade. O autor sublinha a necessidade de não esquecermos que a ciência tem uma história, é um processo, um devir, mas seu progresso se estrutura a partir de descontinuidades e rupturas sucessivas.

Se a ciência é uma teia de elementos e conceitos em tempos heterogêneos, a história das ciências então deve ser a história da formação, deformação e retificação dos conceitos científicos, só devendo ser julgada a partir de seus próprios discursos, os quais definem sua atualidade e finalidade a partir do presente, sendo sua verdade sempre provisória.

Enquanto a história epistemológica situou-se no nível dos conceitos científicos, investigando a produção da verdade na ciência, a história estruturada a partir dos princípios “arqueológicos” abandonou a questão da cientificidade buscada pelo projeto epistemológico para realizar uma reflexão sobre as ciências do homem enquanto saberes, abandonando a ciência como objeto privilegiado para realizar uma análise conceitual e não factual dos discursos (Ibidem. p. 12)

Se a história epistemológica investiga a produção da verdade na ciência, a história arqueológica estabelece inter-relações conceituais de saberes, tentando estruturar uma ordem temporal de recorrências a partir da racionalidade científica atual, realizando assim uma história dos saberes. A riqueza do método arqueológico consiste justamente em ser um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem enquanto saberes, investigando

---

<sup>2</sup> Seu objeto de estudo pode ser denominado como “ciências da vida”: biologia, anatomia, fisiologia e patologia, visando uma problematização filosófica do tipo de racionalidade das ciências. A epistemologia pode ser definida como uma investigação sobre os procedimentos de produção do conhecimento científico. Suas principais definições estão contidas em sua obra de 1968 “*Etudes d’histoire et de philosophie des sciences*”. (MACHADO, 1981, p. 17).

suas condições de existência por meio do que foi dito, como e por quem foi dito (Ibidem, p. 10).

Como não se pode encontrar uma unidade metodológica nas obras de Foucault, cada uma é diferente da anterior, a “arqueologia” pode ser caracterizada pela variação constante de seus princípios. Em um primeiro momento, na obra “A História da Loucura”<sup>3</sup>, a investigação arqueológica não privilegiará o discurso científico. Em “As Palavras e as Coisas”<sup>4</sup>, entretanto, o objetivo será realizar uma arqueologia das ciências humanas permanecendo no âmbito do discurso, estabelecendo suas propriedades intrínsecas, entendendo que os saberes devem ser analisados a partir de seu próprio presente ou futuro atual (Ibidem, p. 125)

Se as palavras instituem as coisas, e as linguagens se colocam em movimento pelos discursos, são esses discursos – nesse livro formadores dos saberes da época clássica até a moderna – que instituem os objetos de que falam (GRANGEIRO, 2009). Em “As palavras e as Coisas” são estabelecidos os códigos fundamentais de uma cultura como regentes de sua linguagem, seus esquemas perceptivos, trocas, técnicas e valores, enquanto as teorias científicas explicam por que há uma ordem geral e não outra (FOUCAULT, 1999, p. 10).

No século XVI a linguagem será uma escrita para novos discursos que integram a mesma rede arqueológica a que pertencem os conhecimentos das coisas da natureza. No século XVIII, por sua vez, haverá uma nova configuração com a inserção da natureza em uma ordem científica, buscando um discurso universal, onde o saber é colocado em uma ordem única (Ibidem, p. 96). Foucault apresenta a ligação do discurso com a estruturação da linguagem, onde o discurso então será visto não só como a representação das palavras (o que elas designam/ o que dizem), mas sua capacidade de derivação, desvio, retórica (Ibidem, p. 113).

---

<sup>3</sup> Obra publicada em 1961 iniciando a série das análises históricas denominadas “arqueológicas” para que fossem distinguidas da história das ciências e das idéias. A argumentação do livro é organizada a fim de dar conta da situação da “loucura” na Modernidade, o que nesse período dirá respeito fundamentalmente à psiquiatria. Seu objetivo é estabelecer as condições históricas de possibilidade dos discursos e das práticas que dizem respeito ao louco considerado como doente mental (ibidem. p. 57-58)

<sup>4</sup> Obra publicada em 1966 e que traz a formulação da idéia de saber como um nível específico de análise, constituindo uma positividade com critérios independentes e anteriores à ciência (ibidem. p. 84)

Na parte correspondente aos estudos do discurso na história natural, ainda em “As palavras e as coisas”, Foucault apresenta o conceito de “*a priori* histórico”, aquilo que numa dada época recorta um campo de saber possível e em que se pode sustentar um discurso reconhecido como verdadeiro. A arqueologia seria então, a análise dos saberes a partir dos diferentes “*a priori* histórico”.

Em sua obra intitulada “Arqueologia do Saber”<sup>5</sup>, surgem as questões acerca da organização do discurso – trata-se de um grupo de enunciações heterogêneas em coexistência no interior de uma disciplina – e da unidade do discurso que não é definida pelo objeto a que se refere, mas pelas construções do que se afirma a seu respeito. Deve-se partir de uma descrição dos acontecimentos discursivos para chegar até as unidades que os estruturam, sendo então possível refletir sobre sua formação, seus direitos de reivindicar o domínio que as especifique no espaço e uma continuidade que as individualize no tempo, sob que leis elas se formam, sobre o pano de fundo de que acontecimentos discursivos elas se recortam e se não são efeito de unidades mais consistentes (FOUCAULT, 2007, p. 29).

Os discursos, como esclarece Foucault, são uma dispersão em virtude de sua formação a partir de elementos que não se encontram ligados, sendo a análise arqueológica constituída pela busca de uma regularidade entre os elementos do discurso. Nesse processo, o autor propõe o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos que são a condição de sua existência. Estas são denominadas como “regras de formação”, sendo sua função explicar como os discursos aparecem e se distribuem no interior de um conjunto. Essas regras disciplinam os objetos, tipos enunciativos, conceitos e temas, caracterizando o discurso como regularidade e delimitando o que o autor estabelece como “formação discursiva” (MACHADO, 1981, p. 172).

As formações discursivas são constituídas pela definição de regularidades, tais como ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações entre objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas advindas de um sistema de dispersão. Devem ser vistas sob a

---

<sup>5</sup> Publicado em 1969, se diferencia dos anteriores por não ser mais uma pesquisa histórica, mas uma reflexão acerca das categorias de análise encontradas em sua pesquisa (ibidem, p. 159-160)

perspectiva da descontinuidade, apontando para a possibilidade de se encontrar regularidades nessa dispersão, levando diretamente à questão da posição do sujeito dessas e nessas formações (GRANGEIRO, 2009).

Estabelecendo uma comparação entre as análises do pensamento e do campo discursivo, a primeira será vista sempre como alegórica em relação ao discurso que utiliza – o que se dizia no que estava dito – enquanto a segunda é orientada para compreender o enunciado na singularidade de sua situação. “O enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2007 p. 31).

Para que os discursos, como dispersão, possam ser descritos como regularidade, é necessário que as regras de formação de um discurso sejam determinadas em quatro níveis ou feixes:

O primeiro seria referente aos objetos, relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objeto de um discurso e constituindo assim suas condições de aparecimento.

O segundo nível seria o dos tipos enunciativos, onde a descrição da coexistência de diversas formas nos levaria à articulação de diversos e heterogêneos enunciados. Analisar um discurso seria também determinar as regras que tornam possível a existência de enunciações diversas.

O terceiro nível relacionado às regras que formam um discurso diz respeito aos conceitos, considerando as regras que propiciam seu aparecimento e transformação, definindo como elas podem ser relacionadas em um sistema comum.

No quarto nível, que diz respeito aos temas e às estratégias, focam-se as escolhas realizadas em que os discursos estão inseridos. Esses quatro níveis, ou feixes, estão relacionados entre si e formam um único sistema, que caracteriza os discursos. Dependentes verticalmente nos dois sentidos, não há privilégio entre eles (MACHADO, 1981).

Ao definir as regras de formação discursiva nesses feixes, o que a arqueologia procura descrever é um saber. A ciência não é propriamente o objeto de estudo da análise arqueológica e sim o saber que “não está investido apenas em demonstrações, ele também pode ser encontrado em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas (...)” (FOUCAULT, 2007 p. 239).

Os “discursos”, como definidos pela análise arqueológica, podem ser considerados um conjunto de enunciados, descritos pelas “formações discursivas”, sendo estes o elemento último da decomposição de um discurso.

Em “Arqueologia do Saber” o autor exemplifica os enunciados que precisam ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data, como descrições, narrações biográficas, demarcações, interpretação de signos, verificações experimentais apresentando questões que podemos fazer acerca dos discursos: Quem fala? Quem é seu titular? Qual *status* dos que têm o direito de proferir discurso? Quais são os lugares institucionais de onde se obtém o discurso? (FOUCAULT, 2007, p. 59) Essas questões possibilitam observar a dispersão, os diversos *status*, lugares, posições que se pode ocupar ou receber quando se exerce um “discurso”.

Sistemas de “formação do discurso” residem nele próprio, compreendendo um feixe complexo de relações que funcionam como regra, bem como um esquema de correspondência entre diversas séries temporais, não se constituindo como sua etapa final. O que se analisa não são as etapas terminais do discurso, mas os sistemas que tornaram possíveis as formas sistemáticas últimas (Ibidem p. 85).

Nesse sentido, é possível denominar como “discurso” um conjunto de enunciados na medida em que se apóiem na mesma “formação discursiva”, devendo ser considerados como práticas voltadas para os aspectos discursivos definidos como um

(..) conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007, p. 133).

Discursos podem ser vistos como práticas discursivas na medida em que relacionam a língua com “outra coisa”, na relação que se dá no uso da linguagem (CORDEIRO, 1995).

O método arqueológico interroga então o já dito no nível de sua existência, da função enunciativa que nele se exerce e da formação discursiva a que pertence. Os discursos são então descritos como práticas especificadas no elemento que Foucault denominará como arquivo, baseadas nos sistemas

que se formam na densidade das práticas discursivas e instauram os enunciados como acontecimentos e coisas (FOUCAULT, 2007, p. 147-148).

Não possuindo apenas um sentido, ou uma verdade, mas uma história específica, “discursos” podem ser definidos enquanto práticas que obedecem a regras. Para Foucault, a questão é estabelecer sua definição em sua especificidade, mostrar como essas regras são irreduzíveis a qualquer outra.

A análise arqueológica deve estar atenta para as contradições que integram a própria formação discursiva, focando para as oposições que devem ter seus diferentes níveis e papéis descritos. A análise comparativa nesse método se destina a repartir a diversidade dos discursos em figuras diferentes, gerando um efeito multiplicador, permitindo seu aparecimento entre as formações discursivas e os domínios não discursivos, tais como: instituições, acontecimentos políticos, práticas, processos econômicos, dentre outros.

Esta mesma análise comparativa permitiria ainda revelar que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que possuem sua própria historicidade e se encontram relacionados com um conjunto de historicidades diversas. A ordem dos enunciados dentro da perspectiva arqueológica não reproduz necessariamente uma ordem de sucessões.

A arqueologia tenta mostrar como se entrecruzam as relações sucessivas e as não sucessivas, suspendendo o entendimento das sucessões como um absoluto em que o discurso estaria submetido. Tal como este método o entende, o discurso é uma prática que possui suas próprias formas de encadeamento e de sucessão.

Este método analítico entende que os discursos não sejam formados por uma série de acontecimentos homogêneos, mas por diversos planos de acontecimentos possíveis no que tange aos enunciados, suas formas de emergência, bem como, o aparecimento de objetos de estudo e derivação de novas regras de formação.

Foucault alerta para a inutilidade de se formular, acerca de determinadas formações discursivas, questões como: Quem é o autor? Quem falou? Esperando que uma nova positividade se apresente como uma frase nova. O que se faz necessário é definir em que consistem essas modificações inseridas nos discursos, já que o surgimento de novas positividades pressupõe transformações.

Analisar positivamente é mostrar segundo que regras uma prática discursiva é indispensável à constituição de uma ciência e também um espaço onde o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso. A arqueologia percorre uma relação entre prática discursiva, saber (conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência) e ciência (FOUCAULT, 2007, p. 157).

Um dos questionamentos trazidos na obra “Arqueologia do Saber”(1969) refere-se ao estatuto do documento para a história, já que ele não deve ser tratado como signo a ser interpretado para revelar algo através dele, nem como matéria inerte por meio da qual a história busca reconstituir o que os homens disseram ou fizeram. O que se procura é tratar os documentos como monumentos, em sua espessura própria, na materialidade que os caracteriza, buscando pelo método arqueológico, analisar a história dos discursos considerados como monumentos (MACHADO, 1981, p. 171).

“Discursos” sob esse prisma são vistos como essencialmente históricos e não se pode analisá-los fora do tempo em que se desenvolvem, buscando como resposta mostrar “como era possível para homens, no interior de uma mesma prática discursiva, falarem de objetos diferentes” (FOUCAULT, 2007, p. 234).

Podemos destacar que a “arqueologia” caracterizou a pesquisa de Foucault até a década de 1970, operando com diferentes dimensões (filosófica, econômica e científica) para obter as condições de emergência dos discursos de saber. Os discursos se concentram, por meio de recortes históricos precisos, em como determinados objetos que emergem em certos momentos se relacionam, buscando por meio de um corte horizontal identificar como os acontecimentos discursivos se ligam aos saberes locais e ao poder em uma articulação histórica (REVEL, 2005, p. 16-17).

O trabalho concernente aos princípios arqueológicos visava trazer à tona a descontinuidade na história dos discursos, compreender o surgimento e as transformações dos saberes e, para realizar essa tarefa, apresentava como meta a realização de uma análise dos discursos, já que os saberes só podem ser compreendidos pelos discursos que o expressam (VANDRESEN, 2009, p. 78).

Dentro de seus métodos de estudo, Foucault trabalhou com o par discurso /linguagem. Este par foi mais tarde, de certa forma, substituído pelo par discurso/fala em “A Ordem Discurso”<sup>6</sup>, aula ministrada no “Colége de France” em 1970. Esta obra é considerada, para fins de estudo, como uma transição entre os métodos “arqueológicos” e o “genealógico”. Neste livro é demonstrado como o “discurso” passa por certo número de ordenações, como em todas as sociedades a sua produção não é espontânea e como aos sujeitos do discurso é imposto um conjunto de regras que definem o que pode ou não ser dito levando em consideração que

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada, redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2009 p. 8-9).

A instância do discurso é apresentada como resultado de questões acerca das diversas práticas restritivas da palavra como: o que pode ser dito? O que pode ser dito de verdadeiro? O discurso passa a ser mais do que algo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder que queremos nos apoderar.

Os três grandes sistemas de exclusão que atingem os discursos são “a palavra proibida”, a “segregação da loucura” e a “vontade de verdade”. Esta última, apesar de ter atravessado tantos séculos de nossa história, é cada vez menos discutida “como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade” (FOUCAULT, 2009, p. 19). Porém a razão reside no fato de que

se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo senão o desejo de poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e liberta do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante

---

<sup>6</sup> Publicada em 1971, esta obra é considerada como uma ligação entre obras como “ História da loucura”, “As palavras e as coisas”, “A Arqueologia do Saber” e “Vigiar e Punir”. Apresenta as relações entre as práticas discursivas e os poderes que a permeiam (FAÉ, 2004 , p. 410).

tempo, é tal que a verdade que ele quer não pode deixar de mascarar-la. (FOUCAULT, 2009. p. 20)

Essa “vontade de verdade” é vista como um sistema de exclusão do discurso e se caracteriza por ser um tipo de separação historicamente construída. Exerce sobre os discursos um poder de coerção, pois delimita através de um conjunto composto por livros, bibliotecas e textos o que pode ou deve ser dito (MESQUITA, 2008).

A única verdade então que conheceríamos seriam aquelas oferecidas pelas instituições e aceitas como inquestionáveis, excluindo aqueles que com elas não concordam, em função de que nem todas as partes do discurso são abertas para todos os sujeitos que falam.

Os “discursos” constituem práticas descontínuas, não possuem uma significação prévia e acabada e são configurados por procedimentos de controle e delimitação dos sistemas que se baseiam em procedimentos externos – relatados e definidos por sistemas de exclusão que cumprem funções estratégicas de identificação e análise das condições de possibilidade para a valorização do discurso como verdade - e internos que regulam o discurso de dentro, através da classificação, seleção, ordenação e distribuição. Os procedimentos internos são o “comentário”, o “autor” e a “disciplina”. Acerca do primeiro, Foucault reflete:

Não há sociedades onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza . (...) pode-se supor que exista muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas (...); e os discursos que estão na origem de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja (...) discursos que são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. (...) Não há, de um lado, a categoria dada uma vez por todas, dos discursos fundamentais ou criadores; e de outro, a massa daqueles que repetem, glosam e comentam. Muitos textos maiores se confundem e desaparecem, e por vezes comentários vêm tomar o primeiro lugar. (FOUCAULT, 2009, p. 22-23)

O segundo procedimento consiste no “autor”, visto como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. O terceiro é reconhecido não nas ciências, mas na “disciplina”. Sua organização se opõe aos princípios anteriores, não é a “soma de tudo que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo que pode ser aceito” (Ibidem. p. 31). A disciplina é um princípio de controle do discurso, “fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (id. p. 36)

Assim, no que tange a esses procedimentos de controle - internos e externos - do discurso, Faé (2004, p. 416) considera que o

(...) ‘de-dentro’ enquanto constituinte sujeito é apenas uma dobra do ‘de-fora’. Se é o homem que ocupa o papel do sujeito de enunciação, por outro lado, são as práticas discursivas existentes nesses contextos que definem as condições de possibilidade para que o enunciado possa surgir e ser validado.

Se na arqueologia a crítica ao sujeito é apresentada através da dispersão dos saberes, no método denominado genealogia o sujeito é produzido através das relações entre saber e poder presentes na prática discursiva. No método genealógico a prática do discurso não é dissociável do poder, sua constituição leva a uma construção de verdade como algo ligado ao poder, estando sua eficácia alocada no modo como ele se encontra vinculado em uma manifestação discursiva.

Neste método a investigação se dá pela via de procedimentos técnicos que realizam um controle detalhado e minucioso de elementos como o corpo, os gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos. Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, eles funcionam como uma rede de dispositivos da qual ninguém escapa, ou seja, o que existem são práticas ou relações de poder, sendo estes algo a ser exercido. Assim, o cenário que se estabelece é o de que não há saber neutro, todo saber é político, porque todo saber tem sua gênese em relações de poder (Ibidem, p. 191)

Esta concepção, apresentada em “Vigiar e Punir”<sup>7</sup>, afirma que “saber e poder estão diretamente implicados, não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo as relações de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 27).

O rompimento com a idéia de sujeito como fundador do conhecimento presente na arqueologia permanece na genealogia, só que com um entendimento do sujeito não mais como constituinte, mas como constituído e produzido pelo poder.

Não há como fazer a história de um discurso sem levar em conta as relações de poder na sociedade na qual ele funciona, pois em sua existência estão presentes as forças, as lutas e desejos que movem os grupos sociais (VANDRESEN, 2009, p. 80). Se na arqueologia o discurso funcionava como mecanismo de ordenação dos saberes, na genealogia ele será o dispositivo no qual estão alojadas as relações entre saber e poder.

Se analisarmos por uma perspectiva de articulação entre os dois métodos, pelo viés arqueológico, será possível descrever as regras que dominam uma prática discursiva em uma época; já por meio da genealogia, será apontado como essas regras de organização funcionam como legitimadoras das estratégias do poder presentes nas práticas sociais. Os métodos arqueológico e genealógico são projetos de uma crítica permanente da atualidade – a primeira com seu método e a segunda com sua finalidade. Ambas as análises problematizam o pensamento presente fazendo uma análise do passado histórico dos saberes.

A genealogia proposta por Foucault consiste em uma pesquisa histórica que se opõe à unicidade da narrativa histórica e à busca da origem, estrutura-se a partir da diversidade e da dispersão, ativando os saberes locais - desqualificados e não legitimados - contra a instância teórica unitária que visa uma ordenação hierárquica em nome de um conhecimento verdadeiro (REVEL, 2005, p. 53).

A análise proposta em “a Ordem do Discurso” seria então composta de uma parte crítica - ligada aos sistemas de recobrimento dos discursos e

---

<sup>7</sup> Publicado originalmente em 1975, introduz e desenvolve o sentido da palavra genealogia. Esta obra introduz as análises históricas da questão do poder como elemento de explicação para a produção dos saberes (MACHADO, 1981, p. 188)

procurando detectar seus princípios de ordenamento e exclusão – e de uma parte genealógica que se detém nas séries de formação efetiva do discurso, não desvendando a universalidade de um sentido, mas trazendo à tona suas estruturas de “rarefação” (FOUCAULT, 2009, p. 70).

Para os fins pretendidos adotamos a perspectiva do conceito de “discurso” contida na obra de Michel Foucault para apresentar as heterogêneas “formações discursivas” acerca do meteorito de Bendegó, em particular as estruturadas no Museu Nacional.

## **CAPÍTULO 2**

# **MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL: MUSEALIZAÇÃO DA NATUREZA E CULTURA NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA ACERCA DA NAÇÃO**

cada geração (...) escreve a sua própria descrição da ordem natural, que geralmente revela tanto sobre a sociedade humana e as suas preocupações mutáveis como sobre a natureza (Donald Worster, 1998).

O presente capítulo tem por objetivo apresentar as singularidades dos processos de musealização das categorias “Natureza” e “Cultura” – dicotomia estruturante do Ocidente moderno - nos museus de história natural, como o Museu Nacional.

Na primeira parte encontram-se contidos os princípios relativos à conformação da História Natural, a estruturação de novas formas classificatórias do mundo natural e a consolidação dos museus oriundos dos gabinetes de curiosidades<sup>8</sup> que se destinaram a representar as Ciências Naturais.

A seguir são apresentadas diferentes noções acerca do processo de musealização, os aspectos teóricos e técnicos que caracterizam a incorporação de elementos da cultura material aos acervos de museus, neste caso especificamente os de ciência.

O último item refere-se à constituição desses espaços museológicos como locais de representação da nação. Diversas possibilidades de reflexão acerca da nação são apresentadas para possibilitar o entendimento dessas instituições de história natural como autoras de formações discursivas acerca da nação.

## 2.1 Uma nova forma de entender o mundo

O surgimento da história natural vincula-se às transformações nos modos de interpretação e instrumentalização da natureza<sup>9</sup> estruturadas na

---

<sup>8</sup> Os museus de ciência têm sua origem em duas linhagens que evoluíram paralela, mas distintamente nos séculos XVIII e XIX e se encontraram no século XX. De um lado encontramos um modelo associado ao progresso técnico e científico de uma denominada nação, cujo exemplar é o *Conservatoire National des Arts et Métiers*, fundado em Paris no ano de 1794. Esse modelo se expandiu no contexto de emergência dos estados-nação. Uma segunda linhagem mais antiga, da qual fazem parte os museus de história natural, originou-se a partir dos gabinetes de física, química, desenhos e dos observatórios astronômicos existentes na Europa no Século XXVII (LOURENÇO, 2009, p. 4)

<sup>9</sup> A idéia de natureza possui múltiplos significados e ao longo de sua estruturação como categoria do pensamento ocidental foi sendo re-significada. O presente trabalho baseia-se no entendimento de que as concepções acerca da natureza são socialmente construídas e variam de acordo com determinações culturais e históricas (DELICADO, 2009).

Modernidade europeia. Idealizada inicialmente em uma perspectiva mecanicista a partir da racionalidade científica, a natureza é tida como um sistema.

A racionalidade instrumental combinada à concepção imanente da natureza e a gênese da ciência moderna constitui o horizonte em que se desenvolve o estudo do universo material (natura) diferenciado do humano – a “história natural”. Por outro lado, a consolidação do entendimento de natureza como “*inventário das coisas*” e a superação da síntese aristotélica, contribuem, ainda, para o delineamento desse projeto prático e utilitário do conhecimento (LOUREIRO, 2007, p. 160)

Anteriormente, “Bestiários”, “Florários” e “Lapidários” representaram, da Idade Média até o século XVI, a natureza ligada ao homem por meio de simbolismos. No decorrer dos séculos XVI e XVII a maneira como no Ocidente o mundo natural ao redor era percebido e classificado foi modificada. Anteriormente, dogmas sobre o lugar do homem na natureza foram descartados e novas sensibilidades em relação aos animais, plantas e paisagens apareceram. O domínio do humano sobre esse mundo foi e ainda é uma pré-condição básica de sua história, já que é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado acerca da natureza do que pensavam de si próprias (KEITH, 1988, p. 18-19).

Uma forma de ascendência sobre a natureza foi a estruturação da história natural, estudo científico dos animais e da vegetação e um dos processos que culminaram na desarticulação da idéia – que vigorava até o início da modernidade - de que mundo foi feito para o homem e todas as outras espécies estavam subordinadas ao seu desejo (Id, p. 61).

A história natural também pode ser entendida como a nomeação do visível organizada em relação ao próprio ser humano, com base na comparação de quatro diferentes variáveis: forma, quantidade, distribuição no espaço de uns em relação aos outros e a grandeza de cada um (FOUCAULT, 1999). Outra possibilidade está em percebê-la como uma narrativa humana de transcendência da natureza, onde a domesticação de plantas e animais figurou como uma contrapartida da própria domesticação da humanidade no processo civilizatório (INGOLD, 2000, p. 77).

Este sistema de classificação do mundo natural que passou a ser dominante moldou percepções e por consequência comportamentos. Os

primeiros naturalistas modernos desenvolveram essa nova forma de olhar para as coisas, mais objetiva e menos antropocêntrica. Esse processo gradual foi permeado por uma perspectiva humana. Os novos e objetivos princípios de classificação que dominaram a Botânica e a Zoologia no começo do período moderno foram construídos em oposição às antigas formas de enxergar os animais e plantas como meros símbolos do homem.

Esses esquemas classificatórios representaram uma tentativa de imposição de uma organização intelectual ao mundo da natureza, onde todos esses elementos foram reduzidos a um método (Id. p. 78).

No lugar de um mundo natural que conservava a fragrância da analogia humana e do significado simbólico, e era sensível ao comportamento do homem, eles construíram um cenário natural separado, para ser visto e estudado por um observador externo, a enxergá-lo através de uma janela, seguro no conhecimento de que os objetos de contemplação habitavam um reino diverso, sem presságios ou sinais, sem importância ou significado humanos (KEITH, 1988 p. 106).

A partir do século XVIII, naturalistas começaram a estudar a natureza em si mesma, porém não indiferentes ao uso humano e tão pouco o considerando o centro das atenções. A criação de sistemas de classificação como o Lineano – estruturado em 1735 – culminou com uma ruptura fundamental, passando a natureza a ser estudada em si própria, independente de seu significado para o homem (KEITH, 1983, p. 97).

Nos dias de hoje, a História Natural compreende diferentes disciplinas científicas, sobretudo no âmbito da Biologia e Geologia. Assim sendo, os museus de história natural abrangem em seus acervos e ações os elementos referentes à Vida (Bio), ao Cosmos e à Cultura. Tal perspectiva os singulariza frente aos demais espaços museológicos em virtude de sua vinculação aos projetos de coleta, pesquisa e classificação oriundos das perspectivas científicas.

A gênese dos museus de história natural encontra-se nos “gabinetes de curiosidades” que retrataram o ideário moderno de ruptura com uma percepção mítica do mundo (WEBER, 1991), passando o sujeito a mediar sua relação com a natureza a partir de um tipo específico de racionalidade que

desembocará na construção da ciência tal como hoje a conhecemos – a ciência moderna.

De acordo com Grasskamp (1994), considerando o impulso de reunir coleções nas quais conviviam o bizarro, o curioso e o miraculoso, os gabinetes seriam “tentativas” de uma racionalidade científica e técnica. Nos séculos XVI e XVII, inúmeras coleções de História Natural podiam ser encontradas por toda a Europa Ocidental contendo minerais, fósseis, conchas, espécimes anatômicos e botânicos, animais taxidermizados, entre outros. Presentes em diversas cortes dessa parte do mundo, esses espaços eram freqüentados por monarcas, intelectuais, homens interessados em ciência e mesmo leigos, com propósito de estudo ou de simples contemplação. Esses locais se caracterizavam por manter e apresentar uma variedade de “fenômenos da realidade sensível” (BITTENCOURT, 1997, p.5) podendo ser vistos como uma tentativa de construir um microcosmo representativo do mundo (LEOPOLD, 1995).

Alguns desses gabinetes eram famosos em toda a Europa, como o dos príncipes Rodolfo II em Praga e o de Luís XIV em Paris. Além desses, outros espaços particulares se destacaram, como o do Clérigo Manfredo Settala em Milão, o do professor Aldrovandi em Bolonha, o de propriedade do boticário Basílio Besler em Nuremberg e o do médico Ole Worm em Copenhague. No século XVII mais de 723 coleções eram conhecidas em Paris (BURKE, 2003, p. 100). Na visão de seus proprietários, esses gabinetes apresentavam um painel do mundo por meio de um microcosmo do estranho, do peculiar e raro representados pelos exemplares oriundos das artes mecânicas, químicas, dos diversos espécimes botânicos, armas, monumentos e antiguidades. Esses espaços e suas coleções que apontavam para um mundo maior do que o conhecido seriam, gradualmente, substituídos pelos museus científicos, mudança que se reflete nas coleções que materializavam uma nova abordagem científica.

Os museus tiveram papel na distinção da história natural que emergiu nesse período, dos estudos anteriores acerca dos animais e das plantas. Esta nova forma de nomear as coisas face ao olhar e ao discurso era documentada por

espaços onde as coisas se justapõem: herbários, coleções, jardins; o lugar desta história é um retângulo temporal onde, despojados de qualquer comentário, de toda linguagem envolvente, os seres se apresentam ao lado uns dos outros, com as superfícies visíveis, aproximados segundo seus traços comuns, e por eles já virtualmente analisados, e portadores de um único nome (...) a história natural não é mais a nomeação do visível (FOUCAULT, 1999, p. 143-144).

A classificação passa a ser o traço mais relevante da história natural. A atribuição de um nome aos seres permite simultaneamente identificá-los e situá-los neste processo (Id. ,p. 151). A descoberta, descrição, classificação e nomeação de espécies desconhecidas foi o cerne das atividades dos naturalistas, que obtiveram um papel social crescentemente reconhecido e respeitado (POMIAN, 1987, p. 249). As viagens de exploração, os trabalhos de campo, as classificações de coleções, sua ampliação e divulgação através da publicação de catálogos constituíram a essência da história natural nos seus *loci* específicos que foram os museus (LOPES, 2001).

A relevância adquirida pela história natural no século XVIII foi fundamental para o delineamento de seus espaços museológicos. Vista a partir da Revolução Francesa como atividade capaz de contribuir para o aperfeiçoamento intelectual dos cidadãos, os museus que a divulgavam adquiriram importância. A construção e preservação de coleções nesses museus serviram para criação de uma taxonomia universal e suas exposições públicas como instrumento do projeto educacional do iluminismo (LOUREIRO, 2007, p. 162).

A diferença entre os gabinetes de curiosidades e os museus está na

(...) natureza das suas coleções e o acesso público a elas. Enquanto os gabinetes de curiosidades continham uma miríade de objectos, naturais e artificiais, escolhidos por serem únicos, excepcionais ou exóticos, reunidos e dispostos com o objectivo de representar uma imagem enciclopédica, total ou parcial, os museus modernos caracterizam-se geralmente pela especialização (diferenciação segundo o tipo de coleções que albergam) e pela classificação (apresentação ordenada e racional dos objectos). Por outro lado, os gabinetes de curiosidades (de reis, príncipes, aristocratas e mais tarde burgueses de elevado estatuto) eram apenas acessíveis a visitantes ilustres (...) sendo exibidos como “acessórios culturais de poder”, enquanto os museus modernos se destinam a um público progressivamente mais alargado (...), com a finalidade de educar (...). (DELICADO, 2009, p. 33)

O século XIX ficou conhecido de diversas formas: “século da história”, “dos dicionários”, “da ciência” e também “século dos Museus”. O movimento dos museus se espalha por todos os continentes e os intercâmbios científicos se intensificam (SHEETS-PYESON, 1988). As exposições nacionais e internacionais, assim como os museus, tiveram papel de mostruários do poder das sociedades, expondo objetos valiosos e representativos da memória das “nações”, materializavam seu grau de “civilização e progresso” (Cf. LOUREIRO; FURTADO; SILVA, 2007)

Simultaneamente neste mesmo século, a história natural generalista deu lugar à especialização disciplinar - botânica, zoologia, geologia, mineralogia e subdisciplinarmente, por exemplo, a mamalogia, herpetologia, ornitologia, malacologia. Os museus de história natural ajudaram a suprir a primeira condição institucional para a emergência de novos saberes como a biologia, a geologia, a botânica, dentre outros. Ao serem inseridos nesses museus, esses objetos são ordenados como partes de uma seqüência evolutiva que constituiria a totalidade das coisas e dos povos (BENNET, 1995, p.96). Neste período os museus foram locais privilegiados para a investigação científica no domínio das ciências da natureza.

(...) é notório que o museu pode reclamar um lugar significativo no mapa das localizações onde a ciência foi feita. (...) a disposição dos seus conteúdos pode assinalar várias concepções da ordem que se crê existir no mundo exterior e das relações humanas com ele. Os museus codificam e moldam concepções particulares de conhecimento, exibem objetos mas não são simplesmente janelas para o mundo exterior (GOLINSKI, 1998, p. 98).

A totalidade e a universalidade dos elementos relativos ao homem<sup>10</sup>, à sociedade e à natureza são marcas estruturantes de suas coleções, formadas a partir de uma ordenação e classificação de fragmentos que, reunidos em um sistema coerente, dão significado e sentido a realidades maiores e mais complexas (LOUREIRO; FURTADO; SILVA, 2007). É a partir desses museus que emergem os primeiros cientistas profissionais nas ciências taxonômicas. Os museus de história natural são e foram mais intensamente no século XIX

---

<sup>10</sup> Inicialmente o homem era entendido no âmbito animal. Somente mais tarde ele integrou o eixo correspondente ao social.

construtores privilegiados do mundo natural. “O pessoal do museu tinha a autoridade para falar da natureza – nomeá-la, classificá-la, construí-la – que produzia como um discurso valorizado” (GOODMAN, 2002, p. 259).

Podemos citar entre os primeiros museus de história natural o “Ashmolean Museum” aberto em 1683, o “Jardin Royal des Plantes Medicinales” criado em 1635 e que serviu de base para o Muséum National d’ Histoire Naturelle, bem como o Natural History Museum de Londres, que teve sua origem nas coleções do British Museum. Mais de um século depois surgem também os museus especializados, como os geológicos, que foram centrais na prática científica de determinadas disciplinas neste período, caso do “Museum of practical Geology” de Londres, inaugurado em 1851.

Em uma primeira fase, nesses espaços, a disposição dos objetos era pautada pela reprodução de uma centralidade da taxonomia, e por uma reconstituição do inventário geral dos seres marcada pela necessidade de comparação e classificação. Posteriormente, as teorias evolucionistas darwinianas geraram transformações na organização de suas exposições, que passaram a ser ordenadas pelas séries cronológicas e esquemas evolutivos das espécies (DELICADO, 2009, p. 102).

Nesta nova concepção expositiva esses museus passaram a ter a capacidade de reunir, no mesmo espaço, várias temporalidades dispondo-as na forma de um caminho cujo roteiro pode ser percorrido numa tarde. Percorrer uma exposição configurava uma forma de caminhar organizadamente através do tempo evolucionário (BENNET, 1995). No que tange ainda à questão do tempo, cabe destacar que no decorrer da modernidade passou a prevalecer uma concepção de um tempo dividido, possibilitado pelo desenvolvimento da ciência moderna e da tecnologia. A temporalidade caracteriza-se pela adoção do tempo histórico e linear (LOUREIRO, 2007, p. 166).

O perfil e muitas das funções dessas instituições foram sobretudo delineados pelo Museu de História Natural de Berlim que em 1891, baseado na obra de Moebius<sup>11</sup>, estabeleceu uma divisão entre as coleções científicas

---

<sup>11</sup> O geógrafo Karl August Moebius foi diretor do Museu de História Natural de Berlim. Em 1891, em sua obra, “O conveniente apetrechamento dos grandes museus”, desenvolveu sua teoria museológica que estabelecia o princípio de separação entre as coleções científicas e as expostas ao público. (Universidade de Kiel, disponível em: [www. Uni-kiel.de/os/cgi-bin/fo-bio.php?nid=moebius&land=e](http://www.Uni-kiel.de/os/cgi-bin/fo-bio.php?nid=moebius&land=e). Acesso em: 31/05/2009).

destinadas aos especialistas e os conjuntos preparados para a exposição pública.

Além de servirem para demonstrar os processos de dominação do homem sobre a natureza, os museus de história natural ainda representaram um papel discursivo na construção política dos Estados-Nação ao abrigarem os espécimes naturais sistematicamente coletados e referentes ao espaço geográfico do país, tendo sido sua exposição estruturada para reforçar o sentimento de pertença a uma “comunidade imaginada” (DELICADO, 2009, p. 103). Esses museus também foram instrumentos de dominação colonial, na medida em que eram dirigidos para o aproveitamento econômico das riquezas naturais dos territórios colonizados e para a promoção ideológica da noção de império (SMITH, 1989, p. 9).

Os diferentes aspectos desses espaços científicos museológicos variaram de acordo com as circunstâncias locais, regulamentos institucionais e devotamentos nacionalistas (SHEETS-PYENSON, 2000). Ao final do século XIX, podem ser destacadas as intenções do movimento científico de “tomar a dianteira na recuperação da memória das nações, enquanto os monumentos de lembrança se aceleram” (SCHWARCZ, 2008, p. 68).

No Brasil, os museus de história natural contribuíram, principalmente durante o século XIX, para a consolidação de uma idéia de nação. Diversos autores (Cf. MENESES, 2007; LOPES, 1993) destacam que não teria sentido à época a criação de museus históricos, pois não havia, ainda, “história nacional” palatável, não convindo incorporar a história do colonizador demonstrando o porquê de, em nosso caso, as primeiras instituições museológicas estarem inseridas nesta tipologia de museu.

Com a transposição da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, fundou-se um novo Império na América, sendo necessário transformar a cidade para adequá-la à condição de sede da monarquia. Instituições régias como as Mesas do Desembargo do Paço e Intendência Geral da Polícia foram recriadas. Acompanharam a constituição desses pilares institucionais do governo, a revogação da proibição das manufaturas no Brasil e criação da Imprensa Régia (VAINFAS, 2000, p. 558). Com a aclamação de D. João VI em 1818, indicando uma possível opção da Coroa pela via americana da monarquia portuguesa, outras instituições foram criadas, dentre elas estava o

Museu Real. Tais instituições transformaram a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, como em um centro produtor e reprodutor de memória (SCHWARCZ, 2008, p. 24). Até meados do século XIX, toda a ciência era feita por viajantes estrangeiros que vinham exclusivamente para coletar exemplares da fauna e flora. A figura 1, a seguir, apresenta uma litogravura com a fachada do Museu Real.

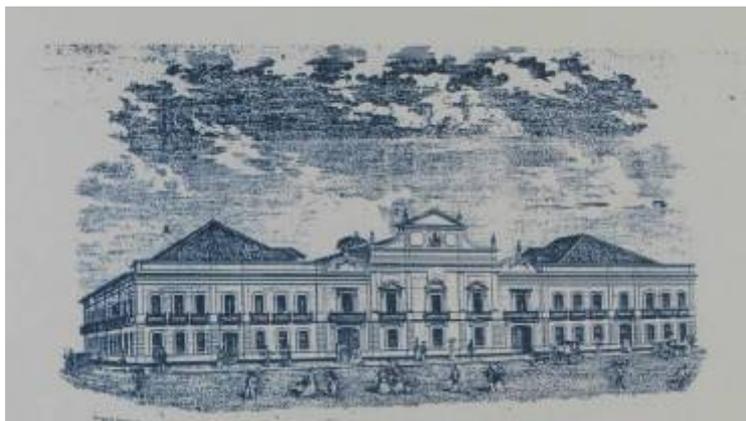


Figura 1-Litogravura representando a fachada do Museu Real, hoje Museu Nacional, em sua primeira sede no Campo de Santanna. Arquivo do Museu Nacional.

Ao longo de seus primeiros anos o Museu manteve vínculos de diferentes ordens com o Jardim Botânico, Biblioteca Nacional, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, IHGB, Escolas de Engenharia e de Medicina da Corte, todas instituições integrantes no projeto de consolidação da recente nação brasileira. Em 1842 um novo Regulamento deu ao Museu Nacional uma nova organização e, durante as décadas que se seguiram, a instituição passou por um processo de consolidação no que tange à sua administração e aos processos de coleta e constituição de coleções. Neste mesmo período, D. Pedro II herda a coroa de um império escravocrata ancorado em um regime monárquico constitucional, sendo necessário modernizar as instituições, a economia e a política, sem abrir mão da “chave de toda a organização política” (VAIFAS, 2000, p. 358). As transformações dessas instituições como o museu, que possuía o Nacional em seu nome, não podem ser desvinculadas desses contextos.

Podem ser destacadas dentre as atividades do Museu Nacional de 1842 a 1970 a classificação, a catalogação dos novos produtos, a revisão de

classificação, a conservação de espécimes e a organização de coleção para intercâmbios, bem como o envio de naturalistas para integrar comissões temporárias.

A partir da década de 1870, configura-se um novo panorama a partir da chegada de novos modelos científicos que irão impulsionar centros de pesquisa e ensino, bem como os museus nacionais (id, p. 70). O período entre 1874 e 1915 foi considerado como fundamental para o crescimento institucional e seu estabelecimento segundo os moldes dos grandes centros europeus (id, p. 71). Não podem ser desvinculadas desse contexto o papel desempenhado por essas instituições, de identificar e moldar a personalidade do país/nação oficial (VAINFAS, 2000) no decorrer do segundo Reinado, assim como as transformações necessárias para caracterizar a transição do país em uma república a partir de 1889.

O peso relativo desses museus na investigação das

(...) ciências da vida e da terra reduziu-se ao longo do século XIX devido à evolução das disciplinas científicas e do desenvolvimento do ensino superior, mas eles permanecem até a atualidade centros de investigação onde se cria e se conserva uma boa parte dos conhecimentos sobre a natureza (VAN PRAET; FROMONT, 1995, p. 55).

A ruptura entre a prática científica e expositiva nos museus de história natural, devido à transformação dos objetos de investigação, ao crescimento das universidades e um acréscimo de abstração das ciências relacionado com um distanciamento daquilo que é diretamente observável, pode estar relacionado com certo declínio experimentado por esses museus ao longo do século XX. Esses locais foram, de certa forma, substituídos por laboratórios que definiram novos meios de controle e manipulação e não possuíam mais espaço para o conhecimento baseado na classificação como aqueles estruturados a partir dos estudos das coleções dos museus. Tais instituições tornaram-se monumentos dos sucessos científicos passados (DELICADO, 2009, p. 118).

Mudanças nos estudos da natureza implicaram em alterações de funcionamento no cotidiano da prática científica. Nos dias de hoje apenas algumas disciplinas necessitam de coleções de exemplares para seus estudos.

Por esta razão, à medida que o teor taxonômico perde essencialidade no ensino científico, cada vez menos o contato com as coleções de museus se faz fundamental para o estudo. (id, p. 119). O período onde a visibilidade dessas instituições diminuiu se configurou a partir de meados do século XX e se deu também em função de um maior dinamismo de outros tipos de museus, como os parques naturais, ecomuseus e centros de ciência.

Diferentemente de outras instituições museológicas, os objetos provenientes do domínio natural que integram suas coleções não são feitos, produzidos antropicamente, são coletados (HARAWAY, 1989). Tendo-se tornado questionável matar animais para taxidermizar e expor, o surgimento de novas formas visuais de contemplação desses animais e plantas – filmes e documentários de televisão, por exemplo – de certa forma configuraram-se como concorrência (VAN PRAET; FROMONT, 1995).

A partir da década de 1980, essas instituições, em especial as européias, passam por uma renovação derivada da adoção de um novo papel científico que seria o de reconstituir uma dinâmica diacrônica dos processos naturais, tendo os museus a missão de documentar sua diversidade e distribuição, sendo cada espécime visto como único e fornecedor de uma documentação multidimensional sobre os espaços geográficos, da biodiversidade e sua posição no tempo (DELICADO, 2009, p. 121).

Somente nas coleções dos museus de história natural podem ser encontrados exemplares científicos de espécies já extintas, destacando-se então

(...) o emprego da 'natureza objetiva' como instrumento conceitual e concreto de representação da categoria vida (bio). É por meio da morte, ou perda de suas especificidades essenciais, e posterior conservação *in vitro*, que o espécime torna-se apto a integrar os dispositivos destinados à narrativa museológica (LOUREIRO, 2007, p. 169).

As especificidades dos museus de história natural repousam fundamentalmente no papel essencial de ensinar a compreensão das formações discursivas advindas de interpretações da ciência moderna acerca da natureza e dos artefatos oriundos dos diversos grupos sociais humanos através do tempo. O que se encontra em jogo nesse tipo de museu é o emprego da natureza como representação da categoria 'vida' e que, somente

após a perda das especificidades essenciais de seus espécimes, ou morte, eles se destinam à narrativa museológica (LOUREIRO, 2007, p. 171).

Nos horizontes específicos dos museus de história natural (como o Museu Nacional/UFRJ) coube, ao longo de toda a sua existência, a pesquisa científica, preservação e exposição dos objetos oriundos da vida (*Bio*) e da cultura humana sob diferentes prismas da ciência moderna. Essas instituições, desse modo, são pontos de interseção entre as ciências ditas ‘naturais’ e as ciências ‘antropológicas’, o que as diferencia no universo dos museus científicos.

## **2.2 Representações das categorias ‘Natureza’ e ‘Cultura’ : os processos de musealização**

(...) Os museus são bem mais do que a soma de etiquetas ou a ordenação de exposições; assim como os objetos ali apresentados, eles não têm significação mas acolhem e refletem as significações de que são investidos (Sheldon Annis, 1986)

As referências aos museus na atualidade nos levam às instituições que colecionam objetos e os expõem ao público, remetendo-nos aos grandes museus nacionais europeus que a partir do século XVIII passaram a publicizar suas coleções em grande parte oriundas das coleções da nobreza e realeza (SANTOS, 1998, p. 9), funcionando como paradigmas visuais que recriavam simbolicamente a ordem do mundo e o espaço de exercício de seu poder (MENESES, 1993).

Os objetos que encontramos atualmente nas coleções museológicas foram selecionados de acordo com critérios institucionais e estão associados a narrativas construídas que determinam seus sentidos. Estes fazem parte do discurso elaborado pelos museus sobre o que foi o passado a partir de determinações do presente visando determinados fins, sendo então

(...) responsáveis tanto por uma determinada política de memória, em que objetos deslocados de tempo e do espaço em que foram produzidos são realinhados de forma a dar nova ilusão de um contínuo temporal, como são também objetos de diversas políticas de memória, em que diversos setores da sociedade disputam os significados simbólicos por eles veiculados (Id, p. 8).

Os espaços museológicos são por natureza locais que mantêm evidências materiais e espécimes do âmbito humano e natural. Museus, objetos e coleções integram as faces de um triângulo cultural, cada uma delas mostrando diferentes características do mundo, porém ao estarem juntas acabam por mostrar o todo (PEARCE, 1993).

De maneira geral essas instituições se caracterizaram por preservarem o autêntico, ação legitimada por meio dos objetos originais que constituem suas coleções que podem ser definidas como

qualquer conjunto de objetos naturais e ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público”(POMIAN, 1984, p. 53).

Os diferentes significados a que um objeto pode aludir determinarão sua incorporação a um museu. Entender de que forma esses processos ocorrem esclarece como se dá essa apropriação de elementos da natureza física. A fragmentação desses espaços por especialidade, de certa forma se choca com as complexidades das sociedades e, por conseqüência, com a idéia que acabou por se cristalizar, onde o objeto e sua natureza é que determinariam à natureza do museu. Esta taxonomia estaria mais baseada em categorias de objetos isolados ou agrupados, do que em campos do conhecimento ou problemas humanos (MENESES, 1993).

Os museus de ciência e tecnologia são produtos de fenômenos, acontecimentos, relações e trocas que se passam não só no campo científico, mas também em outros campos sociais, entrecruzando diferentes dimensões: uma discursiva relacionada com as intenções e objetivos de seus agentes criadores, a dimensão prática, referente ao seu funcionamento, uma dimensão diacrônica que não desconsidera sua evolução ao longo do tempo e as transformações por que passou e uma dimensão sincrônica relativa a seu estado no momento presente, que atividades desenvolve. Sua dimensão representacional também não é descartada, pois ela se constitui da forma como se estabelece a construção e difusão de determinada imagem da ciência, dos cientistas e de seus conhecimentos e práticas científicas (DELICADO, 2009, p. 16)

Dentro desta perspectiva, os objetos das instituições de história natural permitem uma reflexão enquanto elementos que visam representar a dicotomia natureza/cultura. Em princípio se considerava que esses museus apresentavam objetos que não haviam sido produzidos por agentes humanos, porém os elementos oriundos da natureza que compõem suas coleções podem ser interpretados como artefatos produzidos (HARAWAY, 1992), ou seja, admitindo que esses elementos advindos são em sua maioria modelos produzidos, concebidos a partir de uma atividade humana.

A denominada “cultura material” seria inicialmente um produto de um modo de pensar sob a dicotomia natureza e cultura (ALBERTI, 2009) sendo seu conceito fruto da modernidade ocidental. Nos museus de história natural a apresentação e produção da natureza constituem construções significativas. Cientistas naturais, arqueólogos e historiadores da arte dividem um mesmo compromisso com os objetos, eles constroem seus assuntos e temas a partir de coisas materiais, cabendo aos profissionais dos museus recuperar ou reestruturar os trabalhos de fabricação de significados (KNELL, 2007, p. 7).

Natureza e cultura são co-constitutivas e inseparáveis. A partir dessa concepção, os objetos desses museus seriam o que Haraway (2003) conceitua por meio de um neologismo em língua inglesa como “naturecultures”, naturais e culturais simultaneamente, ao invés de serem dicotômicos. “(...) À semelhança de um ‘espécime’ dissecado e, portanto, ‘morto’, a ‘cultura material’ é preparada para representar a ‘vida’ das sociedades humanas” (LOUREIRO, 2007, p. 164).

Independente de sua tipologia, museus são fenômenos culturais com múltiplas significações construídas a partir de um processo de negociação, do qual participam diversos atores com contribuições diferenciadas na construção de significados derivados das diversas interpretações do social. Sendo instituições discursivas produtoras de contextos que traduzem e produzem interpretações, refletir acerca dos diferentes entendimentos sobre um de seus processos constituintes, o de musealização de suas coleções, se faz importante.

Todas as coleções de museus possuem três coisas em comum. São constituídas por objetos, esses objetos advêm do passado e foram reunidos

com alguma intenção por um proprietário ou curador que acreditava que o todo é maior do que a soma das partes (PEARCE, 1993, p. 7), vistas então como

um imenso corpo complexo de evidência material, um arquivo que abrange não só às evidências materiais de nosso passado natural e humano, mas também como este passado tem sido ele mesmo interpretado (Id, p. 134)

A musealização pode ser entendida como um processo constituído por um conjunto de fatores e procedimentos diversos que possibilitam que o patrimônio cultural se transforme em herança, na medida em que é alvo de preservação e comunicação (BRUNO, 2006). Este conceito que é freqüentemente usado na teoria e prática da Museologia é também entendido como um neologismo que significa aplicar técnicas a um patrimônio cultural ou natural, para o tornar acessível a um público (DELICADO, 2009, p. 15).

A Museologia por meio de sua dinâmica interdisciplinar tem colaborado para que os museus apresentem as suas formas de representação e argumentação, estabelecendo-se assim como lugares de apreciação e negociação cultural, mas também, como espaço que possui na re-significação dos bens patrimoniais a sua principal característica (BRUNO, 2006, p. 14).

Musealizar deve pressupor a intermediação dos caminhos entre a comunicação e a preservação patrimoniais, recuperando as idéias e mentalidades daqueles que construíram o passado representado por meio dos diversos acervos (BRUNO, 1999).

Uma outra interpretação acerca do processo de musealização, o estabelece como a elaboração de um sistema estético para criar significados. Esta elaboração representa a convivência com as questões ligadas aos sinais, imagens e símbolos, bem como a implantação de procedimentos adequados ao reconhecimento, introversão dos sentidos e significados dos indicadores da memória (SHANKS; TILLEY, 1987).

Vista como uma noção recente por Judith Primo (2008, p.185), já que sua utilização em artigos científicos da área museológica seria da década de 1980, o sentido mais comum do termo musealização estaria relacionado com a valorização dos objetos patrimoniais em um contexto museológico. Além de atribuir novos significados, estariam implicados aqui a divulgação e

comunicação dessas instâncias significativas, tornando o objeto uma referência de identidade e memória social.

A pré-existência de objetos patrimonializados, as intencionalidades de seleção, preservação e comunicação, seriam os três elementos pressupostos pela musealização (Id, p. 185). Este processo começaria com uma valorização seletiva de alguns objetos previamente e segue gradualmente buscando transformar o objeto em documento e testemunho dos processos e memórias sociais (GUARNIERI, 1990).

Partindo do entendimento, como neste estudo, de que a musealização seria constituída de um conjunto de ações caracterizadas pela separação de alguns objetos de seus contextos originais e de suas funções de uso, estes passariam a desempenhar a função de documentos (LOUREIRO, 2007). A transformação destes itens em documentos, que introduziria referências de outro espaços, tempos e significados em uma contemporaneidade elaborada pelo museu por meio da relação entre suas exposições e seus usuários constitui o eixo deste processo (MENESES, 1992).

O ingresso em um museu implica em uma mudança semântica radical do objeto (BELLAIGUE e MENU, 1994). O denominado “objeto musealizado” aponta para práticas de coleta, seleção, classificação, documentação e demais procedimentos teóricos e instrumentais “a que são submetidos os vestígios e fragmentos incorporados às práticas museológicas” (Cf. LOUREIRO; LOUREIRO, SILVA, 2009).

Os objetos são inseridos por meio dos enfoques da área de conhecimento responsável pelo seu estudo, sendo as ações dos profissionais sobre tais elementos, geradoras da articulação de significados e sentidos. Visando inseri-los em suas narrativas, há uma interação entre as práticas interpretativas e os diversos níveis de saberes especializados, agregando novas referências e significados (Id).

quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casas e as cidades, entre outros, e a paisagem com a qual o homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações à comunidade, (...) a informação pressupõe, conhecimento (emoção/razão), registro (sensação, imagem, idéia) e memória (sistematização de idéias e imagens e estabelecimento de ligações). A partir dessa memória musealizada e recuperada que se encontra o registro e , daí, o

conhecimento suscetível de informar a ação (GUARNIERI, 1990, p. 8).

No caso específico da musealização da ciência, esta pode ser entendida como um conjunto de ações que incluem desde a constituição de museus que têm por tema as disciplinas científicas ou se sustentam nos conhecimentos produzidos pela atividade científica e a transposição de conhecimentos formulados em um registro textual para o formato tridimensional de uma exposição de museu (DELICADO, 2009, p. 553).

Quando nos referimos às exposições museológicas, cabe esclarecer que neste estudo elas são entendidas como a principal forma de mediação e a principal característica de um museu. Sem elas, o processo de mediação entre público e conhecimento estaria comprometido devendo ser vistas como a demonstração explícita, espacial e visual de uma rede de relações definidas e de uma racionalidade (PEARCE, 1995).

Os processos de musealização da ciência ainda incluem os laços que se estabelecem entre os agentes que produzem ciência, as instituições onde trabalham e os museus. Estas relações são estabelecidas entre as imagens da ciência que os museus constroem e que veiculam ao público que os visita, as finalidades e funções que desempenham ao transmitirem ciência, além dos recursos mobilizados e os constrangimentos enfrentados nessa tarefa de transmissão, as estratégias e atividades, as colaborações e os conflitos (DELICADO, 2009, p. 553).

No caso dos museus de história natural a musealização é permeada pela busca de uma ordem.

(...) a natureza 'musealizada' e transformada em bem cultural, é reinventada a partir de pressupostos cumulativos, lineares e de exemplaridade. Nessa operação de representação, o museu de história natural, impondo um tempo e um espaço social à natureza, constitui-se de uma realidade autônoma. As interpretações advindas do projeto científico da modernidade acerca daquilo que denominamos mundo natural constituem a 'memória da natureza', preservada e divulgada por tais espaços museológicos (LOUREIRO, 2007, p. 168).

Ao longo de seu desenvolvimento, coube a essa tipologia de museus por meio da publicização de suas coleções – que neste caso podem ser consideradas enunciados de onde se originam formações discursivas - a

representação da nação em diversos planos. Tal processo se estrutura a partir da integração de categorias como “natureza” e “nação”. Esses museus ainda possuem por essência o compromisso com a construção, preservação e exposição da memória e do patrimônio científico-cultural a partir da contextualização histórica e sócio-cultural de seus acervos.

### **2.3 Os Museus de história natural como espaços de representação da nação**

Como separar, então, discursos distintos sobre a nação, enunciados a partir de locais da diferença dentro da nação? (Mônica Pechincha, 2006).

Os museus de história natural possuem uma função mediadora entre a produção da ciência moderna e a sociedade, compreendendo processos de configuração material e simbólica. No Brasil as principais instituições museológicas deste tipo além de criarem contextos relacionais entre fenômenos naturais e sociais, possuem ainda a função indissociável de representação da nação.

todas as correlações entre natureza e cultura devem ser entrelaçadas sob o viés do percurso do conhecimento científico moderno a fim de construir uma narrativa prioritariamente plástica da “nação” (LOUREIRO, SOUZA, SAMPAIO, 2007, p. 1).

A conceituação acerca da categoria “nação” é considerada por diversos autores como difícil, já que isso pressuporia a busca por sua essência. Referindo-se à idéia de laços comuns de sangue, a palavra nação vem do Latim e deriva do passado do verbo *nasci*, significando nascido.

Os mitos, costumes, as línguas são dados que podem ser considerados iniciais, porém só adquirem poder por meio da repetição, difusão e “é por uma construção imaginária que a consciência cria a nação e, logo, é por uma construção prática que uma entidade política reforça a nação e a sustém” (DELANNOI, 1993, p.11). A idéia de nação não se configura a partir somente de critérios como língua, território e uma cultura homogênea, esses critérios são considerados por Hobsbawn (1984, p. 19) como ambíguos e mutáveis,

sendo a nação “uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno”.

O Estado pode ser definido como uma instituição ou um conjunto de instituições especificamente concebidas para o controle da ordem, onde agências designadas para esta contenção são entendidas como separadas da vida social (GELLNER, 1984, p. 3). Podendo ser visto também como um artefato cultural, seria construído para legitimar o que poderia ser visto como ilegítimo, o domínio de uns sobre os outros. Seus principais instrumentos são culturais – a criação de uma visão de mundo, de atitudes e noções através do qual seu domínio vem a ser tido como certo – além de contar com o uso da força (CORRIGAN; SAYER, 1985). O Estado seria uma máquina que foi acionada para a criação de um sentimento de nacionalidade (HOBSBAWN, 1990).

Se considerada um objeto ideológico, a nação facilitaria uma base para o nacionalismo, que por sua vez cria uma ideologia nacional reforçando novamente a nação (DELLANOI, 1993, p. 14). Prestando-se a múltiplos usos foi utilizada para consolidação e legitimação estatal, estabelecendo uma relação em que estaria a serviço do Estado que a controla, e, este por sua vez, a serviço da nação porque a organiza. (Id, p. 15).

Desde a Revolução Francesa, o termo nação designa uma espécie particular de comunidade política onde indivíduos têm, em grande número, uma consciência de cidadania na qual o Estado parece a expressão de uma nacionalidade pré-existente (RENAUT, 1993, p. 38).

Podem ser distinguidas duas idéias modernas de nação. Uma estaria relacionada com a Ilustração e o discurso da Revolução Francesa e teria se inscrito sob a idéia de liberdade. A outra seria uma noção que teria se consolidado entre os românticos e se inscrito sob a idéia de natureza e determinismo. Nesta segunda, a idéia de associação é substituída pela totalidade inclusiva, onde a concepção de uma construção aberta a um futuro foi suprimida pela de tradição enraizada em um passado

a nação dos românticos, pensada sobre a idéia de diferença e não de identidade, ao submeter o horizonte de cosmopolitismo ao de nacionalismo, abre-se a perspectiva de uma irredutível heterogeneidade das comunidades nacionais (Id. p. 46).

Os primeiros Estados-nação foram europeus, porém o nacionalismo é um movimento global e um sistema cultural. Os movimentos nacionalistas emergiram quase que ao mesmo tempo no Velho e no Novo mundo (ANDERSON, 1989).

Ao refletir acerca do nacionalismo, Taguieff (1993, p. 91) apresenta as suas principais características do nacionalismo enquanto ideologia política moderna estruturadas por Isaiah Berlin: a crença na necessidade primordial de pertencer a uma nação, a crença na natureza orgânica das relações existentes entre os diferentes elementos constitutivos da nação, esta pensada como uma comunidade orgânica, a crença no valor do nosso, utilizando um critério sociocêntrico e a crença em uma supremacia dos direitos da nação. A axiologia nacionalista recusaria assim toda hierarquia universalista dos valores e de preferências (Id, p. 95).

As nações podem ser consideradas como tradições inventadas pelas elites políticas de modo a legitimar seu poder e entendidas como uma “comunidade política imaginada”, sendo necessário pensar sobre sua fabricação e entender sua distintividade nacional em termos de seus estilos de imaginação e instituições que a fizeram (Cf. HOBBSBAWN, 1984; ANDERSON, 1989, p. 14).

Nesta proposta de Anderson, concebida dentro de um “espírito antropológico” (Id), a nação é considerada como imaginada e implicitamente limitada e soberana. O conceito referente ao seu aspecto imaginário explicita que nem mesmo os membros das menores nações jamais terão a possibilidade de conhecerem a maioria de seus compatriotas. A nação também é limitada porque até mesmo a maior delas possui fronteiras. No que tange à soberania, este conceito advém de uma época em que o Iluminismo e as revoluções desestruturavam a legitimidade dos reinos dinásticos hierárquicos divinamente instituídos, tornando então os Estados modernos símbolos desta liberdade.

As nações podem ser imaginadas como comunidades porque, apesar das desigualdades e explorações que prevalecem, são sempre concebidas como um companheirismo profundo e horizontal entre todos que a integram

se é amplamente reconhecido que os Estados-nação são 'novos' e 'históricos', as nações a que eles dão expressão política assomam de um passado imemorial, e, ainda mais importante, deslizam para um futuro ilimitado. (..) o que proponho é que o nacionalismo deve ser compreendido pondo-o lado a lado, não com ideologias políticas abraçadas conscientemente, mas com os sistemas culturais amplos que o precederam, a partir dos quais – bem como contra os quais – passaram a existir. (Id, p. 20).

Para fins instrumentais, neste estudo, utilizaremos esta concepção de Benedict Anderson entendendo que os museus se incluem, como referido anteriormente, entre as instituições que integraram o processo de imaginação da nação, enquanto espaços de representação simbólica. As perguntas fundamentais do autor dirigem-se à maneira como a consciência nacional se produz e reproduz, e como ela cria um tipo de solidariedade estável no contexto da modernidade.

Sua argumentação se desenvolve buscando refletir se existe algum atributo cultural em que a nação se funda. Para atingir tal fim, Anderson compara a solidariedade social na nação com o resultante das relações de parentesco. Todavia a nação é mais aberta que o parentesco, pois permite a naturalização de estrangeiros. Derivado desta percepção estabelece então uma possível correspondência com as religiões universais. Essas religiões seriam capazes de sustentar soluções para os dilemas existenciais de uma forma que a nação não poderia fazer; por sua vez, com o desaparecimento da promessa de imortalidade que as religiões insinuam, a consciência nacional ganha destaque por gerar uma certeza de pertencimento a uma comunidade ela mesma imortal. Há ainda o que Anderson estabelece como sagrado cívico, a partir de uma correlação entre uma imaginação nacional e uma imaginação religiosa que suscita a emergência de uma disponibilidade das pessoas de morrerem pela nação (PECHINCHA, 2006, p. 89).

Fundando grande parte de seu trabalho nos processos de comunicação, Anderson questiona se seria a língua o atributo cultural que define a nacionalidade, apesar da constatação da existência de nações com diversas línguas. Ele associa o tema da língua com o argumento principal que explicaria o advento da imaginação nacional, denominado por ele de “capitalismo de imprensa”. Para o autor, foi fundamental o papel da imprensa e da literatura na

geração e fixação de uma língua impressa que teria lançado as bases para uma consciência nacional e a consolidação de novas afinidades culturais. Sob este prisma Anderson fala da nação como um espaço interlocucional cujos limites estão dados pelos contornos de um campo de comunicação unificado pelo compartilhamento dos mesmos referentes. “o caráter aberto da nação se explicaria, sobretudo, porque ela teria sido ‘concebida na linguagem’, e não em outros elementos sociológicos como raça ou religião” (ANDERSON, 1989, p. 162).

A imaginação da nação representaria fundamentalmente uma mudança na concepção de temporalidade, basear-se-ia numa mudança fundamental nos modos de apreender o mundo (Id, p. 191). Uma mudança histórica permitiu o achatamento ou horizontalização do tempo.

(...) o que veio tomar o lugar da concepção medieval de simultaneidade longitudinal do tempo é, valendo-nos novamente de Benjamin, uma idéia de ‘tempo homogêneo e vazio’, no qual a simultaneidade é como se fosse transversal ao tempo, marcada não pela prefiguração e cumprimento, mas por coincidência temporal, e medida pelo relógio e pelo calendário (Id, p. 33)

A idéia de um organismo sociológico que se move pelo calendário através do tempo – homogêneo e vazio – é, segundo o autor, análoga a da nação, que em seu processo de criação estabelece novas formas de vínculo entre as pessoas. A horizontalidade temporal e discursiva permite uma nova forma de comunhão entre desconhecidos apesar das desigualdades, permitindo que a nação seja concebida por meio dessas formas de companheirismo.

No que se refere às formas de imaginação da nação, censos, mapas e museus foram considerados elementos de formação de um modo imaginativo onde a quantificação/serialização abstrata das pessoas, a racionalização do espaço político e a “genealogização profana” fizeram contribuições interligadas na elaboração, pelo estado colonial oitocentista, daqueles que eram vistos como seus adversários (ANDERSON, 2008, p. 23).

Estas três formas de imaginação estabeleceram uma rede classificatória aplicada a tudo que se encontrava sob o domínio real ou suposto do Estado:

povos, regiões, linguagem, produtos, monumentos e outros. Ao atribuir valor e legitimidade às coisas, permitiram à imaginação colonial construir tradições que serviram para legitimar o controle político através do controle étnico, estético e histórico, processos essenciais na construção nacional nos estados independentes (ANDERSON, 2008).

Os museus foram instituições fundamentais na formulação de uma determinada representação nacional, constituindo-se em espaços de memória que auxiliaram em um projeto de controle social e político articulado na construção de um imaginário nacionalista representado em objetos, significando que suas coleções derivam de escolhas. (DIAS, 2005).

No que tange à construção da idéia de nação brasileira, o discurso de nacionalidade ou de brasilidade pode ser considerado como hegemônico – entendido como uma tentativa de conter as diferenças e fixar as identidades numa ordem de subordinação – buscando pensar no alcance nacional desse discurso e nos meios de sua difusão e repetição (PECHINCHA, 2006, p. 23).

Podendo ser vistas como filhas legítimas da Europa, as elites da América, defrontaram-se com a contingência de organizar novos países autônomos nos moldes das nações (VAINFAS, 2000, p. 544). No Brasil, apesar de toda moldura institucional e de uma superficial unidade lingüística e religiosa, conservou-se um amálgama de regiões distintas, separadas por suas tradições, estilos de vida e composição de população, consolidando-se apenas pela força das armas e por uma Constituição outorgada (Id). Parte da elite intelectual que era equipada para pensar a nação formara-se em Coimbra, enquanto uma outra parte formou-se nas precárias instituições de ensino disponíveis. Tal conjuntura levou a um cenário onde, embora majoritariamente ligada às tradições lusas, essa elite não dispunha de uma consciência original para dotar o país da personalidade necessária para um modelo de nação europeu (Id). A não inserção de parte da população – caixeiros, artífices, comerciantes, trabalhadores urbanos – numa cultura escrita asseguraria a constituição de uma esfera pública de poder, gerando a necessidade de manutenção da monarquia, onde o Imperador exercia o papel de mediador em relação aos conflitos da elite e de fiador supremo da ordem em relação aos excluídos.

Um grande número de levantes e rebeliões acarretados pela abdicação de D. Pedro I impôs às Regências a necessidade de tentativa de criação de uma identidade nacional “que não decorria da lógica das nacionalidades e sim do temor que fosse abalada certa ordem do país, estabelecendo a manutenção da escravidão, da exclusão do povo miúdo e da unificação do território” (VAINFAS, 2000, p. 545). A guerra com o Paraguai foi uma coletiva relevante desde a Independência, pois despertou um entusiasmo cívico, trazendo um sentido positivo de pátria. Ao final do Segundo Reinado o Brasil tinha adquirido uma personalidade, porém faltava ainda a alma de uma nação (Id.).

No final do século XIX os museus de história natural cresciam e se diversificavam na América Latina, em um contexto onde “construir ciência significava também inventar nações” (LOPES; MURRIELLO, 2005). As instituições museológicas colaboraram com os processos de expansão e reconhecimento das riquezas locais.

(...) a coleta de objetos, sua identificação, e posterior exposição nos lugares consagrados à ciência foram uma forma de reconstrução do passado, até então desconhecido, dando conta da variedades de espécies e de culturas que habitaram essas terras favorecendo o processo de construção de identidades nacionais (Id, p. 204).

As coleções científicas possuíam grande importância no início do século XIX para os estudos de história natural, o que posicionou o Museu Nacional num lugar de destaque. Os modelos da instituição, bem como dos seus métodos científicos, eram pressupostos pelos museus europeus. Ressaltava-se a importância de constituir e sistematizar coleções. Um saber nacional, uma produção científica nacional pode ser observada no Museu Nacional, que teria assumido a posição de possuidor de um capital científico através, também, de seu acervo, ponto fundamental do modelo de um museu desta tipologia (SOUZA LIMA, 1989).

Os grandes museus de história natural metropolitanos não se restringiram a apresentar suas “naturezas nacionais” (DUARTE, 2003), possuíam no século XIX a capacidade de elaboração discursiva acerca da universalidade científica e, ao mesmo tempo, dos valores da particularidade nacional, constituindo uma espécie de “legitimação universalista do particularismo” (Id.).

O meteorito de Bendegó é utilizado por Duarte (Id.) para exemplificação dessas noções, entendendo que ao estar situado no hall de entrada das exposições do Museu Nacional, este objeto, evidentemente natural, representaria os valores científicos universais, mas sua apresentação pública sobre bases de mármore com inscrições acerca de seu transporte demonstraria também um investimento simbólico que servia aos fins de uma moral pública nacional em formação (Id, p. 10).

A chegada do Bendegó ao Museu Nacional, ainda no Campo de Sant'anna e sua colocação no hall do Paço de São Cristóvão – após a transferência - coincidem com as administrações de Ladislau Netto (1874-1893) e de Batista de Lacerda (1895-1915), períodos em que o museu foi estruturado segundo os moldes dos grandes centros europeus (SCHWARCZ, 2008, p. 71).

Podemos então dentro desse período destacar a “Exposição Antropológica Brasileira” de 1882 do Museu Nacional, um dos importantes eventos científicos do Brasil oitocentista. A origem do evento foi ocasionada pelo apoio do ministro da Agricultura, Pedro Souza, aos projetos de Netto para divulgar as pesquisas do período. Este último enviou solicitações para todas as províncias, esperando receber materiais: os moldes de Botocudo chegaram de Goiás e do Espírito Santo; objetos etnológicos vieram do Amazonas e Mato Grosso; peças líticas e cerâmicas foram remetidas pelo Museu Paranaense e coleções particulares, além de muitas escavações organizadas especialmente para essa finalidade; os livros expostos foram emprestados da Biblioteca Nacional (LOPES, 1997, p. 176).

Segundo o Guia da Exposição, as coleções foram organizadas em oito salas: Vaz de Caminha, Lery, Rodrigues Ferreira, Hartt, Lund, Martius, Gabriel Soares e Anchieta. Apesar de cada uma dessas seções ter uma proposta histórica e conceitual diferente, os variados objetos arqueológicos estavam presentes em praticamente todas elas, em maior ou menor número. A sala Lund foi a que mais recebeu restos humanos fossilizados, enquanto que a Hartt continha a maior parte dos fragmentos cerâmicos e a Lery os restos de sambaquis. A exposição durou três meses e teve um público com mais de mil visitantes, um verdadeiro êxito no país e com repercussão internacional. A

figura 2, a seguir, mostra uma imagem de uma das salas da Exposição Antropológica de 1882.

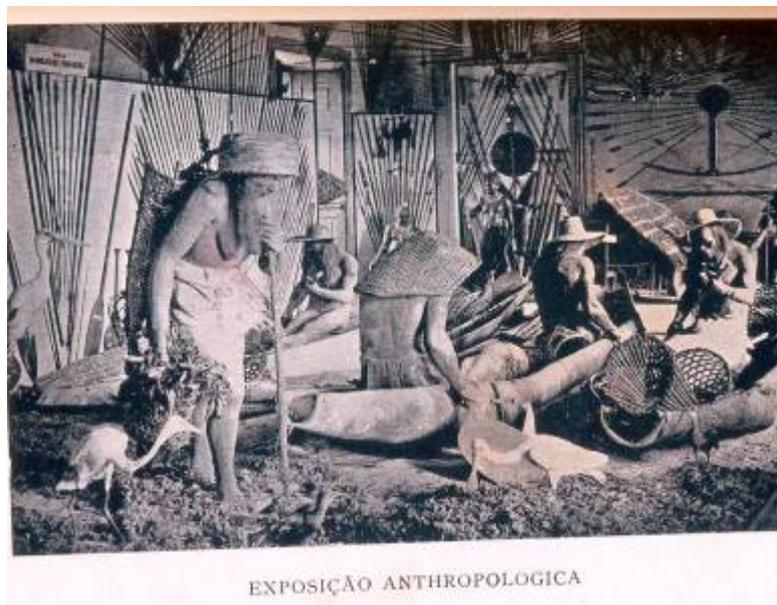


Figura 2 – Imagem da Exposição Antropológica de 1882.  
Fundo José Feio – Arquivo do Museu Nacional

Apesar de todas as transformações nas formas de representação da idéia de nação, já que a partir das primeiras décadas do século XX a instituição passou a adotar a rubrica de museu etnológico (Id. p. 74), o museu perdeu sua pretensão enciclopédica original. Apesar do destaque nas discussões raciais que permearam a década de 1930, do desmembramento e perda de autonomia, das diversas reformas expositivas, o meteorito de Bendegó permaneceu até a segunda metade do século XX de frente para a porta principal da instituição, compondo o núcleo central de um conjunto de objetos que antecede às exposições do Museu Nacional. Após ser incluído em uma exposição sobre meteorítica, retornou sobre as mesmas bases para o mesmo local que ocupava no hall em 2005.

Os museus de história natural, como o Museu Nacional, foram e ainda são espaços de representação da nação em diversos planos. Processos e ações foram utilizados visando agregar, organizar e expor coleções que incorporassem conjunturas do nacional (LOUREIRO, 2007), cabendo seu entendimento como local onde as categorias “natureza”, “cultura” e “nação” são institucionalmente integradas na elaboração de seus discursos.

## **CAPÍTULO 3**

# **O PEDAÇO DE OUTRO MUNDO QUE CAIU NA TERRA: O METEORITO DE BENDEGÓ**

(...) a natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é o produto da história natural e a natureza é condição concreta então, da existencialidade humana (...) (Marilena Chauí, 2009).

O presente capítulo tem por objetivo apresentar as heterogêneas formações discursivas acerca do meteorito de Bendegó, desde seu achado em 1784 até seu desembarque no porto do Rio de Janeiro em 1888.

Ao estudar o desenvolvimento dos museus ao longo do tempo por meio dos objetos de suas coleções, nos aprofundamos nas relações que os cercam. Ao olharmos para os espaços museológicos do ponto de vista dos objetos, estamos focando na verdade no elemento humano, suas práticas e instituições. (ALBERTI, 2005 p. 560).

Visando a compreensão do meteorito em seu sentido especificamente científico, foi necessária uma apresentação acerca de como a Ciência entende esse objeto, o que foi realizado no item *Noções acerca de meteoritos*. Buscou-se recuperar as diferentes hipóteses científicas – no momento de sua classificação e atualmente – acerca dos meteoritos.

No item seguinte, *O Transporte: tentativas e a chegada ao Rio de Janeiro*, foram apresentados os processos de significação que levaram às primeiras tentativas de remoção, bem como o discurso relacionado com a decisão da SGRJ de sugerir e organizar o transporte do Bendegó para o Museu Nacional em 1888.

### **3.1 Noções acerca de meteoritos**

A palavra meteorito vem do grego, ‘meteoros’ e quer dizer ‘do céu’. Esses corpos minerais quando ainda estão no espaço são chamados de meteoróides. Ao entrarem na atmosfera terrestre, com o atrito e o calor gerado incendeiam-se, ficando conhecidos popularmente como “estrelas cadentes”. A partir desse momento já são cientificamente considerados meteoros. Quando as massas resistem ao processo de queima e caem em terra ou no mar, são chamadas de meteoritos.

A ciência entende os meteoritos na atualidade da seguinte forma: em sua trajetória em torno do sol, a terra viaja a cento e dez mil quilômetros por hora e freqüentemente colide com fragmentos de matérias sólidas como restos de

cometas e asteróides. Os meteoros ou estrelas cadentes são fragmentos que resistiram, durante sua entrada na atmosfera terrestre, aos processos de aquecimento e radiação produzidos no momento em que atravessaram as camadas de ar. Quando corpos celestes possuem uma massa suficientemente grande para vencer a pressão do ar e o atrito sem serem consumidos e atingem a superfície, massas de ferro e/ou rocha, recebem o nome de meteorito (CARVALHO, 1995).

Um dos desafios científicos iniciais nas reflexões sobre meteoritos relaciona-se com a questão do 'tempo'. Cientistas atualmente baseiam-se na hipótese de que o meteorito em pauta vagou pelo espaço aproximadamente por um bilhão de anos até ser ejetado do corpo original e atraído pela força gravitacional da Terra (CARVALHO, 1995). Ainda sobre a questão temporal, um outro elemento instigante encontra-se na ausência de uma data precisa da sua queda; todas as informações são condicionadas ao achado do corpo celeste em 1784.

Em 1888, em função da chegada do Bendegó ao Rio de Janeiro, a pedido de José Carlos Carvalho, o professor Luiz Cruls<sup>12</sup> do "Imperial Observatório do Rio de Janeiro" e também membro da SGRJ, redige um texto datado de 8 de agosto, para complementar o relatório sobre o transporte entregue em 17 de julho do mesmo ano. Sob o título de "Notícia sobre meteoritos", seu trabalho foi escrito a fim de "satisfazer a legítima curiosidade que a imponente massa provocou, indicando a origem provável dos meteoritos, os fenômenos mais interessantes que precedem e acompanham a sua queda<sup>13</sup>" (apud CARVALHO, 1928, p. 105). Este estudo nos dá uma noção da forma como a ciência entendia esses objetos no período.

Ao longo de seu texto, Cruls apresentou três hipóteses sobre as possíveis origens dos meteoritos. A primeira versou a propósito de uma possível origem

---

<sup>12</sup> Luiz Cruls (1848-1908) foi diretor do Observatório Imperial situado no Rio de Janeiro e contribuiu não só para seu reconhecimento como instituição científica na América Latina, como na participação de projetos de âmbito internacional como a observação da passagem de Vênus pelo disco do Sol. Chefiou missões técnico-científicas de exploração e demarcação de território. Museu de Astronomia e Ciências Afins. **Luiz Cruls, um cientista a serviço do Brasil**. Rio de Janeiro MAST, 2004 (catálogo de exposição)

<sup>13</sup> O texto "Notícia sobre meteoritos" foi escrito por Luiz Cruls. Posteriormente a publicação foi apresentada a SGRJ em 1888. Este texto de Cruls encontra-se reproduzido na íntegra no livro de José Carlos Carvalho publicado no ano de 1928 por ocasião dos quarenta anos do transporte.

terrestre, frutos de erupções vulcânicas que fossem capazes de lançar fragmentos para fora da Terra. Uma segunda hipótese girou em torno da origem extra-terrestre desses aerólitos, que poderiam ser frutos de erupções vulcânicas em outros planetas ou provenientes de uma fragmentação ou ruptura de algum astro do nosso sistema solar. A terceira hipótese – destacada como a mais provável pelo autor – foi denominada de “sideral”. Esta considerava que essas massas meteóricas seriam provenientes da ruptura ou explosão de algum outro planeta entre Marte e Júpiter.

O meteorito denominado Bendegó é um tipo de aerólito classificado como “siderito”. Composto em sua maioria de ferro e níquel, pesa 5,36 toneladas e mede (0,66 x 1,50 x 2,15) metros, respectivamente em altura, largura e comprimento. Possui coloração escurecida devido ao processo de aquecimento anterior à queda. A confirmação de que uma rocha pode ser um exemplar de estudo da meteorítica – área da Geologia que estuda os meteoritos – vem de uma análise laboratorial.

Foram encontrados até o momento cerca de cinquenta e sete aerólitos no Brasil. Cientistas consideram que o número de aerólitos encontrados no Brasil até hoje é pequeno em vista do extenso território nacional, em especial se comparado aos trinta mil já encontrados em todo o mundo (NUNES, 2009). O Bendegó não só integra esta listagem, como é também um dos quinze maiores meteoritos do mundo. Em geral, as quedas de meteoritos causam uma depressão no solo – como no caso do Bendegó - ou crateras decorrentes do impacto. Em 2003, a partir de uma iniciativa do Observatório Nacional/MCT e do Observatório de Antares, foi realizada uma expedição ao local da queda. O resultado foi a determinação precisa do ponto de impacto e a confecção do mapa local com uso de GPS<sup>14</sup>. Foram feitas leituras do campo magnético, buscando-se a confecção de um mapa com supostas anomalias deste campo, já que o ferro e o níquel que compõem o Bendegó diferenciam-se na região da caatinga e facilitam a busca de novos fragmentos.<sup>15</sup>

### **3.2 O transporte: tentativas e a chegada ao Rio de Janeiro**

---

<sup>14</sup> *Global Position System*, sistema de posicionamento por meio do uso de satélites.

<sup>15</sup> Detalhes da expedição realizada em parceria pelo Observatório Nacional/MCT e Observatório de Antares foram publicados na edição de 26 de junho de 2002 do “Jornal da Ciência” da “Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência”.

Para apresentar os contextos sócio-históricos que cercaram as diversas tentativas e efetivação do transporte do ‘Bendegó’ até o Museu Nacional, baseamo-nos principalmente no Relatório Oficial<sup>16</sup> de José Carlos de Carvalho – responsável pela coordenação da expedição que conduziu o meteorito para o Rio de Janeiro entre 1887 e 1888 – bem como no estudo de Orville A. Derby de 1895, publicado no volume nove (09) dos “Archivos do Museu Nacional” do referido ano.

Existem quatro diferentes referências acerca do nome do responsável pelo achado do meteorito em 1784. Quando encaminhou uma amostra do aerólito para Londres, F. Mornay informou como responsável pelo achado o Sr. Bernardino Motta Botelho. Na obra “*Reise in Brasilien*” de 1823, contudo, os naturalistas Johann Baptist Ritter von Spix e Karl Friedrich von Martius<sup>17</sup> mencionam a visita ao local em companhia de Domingos Motta Botelho. José Carlos Carvalho cita em seu relatório que consultou documentação de 1815, assinada por membros da sociedade local que registrava o nome de Joaquim Motta Botelho como tendo sido o descobridor do ‘Bendegó’. Em trechos diferentes de seu estudo publicado em 1895, Orville Derby refere-se, em dois momentos diferentes, a Bernardino e Domingos Motta Botelho como os descobridores do meteorito. Em nota de pé de página, explica que as divergências relacionadas ao nome do responsável por encontrar o Bendegó podem ter ocorrido em função do uso eventual do nome paterno.

Após o achado nas proximidades do riacho Bendegó, localidade pertencente “a freguezia e termo de Monte Santo” (CARVALHO, 1928, p. 39) o Governador Geral da Bahia, D. Rodrigo José de Menezes e Castro, foi comunicado da existência de uma pedra “extraordinária, que se supunha conter ouro e prata” (Id, p 19).

---

<sup>16</sup> O Relatório Oficial foi apresentado em francês e português no ano de 1888 ao Governo Imperial e a SGRJ pelo chefe da comissão José Carlos de Carvalho que após o transporte foi promovido a Vice-Almirante da Marinha. Os principais trechos desse relatório foram editados pelo próprio autor em 1928 e publicados em razão dos quarenta anos da chegada do Bendegó ao Rio de Janeiro.

<sup>17</sup> Johann Baptist von Spix era zoólogo e juntamente com o botânico Karl Friedrich von Martius integrou o primeiro grupo de naturalistas de língua alemã autorizados a viajar e coletar espécimes no Brasil. Sua obra “*Reise in Brasilien*” foi publicada em três partes: o primeiro volume foi lançado em 1823, com quatrocentas e doze páginas. O segundo volume data de 1828, estendendo-se até a página oitocentos e oitenta e quatro. Completando a obra, o terceiro volume de 1831 totalizou mil trezentos e oitenta e oito páginas. Sua primeira tradução para o português foi impressa pelo Instituto Histórico Geográfico (IHGB) somente em 1938.

Em 1785<sup>18</sup>, o Governador determinou que Bernardo Carvalho da Cunha, Capitão-mor de localidade de Itapicurú, pertencente à Província da Bahia, fizesse o possível para conduzir a massa – que só foi classificada como meteorito em 1811 - ao porto de mar mais próximo. Escavou-se para que fossem introduzidas alavancas e com o auxílio de trinta homens, conseguiu-se um movimento que permitisse sua colocação de lado.

Uma carreta com doze parelhas de bois não foi suficiente para o transporte e o meteorito tombou, após cento e oitenta metros percorridos, no leiro do riacho Bendegó. O trabalho foi abandonado em função de o percurso estar bloqueado e o carro só conseguir mover-se em linha reta. Além disso, a água do riacho era salobra e inviabilizava a permanência da equipe no local. O insucesso da remoção foi participado pelo Governador Geral ao Ministro de Estado português Martinho de Mello e Castro juntamente com uma amostra da referida “pedra” para ser examinada em Lisboa.

Em 1810, o químico inglês A. F. Mornay foi comissionado pelo Governo Geral da Bahia para estudar fontes minerais de água no interior da província. Ao ouvir falar da existência de uma pedra de grandes dimensões que poderia ser de ouro e prata, foi ao local suspeitando que pudesse se tratar de um meteorito. Em 17 de janeiro de 1811 chegou ao local acompanhado do descobridor Joaquim da Motta Botelho e encontrou o aerólito ainda em cima dos restos do primeiro carretão. Elaborou um esboço com medidas e descreveu a superfície como “se tivesse sido batida com grandes martellos de cabeça arredondada e, composta por cavidades cujo diâmetro iria desde uma bala de canhão de calibre 12 até o de uma bala de carabina” (DERBY, 1895, p. 91).

Tendo reconhecido ser um meteorito de ferro metálico, retirou com grande dificuldade<sup>19</sup> um fragmento que foi enviado para a Sociedade Real de Londres e analisado pelo Dr. William Hyde Wollaston. A notícia referente a esse achado foi comunicada pela mesma entidade em 16 de maio de 1816 e publicada no

---

<sup>18</sup> Orville Derby destaca em seu estudo o fato de nessa mesma época outros importantes meteoritos terem sido identificados, em especial o encontrado em *Campo del Cielo*, no México em 1783.

<sup>19</sup> Os referidos “Relatório Oficial” e “Estudo sobre o meteorito” de José Carlos Carvalho e Derby respectivamente destacam a grande dificuldade que o químico enfrentou para retirar um fragmento de alguns quilogramas.

mesmo ano no “Philosophical Transactions”. A pesquisa apresentava um meteorito de “28 pés cúbicos e peso em 14.000 libras (...) com 95,1% de ferro” (CARVALHO, 1928, p. 21). A partir deste momento, a massa até então denominada tão somente como “pedra”, encontrada no interior da Bahia, foi classificada como meteorito.

Ainda em 1811 o brigadeiro Felisberto Caldeira Brant fez uma nova tentativa, mal sucedida, visando levar o ‘Bendegó’ para a capital da província. Posteriormente em 1820, os naturalistas Spix e Von Martius também foram acompanhados do descobridor e encontraram o meteorito “jazendo sobre madeiras” (Id.). Em sua obra “Viagem ao Brasil 1817-1820” (p. 234), relatam acerca da localidade:

Conta-se aqui, particularmente a história de um sertanejo que, há mais de cem anos, havia prometido ao então Governador Geral da Bahia entregar-lhe semanalmente duas arrobas de prata, se lhe obtivesse o título de Marquês das Minas e (...) que o sertanejo depois havia morrido na prisão sem revelar o segredo. Estas supostas minas de prata, segundo alguns, estão situadas no próprio Monte Santo, segundo outros na Serra Grande ou Serra da Pedra Vermelha; talvez o descobrimento do bloco de ferro do Bendegó tenha renovado e dado vulto a tais boatos.

Os naturalistas descreveram dificuldades para coletar uma amostra, pois todas as extremidades ou possíveis saliências já haviam sido retiradas pela população local. Com um grupo de trabalho, empilharam madeira sobre o ‘Bendegó’ e mantiveram fogo por vinte e quatro horas, no dia seguinte então conseguiram destacar vários fragmentos, o maior deles foi depositado no Museu de Munique na Alemanha, onde também foi analisado e chegou-se ao resultado de sua composição como sendo noventa e um por cento de ferro.

Outras instituições possuem fragmentos do ‘Bendegó’, destacando-se os museus de Londres, Vienna, Gottingue, São Petersburgo, Berlim, Erlanger e Copenhague. Carvalho, em sua publicação de 1928, ressalta ainda que algumas amostras de poucas gramas pertenciam a colecionadores particulares.

Fruto de um interesse crescente pelas Ciências Naturais e da consolidação desse campo de conhecimentos a partir da segunda metade do

século XIX, o Museu Nacional convivia e colaborava com outras coleções, visando impulsionar a criação de espaços – como Gabinete de História Natural da Bahia e do Maranhão. A partir da década de 1870, com o apoio governamental, Ladislau Netto<sup>20</sup> preocupou-se com a organização de uma rede de museus de Províncias, enviando amostras de diversos exemplares de fauna, flora e minerais para os “Gabinetes do Instituto Archeológico de Alagoas”, do “Instituto Histórico de Goiânia” e do “Instituto Histórico de Pernambuco”.

Reformas no Museu Nacional foram consolidadas no decorrer do século XIX, em especial em suas últimas décadas, visando integrá-lo ao “movimento dos museus”, expressão cunhada por Laurence Coleman – diretor da *American Association of Museums* no final do século XIX – para dar conta da expansão de museus de diversos tipos por todo o continente. Tal “movimento” caracterizou-se pelo estabelecimento de uma ampla rede de intercâmbios, que pôs em contato de diferentes modos e em diferentes circunstâncias os museus que foram se criando por todos os continentes (LOPES, 1993, p. 244).

Um contexto de expansão das diferentes áreas disciplinares e instituições científicas, bem como a especialização e profissionalização dos técnicos e cientistas marcaram o século XIX. Considerados por Derby como fruto de um crescente despertar do estado das ciências no Brasil entre 1870 e 1883, o Museu Nacional, o Observatório Astronômico e a Escola de Minas de Ouro Preto eram os principais centros de pesquisa científica no país (LOPES, 1993, p. 169).

O período em que o ‘Bendegó’ é trazido para o Rio e Janeiro, foi considerado por João Batista de Lacerda, posteriormente diretor da instituição, como:

(...) o início do período mais fecundo, de maior atividade e de mais intenso brilho na história do Museu Nacional. Ele cresceu muito no valor do cabedal que possuía e na reputação científica que já havia adquirido, até nivelar-se com as melhores instituições congêneres existentes em outros países da Europa e da América Latina (1905, p. 37).

---

<sup>20</sup> Ladislau Netto estudou Histologia e Anatomia dos Vegetais e seus textos foram publicados na Academia de Ciências de Paris. Em 1867, passou a chefiar a Seção de Botânica do Museu Nacional. Foi nomeado diretor da instituição em 1874 e permaneceu no cargo até 1893.

Desde sua fundação o Museu Nacional tinha como principais objetivos “propagar os conhecimentos e estudo das Ciências Naturais no Reino do Brasil que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame (...)”<sup>21</sup>. O interesse posterior na incorporação do Bendegó às coleções desse museu encontra respaldo no destaque que a Mineralogia sempre desfrutou na instituição. Como exemplo podemos destacar o conjunto de minerais conhecido como “Coleção Werner” e que se tornou a primeira coleção do museu. Composta de três mil trezentos e trinta e seis exemplares foi comprada em 1805 por Antônio de Araújo de Azevedo - Conde da Barca - para o Museu de História Natural de Lisboa e classificada por Abraham Gottlob Werner. Os exemplares foram trazidos para o Brasil e doados em 1818 para o Museu Real. A figura 3, a seguir apresenta alguns dos exemplares da coleção mineralógica conhecida como coleção “Werner”.



Figura 3 - Minerais da “Coleção Werner”.  
Seção de Museologia do Museu Nacional

Na época em que o meteorito passa a integrar as coleções do Museu Nacional, a instituição era definida, pelo Regulamento<sup>22</sup> de 1876, como destinada “ao estudo da História Natural, particularmente do Brasil e ao ensino

<sup>21</sup> Trecho do Decreto de fundação do Museu Real assinado por D. João VI em 1818.

<sup>22</sup> O Regulamento de 1875 foi autorizado pelo artigo 20 da lei nº 2640 de 22 de setembro de 1875 e viabilizado no decreto nº 6.116 de 9 de fevereiro de 1876. O que o substituiu em 1890 foi viabilizado no decreto nº 379-A de 8 de maio de 1890 (Coleções de Leis do Brasil 1876 e 1890 APUD LOPES, 1993).

das ciências físicas e naturais”. Essa mudança difere do Regulamento anterior que buscava organizar as seções, estruturar a instituição, por refletir um reforço das instituições ligadas ao estado no que tange à questão da construção de uma identidade relacionada com a idéia de nação.

Um novo Regulamento foi criado em 1890 estabelecendo que o Museu Nacional tinha por fim “estudar a História Natural do globo e em particular do Brasil, cujas produções naturais deverá coligir, classificar (...) e conservando-as acompanhadas de indicações quanto possível explicativas ao alcance dos entendidos e do público”.

As mudanças nos Regimentos da instituição podem ser relacionadas à transição para a República no país e aos discursos que se estruturam a partir dessa mudança. A preocupação com a inserção dos estudos acerca da “história natural do globo” como um dos fins institucionais ressalta uma formação discursiva que traduz uma preocupação em oficializar regimentalmente a estruturação de suas atividades sobre os princípios universais da ciência, visando sua inserção no “concerto das nações”.

Sob esses regulamentos, o museu foi reorganizado em quatro seções: a primeira compreendia Zoologia, Anatomia e Embriologia Comparada; a segunda a Botânica; a terceira Mineralogia, Geologia e Paleontologia e a quarta era de Antropologia, Etnologia e Arqueologia. Essas modificações foram um ajuste às novas especialidades que se constituíam e ganhavam espaço no museu (LOPES, 1993, p. 175).

Após a chefia do geólogo norte-americano Charles Fredric Hartt, em 1879, assume a direção da terceira seção, outro geólogo norte-americano, Orville Adalbert Derby. Em 1880, no início de sua gestão chefiou, a Comissão Hidrográfica do rio São Francisco.

Com a preocupação de que o meteorito pudesse ser encoberto por sedimentos e sua referência fosse perdida, em 1883, Derby envia correspondência a Theodoro Sampaio – engenheiro chefe da Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco – pedindo informações sobre sua localização e estado geral. A resposta relatava que um enviado até o local informou ter visto o objeto e que este era bem conhecido nos sertões de Monte

Santo<sup>23</sup>. A localidade onde o meteorito se encontrava era conhecida como Bendegó. O rio onde o aerólito permaneceu possuía o mesmo nome e atravessava uma fazenda destinada à criação de gado. Na mesma correspondência fez-se referência às tentativas anteriores de retirada do “aerólito” do leito do riacho, apontando seu tamanho, peso, bem como a falta de meios adequados como causadoras do insucesso. Em outro trecho, Sampaio confirma que a Estrada de Ferro da Bahia estava seguindo em direção ao Distrito de Monte Santo e chegaria, em seu ponto mais próximo, a cerca de cem quilômetros do local onde se encontrava o meteorito. A figura 4, a seguir mostra o meteorito no riacho Bendegó após sua primeira tentativa de transporte.



Figura 4 - Meteorito no riacho Bendegó após primeiras tentativas de transporte.  
Arquivo do Museu Nacional

Em 1886, o professor Derby encaminha essas informações para o diretor Ladislau Netto. Luiz da Rocha Dias, engenheiro diretor encarregado do prolongamento da estrada de ferro Bahia ao São Francisco, atendendo a um pedido de Netto, determina que Vicente José de Carvalho Filho fosse enviado

---

<sup>23</sup> O nome original Pico-Arassú foi alterado para Monte Santo em 1786, após o missionário apostólico capuchinho frei Apollonio de Todi realizar em uma capela inacabada no local uma missa e colocar uma via-sacra que chamou de Santos Passos. O pico ou morro fica a 781 metros acima do nível do mar. (CARVALHO, 1928). Apesar de não termos nos aprofundado nas pesquisas sobre a mudança do nome do monte, poderíamos nos questionar se tal modificação também teria relação com o meteorito, já que tal alteração se deu após o achado do aerólito.

para realizar um reconhecimento da área onde se encontrava o meteorito e posteriormente elaborasse uma forma possível de removê-lo para o Museu Nacional.

Após retornar do local, o engenheiro destaca em seu relatório a necessidade de se planejar o transporte de um objeto de aproximadamente nove toneladas - peso estimado sem precisão – por mais de cem quilômetros sem estradas e remete uma amostra da peça. Ao relatar as conjunturas desse período em seu estudo posterior, Derby relata que as despesas para executar uma tarefa nessas condições, excederiam os recursos do museu e que “as probabilidades de bom êxito em um apelo para auxílio governamental ou particular pareciam tão duvidosas, que se deixou de pensar no assunto nos círculos oficiais” (1895, p. 96).

Em ofício do Palácio da Presidência da Província do Governo da Bahia, datado de doze de dezembro de 1886, o diretor do Museu Nacional é comunicado que o Delegado do Termo de Monte Santo declarou em ofício de vinte e cinco de novembro

(...) ter tomado as providências necessárias para conservação do meteorólito existente no lugar denominado “Bendegó” daquele Termo, até que pelo Governo seja resolvido a aquisição do mesmo meteorólito para o Museu Nacional<sup>24</sup>.

A intenção de transportar o ‘Bendegó’ para o Museu Nacional está presente em toda a documentação consultada neste estudo<sup>25</sup>, não tendo sido aventada em nenhuma das fontes a possibilidade de entregar a responsabilidade de conservação, pesquisa e exposição desse item para outra instituição, denotando o potencial enunciativo do objeto como elemento a ser inserido nas coleções do museu que possuía já em seu nome a função de representação da nação.

Em 1887, foram retomadas discussões que levaram ao efetivo transporte do aerólito para o Rio de Janeiro. Na sessão da SGRJ de 27 de maio desse

---

<sup>24</sup> Ofício 791 de 17/12/1886 emitido pelo Palácio da Presidência da Província da Bahia para o Diretor Geral do Museu Nacional. ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL, BR MN MN. DR.CO, AO. 3922. VIDE ANEXO

<sup>25</sup> A possibilidade de encaminhar o meteorito para outra instituição poderia ter sido manifestada nos Boletins da SGRJ ou Ofícios ministeriais relacionados ao transporte. Em toda a documentação consultada para a estruturação desse estudo o propósito de trazer o meteorito para o Museu Nacional é mencionado.

mesmo ano, José Carlos Carvalho apresentou uma “Memória”<sup>26</sup> sobre o meteorito acompanhada das novas informações fornecidas por seu primo, o engenheiro encarregado de estudar os obstáculos referentes ao transporte Vicente José de Carvalho Filho. Após sua fala, apresentou também uma amostra que segundo seu relatório foi doada a S. M. o Imperador D. Pedro II.

Uma apresentação das singularidades da SGRJ se faz instrumental e visa uma melhor compreensão do discurso gerado por esta entidade em sua decisão de liderar o empreendimento de transportar o meteorito para a capital do Império.

Durante o século XIX na Europa, ganharam corpo iniciativas de reconhecimento de territórios localizados fora do continente europeu na forma de expedições militares ou viagens de estudo organizadas por associações privadas de cunho científico ou comercial. As Sociedades Geográficas se destacaram nesse cenário principalmente entre 1870-1890. A entidade deste gênero mais antiga é a de Paris. Fundada em 1821, serviu de modelo para a fundação das demais que se seguiram, como a de Berlim em 1828, Londres em 1830, Bombaim em 1831 e Frankfurt em 1836.

No continente americano, algumas associações congêneres fundadas neste primeiro momento foram: a Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística em 1833, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB - fundado em 1838 e a Sociedade Geográfica Americana estabelecida em Nova York em 1852. Tais entidades possuíam como parte de suas atribuições, divulgar o conhecimento científico por meio de intercâmbio de publicações, congressos, troca de correspondências com entidades similares, em especial as européias. Suas atuações como centros de intercâmbio científico visavam suprir os vazios informacionais acerca do aspecto geográfico do mundo conhecido e fornecer elementos para a sua reconfiguração no plano representacional (cf. DRIVER, 2001).

A SGRJ foi fundada em 1883 também inspirada nos modelos europeus. Até aquele momento duas instituições dominavam o saber geográfico sobre o Brasil, o IHGB e a filial da Sociedade de Geografia de Lisboa, que funcionou

---

<sup>26</sup> Publicada no segundo Boletim do Tomo três de 1887 da Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e na Gazetilha do Jornal do Commercio em 5 de julho do mesmo ano (CARVALHO, 1928, p. 24).

entre os anos de 1878 e 1888. A justificativa para a criação da associação geográfica do Rio de Janeiro pautava-se no entendimento de que o IHGB possuía uma complexidade de fins e uma maior concentração de suas atividades nos estudos históricos, enquanto que a Sociedade de Geografia de Lisboa até certo ponto atendia às demandas de especificidade de estudos na geografia, mas era uma filial da matriz portuguesa, o que se tornou um empecilho na possibilidade de contribuição para a consolidação da nação. (CARDOSO, 2007 p. 3).

O IHGB ligava-se às demandas do aparelho estatal, comprometido com o projeto de uma “memória nacional” e a geografia tinha o papel de auxiliá-la na tarefa de escrever uma história, fundar tradições, produzir datas a comemorar e símbolos a enaltecer, buscando a construção de uma imagem do Brasil e tornando-a homogênea no interior dos diferentes segmentos sociais. A Sociedade de Geografia de Lisboa estava inserida no projeto expansionista português, o que gerou dissonâncias entre seus membros desde 1881, que se dividiram entre a necessidade de criação de uma associação nacional ou manter-se na mesma estrutura, o que levou à fundação da SGRJ em 1883 (cf. CARDOSO, 2007; GUIMARÃES, 1988; SCHWARCZ, 1989).

A origem das sociedades geográficas em nosso país vincula-se estreitamente ao processo de formação do Estado nacional, requerendo um rompimento simbólico com o passado e a mobilização de espaços para delinear a gênese da nacionalidade brasileira, constituindo o conhecimento geográfico do país um dos suportes para esta história nacional, exemplificando o valor simbólico conferido ao território e ao quadro natural nas representações sobre a nação (cf. GUIMARÃES, 1988; DOMINGUES, 1996).

O texto do convite<sup>27</sup> enviado para a reunião de fundação da referida Sociedade estabelecia que seu objetivo era “fundar nesta cidade uma Sociedade de Geografia à semelhança das que existem em quase todas as cidades importantes”. Seus quadros sociais foram freqüentados por advogados, médicos, engenheiros civis e militares e cientistas que

---

<sup>27</sup> Trecho do convite enviado pelo senador Manuel Francisco Correia em 1883. Disponível na página eletrônica da atualmente denominada Sociedade Brasileira de Geografia. <http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/historia>

compartilhavam a idéia de utilitarismo da ciência e da crença no progresso da nação (CARDOSO, 2005, p. 82).

Apesar de seu discurso ter visado uma diferenciação de espaços como o IHGB, podemos perceber que seus empreendimentos de certa forma estavam também voltados para a prestação de serviços ao Estado, já que as informações pesquisadas auxiliavam tanto no reconhecimento do território quanto da natureza de cada região. Destaca-se, ainda, a presença de D. Pedro II durante os anos de 1883 a 1889 em suas sessões<sup>28</sup>. No editorial de seu primeiro boletim<sup>29</sup> publicado em 1885 são ressaltados os fatores que justificam a sua criação:

“(...) a fim de preencher a lacuna, há muito sentida de uma Sociedade nacional, que tome a seu cargo o estudo, a discussão, investigações e explorações científicas da geografia nos seus diferentes ramos (...) e aplicações; e com especialidade o estudo e conhecimento dos fatos e documentos concernentes à geografia do Brasil”<sup>30</sup>

Nesta mesma publicação foram relatadas as singularidades da geografia como objeto de estudo naquele momento:

“(...) o domínio da geografia, por muitos anos, não passou de alguns adeptos: somente quando a corrente das pesquisas científicas arrastou o gênero humano aos estudos mais transcendentais, quando a realização dos melhoramentos materiais da viação, do telégrafo e das máquinas, destruiu os embaraços que dificultavam em grande parte o progresso, então surgiu com verdadeira eficácia o justo entusiasmo pelo conhecimento profundo da Terra”<sup>31</sup>.

A SGRJ atuou como um fórum de legitimação do conhecimento geográfico, acolhendo diferentes modelos de estudo, tradições disciplinares e concepções acerca do trabalho científico (PEREIRA, 2004, p. 16), possuindo estatutariamente os objetivos de estudar, discutir, investigar explorar cientificamente a partir dos diferentes ramos da geografia, os princípios,

---

<sup>28</sup> Em caso de impedimento o Imperador era representado pela Princesa Isabel e pelo Conde d'Eu, que estavam presentes na sessão de apresentação do relatório do transporte do meteorito.

<sup>29</sup> Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tomo I, n° 1, 1885.

<sup>30</sup> Id. p. 4

<sup>31</sup> Id. p. 6

relações, descobertas, progressos e aplicações concernentes à geografia, em especial do Brasil.

A partir da eleição de sua primeira direção, formaram-se comissões internas de geografia física, política, matemática e acerca do homem americano. Dentre os sócios que constituíram essas comissões encontravam-se Orville Derby e Ladislau de Netto Souza do Museu Nacional, bem como Luiz Cruls e Henrique Morize do Observatório Nacional.

O responsável pelo transporte do Bendegó, José Carlos Carvalho, era sócio da SGRJ e oficial reformado da Marinha brasileira<sup>32</sup>. Havia adquirido experiência com transportes de grandes pesos no Serviço Naval da “Guerra do Paraguay” e utilizou seus conhecimentos para planejar uma forma de remover o aerólito para o Museu Nacional. Durante sessões da SGRJ, este se ofereceu para chefiar a operação de transporte, bem como para encontrar financiamento para o empreendimento (DERBY, 1895, p. 97).

Na sessão da SGRJ de 3 de junho de 1887, foi resolvido por votação unânime e por indicação de seu presidente o Marquez de Paranaguá, que seriam tomadas providências para viabilizar o transporte do meteorito do sertão da Bahia até a Corte com a finalidade de oferecê-lo ao Museu Nacional. Em 13 de junho, em ofício da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o diretor do Museu Nacional é solicitado a enviar com brevidade o orçamento da despesa do transporte do “meteorolitho de Bendegó até esta Corte”<sup>33</sup>. Na sessão de 17 de junho subsequente, foi anunciado que o Barão, posteriormente Visconde de Guahy, tinha oferecido toda a quantia necessária para a tarefa.

Em sua publicação, Derby não menciona a participação direta do Imperador D. Pedro II na remoção do meteorito. Em 1928, na introdução de sua publicação referente à celebração dos quarenta anos do transporte para o Museu Nacional, Carvalho menciona que Sua Majestade encontrava-se em Paris em 1886, quando foi procurado por membros da Academia de Ciência da França, solicitando que removesse para o Museu Nacional a “colossal massa

---

<sup>32</sup> Após a Guerra do Paraguai José Carlos Carvalho abandonou a carreira militar. Em reconhecimento pelo transporte do meteorito de Bendegó para o Rio de Janeiro, sua patente foi restituída e posteriormente foi alçado a Vice-Almirante. (CARVALHO, 1995)

<sup>33</sup> Ofício 57 de 13/06/1887 da Secretaria d’Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o Diretor Geral do Museu Nacional. ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL BR MN MN. DR.CO, AO. 3964. VIDE ANEXO

de ferro extra-terrestre” (1928, p. 6). Sócio estrangeiro daquela Academia, D. Pedro II teria prometido atender tal pedido logo que estivesse de volta ao Brasil.

No trecho seguinte, José Carlos Carvalho relata seu encontro com o Imperador em 1887 explicitando que

Sua Majestade mandou-me chamar a S. Christovão e, referindo-me a promessa que havia feito aos seus illustres companheiros (...) deu-me ordem para que me preparasse para ir buscar a Bahia o meteorito (Id. p. 6).

Em 31 de junho do mesmo ano, em correspondência para o Visconde de Paranaguá, o Gabinete do Ministério da Agricultura acusa o recebimento de ofício e elogia a resolução da SGRJ de transportar, mediante auxílio do Barão de Guahy, o Bendegó, bem como sua posterior doação ao Museu Nacional.

O Diretor do Museu recebe então, em 12 de junho seguinte, da Secretaria d’Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas o seguinte comunicado:

(...) foram expedidas as ordens necessárias a fim de que o Comendador José Carlos Carvalho e os Engenheiros Vicente José de Carvalho Filho e Humberto Saraiva Antunes sigam em Comissão para a província da Bahia no vapor do 20 corrente, no intento de fazer transportar para esta corte o Meteorolitho de Bendegó, destinado ao Museu Nacional<sup>34</sup>.

Foram dadas pelo Ministro da Agricultura instruções para expedição, dentre elas a de que fossem organizadas plantas da localidade e estudos dos caracteres geológicos do terreno, ressaltando uma formação discursiva acerca da nação presente na preocupação com o conhecimento do território e das características geográficas do interior do país. O local onde se achava o meteorito e os demais pontos que merecessem destaque deveriam ser assinalados com marcos que pudessem ser reconhecidos em qualquer época<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Ofício 81 de 12/08/1887 da Secretaria d’Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas para o Diretor geral do Museu Nacional. ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL BR MN MN. DR.CO, AO. 3980 VIDE ANEXO

<sup>35</sup> Instruções enviadas pelo Ministro da Agricultura Rodrigo Augusto da Silva a José Carlos Carvalho em 18/8/1887 (APUD CARVALHO, 1928, p. 31).

A Comissão embarcou no paquete “Espírito-Santo” em vinte de agosto de 1887, chegando à Bahia em vinte e três do mesmo mês. No dia cinco de setembro, passaram pela Villa de Santo Antônio e, no dia seguinte encontraram o “Bendegó”. O início dos trabalhos de remoção foi marcado com uma solenidade cívica coordenada por José Carlos Carvalho propositalmente no dia sete de setembro, em função do aniversário da Independência do Brasil (VIDAL, 1945, p. 6), relacionando o objeto à idéia de nação e agregando-lhe um significado, anterior à sua incorporação às coleções do Museu Nacional. A figura 5, a seguir, apresenta um dos registros da solenidade de início dos trabalhos de remoção do meteorito.



Figura 5 - Imagem registrando o início dos trabalhos de remoção do meteorito.

Imagem reproduzida no livro publicado por José Carlos Carvalho em 1928 p. 61

Um termo foi lavrado e colocado em uma caixa de ferro juntamente com um exemplar do “Boletim da Sociedade de Geografia” – onde estava publicada uma “Memória” sobre o meteorito - e uma fotografia. A caixa foi assentada nas fundações do obelisco erguido para marcar o local da queda, recebendo o nome de D. Pedro II.

Erguido em formato de pirâmide, cada face da construção recebeu diferentes inscrições. Na face voltada para o norte foi gravado “Pedro II, Bendegó -1887”. Na face leste lia-se “D. Izabel, Regente – Sociedade de

Geografia de Rio de Janeiro, Presidente Visconde de Paranaguá”. O lado voltado para o oeste tinha inscrito “Rodrigo Silva, Ministro da Agricultura” e na face virada para a direção sul foram destacados os integrantes da Comissão: “José Carlos de Carvalho, Vicente José de Carvalho e Humberto Saraiva Antunes”. De certa forma, tal obelisco pode denotar uma intenção de registro, com a memória deste empreendimento, bem como, simbolicamente representa ou materializa a ausência do meteorito daquele local. A figura 6, a seguir, apresenta o obelisco D. Pedro II, erguido como marco do local de onde o meteorito foi retirado.



Figura 6 - Imagem do obelisco que marcava o início dos trabalhos de remoção do meteorito. Imagem reproduzida no livro publicado por José Carlos Carvalho em 1928 p. 36

Para facilitar o planejamento do transporte e atender às demandas solicitadas pela SGRJ, José Carlos Carvalho determinou que fosse realizado, por parte da equipe, um reconhecimento geológico do local. O solo da região foi considerado fraco e arenoso e a irrigação era feita somente por chuvas. Alguns tipos de vegetação foram listados e ossos fósseis enterrados, sobre a superfície do terreno foram encontrados a vinte quilômetros do local onde estava baseada a equipe para a remoção do meteorito. Esses reconhecimentos não foram aprofundados por falta de tempo e de especialistas nas referidas áreas na Comissão.

A falta de chuva que dava ao local um aspecto desolador e a grande miséria na região também foi destacada. Porém, para o chefe da Comissão não se podia apenas marcar o sertão pelo aspecto da seca, já que em outras épocas, em especial depois das chuvas, formavam um cenário completamente diferente.

Para atender às demandas do caminho escolhido, foi projetado um carro, ou carretão como foi chamado, de modo a trabalhar com ou sem trilhos. Cada eixo tinha um par de rodas de madeiras largas para correr sobre o terreno e também um par interno de rodas de estradas de ferro, de diâmetro um tanto menor, de modo que, quando colocadas sobre trilhos, as rodas externas ficavam suspensas.

O carro foi puxado por dez a doze pares de bois. Em seu projeto foi levado em consideração que as peças deveriam ser simples de forma a facilitar o reparo. Sua construção se deu nas oficinas do “Aramarys”, no prolongamento da estrada de ferro da Bahia ao São Francisco e dirigidas pelo engenheiro Caetano Furquim de Almeida, seguindo as instruções do projeto. De acordo com um teste de resistência de carga feito ainda na oficina, o carro teria agüentado até nove mil quilos. A figura 7, a seguir, apresenta, um dos registros do trajeto enfrentado pela comissão para transportar o meteorito.



Figura 7- Imagem do carretão durante o transporte .  
Imagem reproduzida no livro publicado por José Carlos Carvalho em 1928 p. 75

Derby ressaltou que em muitos momentos somente a experiência de Carvalho com aparelhos navais permitiu que se transpusessem determinadas encostas e passagens por cursos de água. A “marcha” – como ficou conhecida no relatório final do transporte - iniciou-se em 25 de novembro de 1887. Alavancas e ferramentas, denominadas popularmente por “macacos”, foram usadas para desalojar o meteorito do leito do riacho e colocá-lo sobre uma pilha de dormentes de um metro e meio de altura. Sobre esse apoio foi possível conhecer as medidas exatas – dimensões, forma e peso aproximados. As figuras 8 e 9, a seguir, registram as dificuldades encontradas no trajeto e a adaptabilidade do carretão que funcionava tanto com dormentes como puxado por parselhas de bois.



Figura 8 - Imagem da adaptação do carretão para utilização de dormentes no transporte até Jacuricy /BA .  
Imagem reproduzida no livro publicado por José Carlos Carvalho em 1928. p. 71



Figura 9 - Imagem do carretão sendo puxado por homens para ser adaptado para ser puxado por pares de bois no transporte na Serra do Acarú .  
Imagem reproduzida no livro publicado por José Carlos Carvalho em 1928. p. 71

O terreno foi transposto com dificuldade, porém sem nenhum acidente registrado. Depois que conseguiram transpor a Serra do Acarú, nas proximidades da localidade de Monte Santo no sertão baiano, fortes chuvas tornaram a marcha bastante lenta, sendo necessário interrompê-la quatro vezes para a substituição dos eixos do carretão que se partiram. No relatório final, a comissão encarregada se diz orgulhosa de ter conseguido “registrar um dos serviços mais notáveis na história dos transportes effectuados no Brasil” (CARVALHO, 1928, p. 73).

No dia quatorze de maio de 1888 a marcha chegou à estação de Jacuricy, último ponto de parada antes de Salvador. No dia 16 foi assentada a pedra fundamental do segundo marco construído. Para registrar que as despesas foram pagas pelo Barão de Guahy<sup>36</sup>, o obelisco recebeu o seu nome. Uma nova caixa de ferro foi colocada em suas fundações, contendo também um exemplar da “Revista da Sociedade de Geografia” e alguns números de jornais da Bahia que publicavam o decreto que extinguiu a escravidão no Brasil. Uma nova solenidade foi realizada com a celebração de uma missa, assim como no início da marcha. A colocação deste decreto, assim como a missa, a realização de um ritual, também agregam significados a este objeto, são marcos simbólicos que já associam o Bendegó às formações discursivas

<sup>36</sup> Elysio Pereira Marinho obteve o título de Barão de Guahy em 1879. Foi Ministro da Marinha, Deputado da Província da Bahia e Benemérito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

acerca da nação. A travessia até a estação de trem foi de cento e treze quilômetros e seiscentos e dez metros (113, 610 km), percorridos em cento e vinte e seis dias, com uma média de novecentos metros diários. As figuras 10 e 11, a seguir, são do obelisco Barão de Guahy em Jacuricy e do embarque do meteorito na estação de trem para Salvador.



Figura 10 - Imagem do obelisco erguido em Jacuricy que permanece ato hoje na cidade. Setor de Meteorítica do Museu Nacional



Figura 11 - Imagem do embarque na estação de trem de Jacuricy . Imagem reproduzida no livro publicado por José Carlos Carvalho em 1928. p. 78

Em 26 de maio de 1888, antes de ser embarcado para o porto da Bahia, o meteorito foi pesado na estação de Calçada. A pesagem foi coordenada por

Richard Triplady – Superintendente da Companhia Inglesa da Estrada de Ferro – aferindo cinco mil trezentos e sessenta quilos. Do porto de Salvador foi embarcado para o Rio de Janeiro no vapor “Arlindo”.

A chegada ao Rio de Janeiro se deu no dia 15 de junho de 1888. O desembarque foi feito por efetivo do Arsenal de Marinha, para onde o meteorito foi conduzido. Lá chegando, o chefe da comissão relata ter sido recebido por

Sua Alteza a Princesa D. Izabel, por Sua Alteza o Sr. Conde d’Eu, pelo Almirante Barão de Corumbá, Camarista de Sua Majestade o Imperador, pelo Dr. Ladislao Netto, Diretor do Museu Nacional e o Barão de Ivinhema, Inspetor do Arsenal de Marinha, acompanhado de todos os engenheiros chefes de oficinas.<sup>37</sup>

O ‘Bendegó’ permaneceu alguns dias depositado nesse espaço onde, com máquinas de plainar, foi realizado um corte “indispensável ao estudo da sua estrutura e natureza”(Id.) de uma parte de sessenta quilos, posteriormente fragmentada e doada para estudo em diversos museus. Durante esse tempo, foi registrada a presença de “Sua Alteza a Princesa Regente, seu augusto esposo e filhos, acompanhados dos Srs. Barões de Loreto e de Muritiba”, bem como do professor Orville Derby e do diretor do Museu Nacional.

Ao confrontarmos os registros de Derby e Carvalho, destaca-se a ausência de referências na obra do primeiro sobre a presença da família Imperial, em especial da participação efetiva de D. Pedro II na decisão de transportar o meteorito para o Museu Nacional, já que os dados técnicos apresentam pouquíssimas diferenças. Talvez o fato de o estudo do professor do Museu Nacional ter sido escrito em 1895, logo após a Proclamação da República (1889) explicita um possível desconforto em efetuar tal registro no interior daquele contexto sócio-político.

Anteriormente, no dia 17 de julho de 1888, em sessão extraordinária da SGRJ, em que se encontrava presente a Princesa Izabel, os trabalhos da Comissão foram oficialmente dados como concluídos com a leitura do Relatório oficial, publicado pela Imprensa Nacional em francês e português. Algumas cópias foram enviadas para a Academia de Ciências de Paris e outros institutos científicos e bibliotecas estrangeiras.

---

<sup>37</sup> José Carlos Carvalho (1928, p. 88) inclui em seu livro uma referência acerca da presença da Princesa Izabel durante os trabalhos no Arsenal de Marinha.

A referida publicação continha um histórico do objeto, quadros de coordenadas geográficas, altitudes e distâncias, uma descrição do transporte, plantas da zona explorada e da Vila de Monte Santo e fotografias de plantas e do transporte.

No que tange à atuação da SGRJ podemos destacar esse trecho de sua Revista publicada em 1888:

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que acaba de ver coroada a sua obra de ter transportado para o Museu Nacional o meteorolito de Bendegó, iniciou nova campanha, aproveitando a espontaneidade e a intrepidez de três de seus membros, distintos officiaes do exército brasileiro, que se propõem explorar a parte, ainda desconhecida do território de Mato Grosso<sup>38</sup>

No decorrer do século XIX, diversas instituições desempenharam um papel na construção da idéia de nação por meio da elaboração de formações discursivas. A SGRJ o fez por meio de empreendimentos como o transporte do Bendegó, que permitiram o deslocamento do objeto e a coleta de informações acerca do clima, vegetação e topografia do sertão baiano que foram utilizadas como formações discursivas sobre a nação, assim como, os marcos simbólicos como a solenidade cívica realizada no dia sete de setembro e missa realizada no encerramento dos trabalhos. O Museu Nacional estruturou esse mesmo papel discursivo por meio dos estudos e exposição de seus acervos.

---

<sup>38</sup> Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tomo IV, 2º boletim, 1888, p. 121.

## **CAPÍTULO 4**

# **A INCORPORAÇÃO DE METEORITO DE BENDEGÓ AO ACERVO DO MUSEU NACIONAL**

(...) os limites entre natureza e cultura são construídos nos museus, entalhados na topografia do conhecimento com objetos e galerias (...) (Samuel Alberti, 2008)

A partir da incorporação do meteorito de Bendegó às coleções do Museu Nacional, novos significados foram agregados ao objeto. O item 4.1 *O meteorito de Bendegó no Museu Nacional* aborda sua inserção nos discursos e contextos institucionais – em especial os expositivos – enfatizando seu papel na representação da idéia de “nação brasileira”.

O item 4.2 *O retorno para o ‘Hall’: inserções expositivas na atualidade* pretende analisar o recente transporte do meteorito novamente para a entrada principal da instituição, como integrante do processo discursivo atual de revitalização do Museu Nacional.

#### **4.1 o meteorito de Bendegó no Museu Nacional**

No dia 27 de novembro de 1888, o meteorito foi levado para a sede do Museu Nacional situada no Campo de Santanna,-- no centro do Rio de Janeiro. Ao ser integrado às coleções do Museu Nacional, o meteorito passou a pertencer ao acervo de uma instituição que já possuía setenta anos de existência, possuindo singularidades configuradas desde sua fundação em 1818.

Amostras de produtos e objetos coletados em território brasileiro eram enviadas para a metrópole portuguesa desde o século XVI. Exemplares de recursos naturais e objetos etnográficos foram embarcados para compor as coleções do Museu Real de Lisboa. O crescimento das coletas científicas e das atividades colecionistas culminaram na criação de uma Casa de História Natural que posteriormente foi fechada. Em 1784, o vice-rei do Brasil funda a Casa dos Pássaros – como era popularmente conhecida – que abrigou uma coleção de exemplares da fauna e flora locais. As atividades foram encerradas em 1811, três anos após a chegada da família real e corte no Rio de Janeiro.

Os governadores de Província receberam instruções para organizar duas coleções completas de todos os produtos de sua região, sendo uma remetida para o Rio de Janeiro e outra depositada em um Gabinete de História Natural local, visando à constituição de uma rede de museus provinciais para o abastecimento de um museu central.

Esse ideal de funcionamento de museu metropolitano baseado no modelo e concepções da História Natural de Buffon<sup>39</sup> e Saint Hilaire<sup>40</sup>, resultou em uma espécie de manual denominado “Instrução”<sup>41</sup>. Diferentes diretores ao longo do século XIX buscaram sua implementação, constituindo o Museu Real como um espaço receptor de produtos das províncias brasileiras e de coleções de caráter universal (LOPES, 1993, p. 42-44). Esses espaços criados na América Latina no século XIX podem ser entendidos como manifestações da promoção do desenvolvimento das ciências em seus respectivos países, que por sua vez encontravam-se submetidos às influências dos modelos europeus.

Em 24 de outubro de 1821, o museu, sediado em um prédio no entorno do Campo de Sant’anna, abriu suas portas à visitação. A constituição de seus acervos nesse período foi organizada por seu primeiro diretor, Frei José da Costa Azevedo e marcada pela incorporação da coleção mineralógica adquirida pela coroa portuguesa no final do século XVIII. Conhecida como “Coleção Werner”, o conjunto de minerais recebeu esse nome em homenagem a Abraham Gottlob Werner, considerado um dos principais nomes da mineralogia. Também foram incorporadas naquele período as coleções da antiga Casa de História Natural, compostas de objetos de arte, artefatos indígenas e produtos da flora e da fauna brasileira.

Durante as décadas que se seguiram, diversos naturalistas e viajantes estrangeiros vieram ao Brasil e visitaram o museu que já era considerado por seus diretores como acanhado, em termos de espaço, para suas necessidades e o volume de suas coleções. Além das questões espaciais, outro pleito dos diretores registrado em seu Livro de Ofícios<sup>42</sup> era o de que o governo cobrasse de modo mais efetivo dos naturalistas estrangeiros o envio de pelo menos uma das amostras coletadas para o Museu Imperial. Marcou esse período a

---

<sup>39</sup> Georges-Lois Leclerc era naturalista francês e publicou um dos primeiros volumes sobre História Natural em 1749. Recebeu o título de Conde de Buffon em 1771 por sua contribuição científica e seu trabalho como diretor do Jardin des Plantes em Paris.

<sup>40</sup> August Saint-Hilaire era francês. Destacou-se como um dos nomes da denominada Botânica romântica no século XVIII. Foi um dos primeiros naturalistas a percorrer o território do reino brasileiro entre 1816 e 1822.

<sup>41</sup> Referindo-se ao Museu e ao Jardim Botânico, a “Instrução” divulgava as concepções de História Natural de Vandelli, Buffon, Geoffroy e Saint Hilaire. propunha a organização ideal de um Museu que se apoiaria em uma rede de Gabinetes de História Natural locais, em intercâmbio com outras nações, em trabalhos de naturalistas e em um laboratório químico para completo conhecimento das produções naturais (LOPES, 1993 p. 41).

<sup>42</sup> Livro de Ofícios do Museu Nacional e Imperial do Rio de Janeiro – 1819 a 4 de fevereiro 1842 p. 26. **Arquivo do Museu Nacional.**

estruturação dos trabalhos para além das exposições, como a implantação do laboratório químico, por exemplo.

Naturalistas estrangeiros<sup>43</sup>, juntamente com os naturalistas locais Frei Veloso e Padre Arruda Câmara, dentre outros, coletaram e classificaram elementos da natureza do Rio de Janeiro. Como outros espaços criados a partir da chegada da corte portuguesa, o Museu Real, atual Museu Nacional, representava uma transposição de modelos europeus para os trópicos, demonstrando um alinhamento com as iniciativas européias. Não obstante, tais iniciativas também podem ser analisadas como uma incorporação de modelos clássicos de organização institucional, levando em conta os processos de ajustes que marcaram a institucionalização de espaços de Ciências Naturais no Brasil neste período (cf. SCHWARCZ, 1998; LOPES, 1997).

Em suas primeiras décadas, o Museu Nacional manteve vínculos com diversas instituições brasileiras como o Jardim Botânico, que durante alguns anos esteve junto com o museu sob alçada do mesmo ministério, a Biblioteca Nacional, a Academia de Belas Artes, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional<sup>44</sup>, a Sociedade de Instrução Elementar, a Sociedade de Medicina da Corte, a Academia Real de Ciências de Lisboa, o IHGB e as Escolas de Engenharia e Medicina da Corte (LOPES, 1993, p. 75).

Nesse momento podem ser identificadas na história do Museu Nacional

diversas representações de museus que se misturaram (...) A “instrução” nos lembra a ajuda de Vandelli; as doações de D. João VI, os gabinetes museus dos príncipes europeus do século anterior; as máquinas a *Arts et Métiers*; os produtos naturais das províncias distantes, o projeto de museu metropolitano; as antiguidades de todo o mundo, o mesmo ideal enciclopédico do British Museum (Id. p. 83)

---

<sup>43</sup> Dentre esses naturalistas estrangeiros destacam-se Johann Natterer, Thomas Ender, Johann Emmanuel Pohl, Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich von Martius.

<sup>44</sup> A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi fundada no Rio de Janeiro em 10 de outubro de 1827. Foi a primeira associação civil registrada no Império. Apesar de se constituir como um organismo privado, logo se vinculou à estrutura da Secretaria de Negócios do Império. Durante o reinado de D. Pedro I recebeu incentivo por ser entendida como “associação patriótica”, recebendo determinação do Imperador para comprar máquinas para que fossem expostas na sala que a Sociedade ocupava no prédio do Museu Nacional. Além de seus vínculos com esse museu, patrocinou a criação do IHGB e coordenou as exposições nacionais realizadas durante o Segundo Reinado (VAINFAS, 2000, p. 680).

Até a metade do século XIX, coleções como a de antiguidades egípcias<sup>45</sup>, juntamente com diversas outras, foram adquiridas para enriquecer o acervo do Museu, nesse momento já denominado Imperial. Em 1842, um novo Regulamento<sup>46</sup> dividiu a instituição em quatro seções: 1ª. Anatomia Comparada e Zoologia; 2ª. Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas; 3ª. Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas; 4ª. Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas.

Com essa estruturação, buscou-se a ampliação e organização de suas coleções. Nesse momento, o museu era um espaço de ensino e pesquisa científica e também voltado para a institucionalização de ciências e suas especializações (DIAS, 2005, p.33-34). Tais atividades não eram abertas a toda a população, mas permitidas apenas para um grupo específico de interessados e pares científicos.

A ausência de coleções representativamente nacionais é mencionada neste período por visitantes estrangeiros como o Conde de Castelnau (1844), o botânico inglês Gardner (1846), o viajante Thomas Ewbank (1847), o naturalista Hermann Burmeister (1850), considerando que o museu não espelhava a grande quantidade de produtos naturais existentes no país (LOPES, 1993, p. 103-104).

A instituição organizou também as primeiras exposições nacionais, como a Exposição de Indústrias em 1861 e a primeira Exposição Nacional, realizada no mesmo ano no prédio da Escola Politécnica no Rio de Janeiro. Produtos apresentados foram selecionados e enviados para Exposições Universais. A maior parte desses objetos estava desprovida de informações, o que pode ser visto como elemento diminuidor de sua relevância científica, porém os mesmos podem ser considerados testemunhas de práticas institucionais associadas às diretrizes do poder central (FARIA, 1998). Com relação ao papel do Museu Nacional nesse contexto, podemos concordarmos que

se intercâmbios internacionais e exposições universais integraram as preocupações dos diretores, isto pressupôs ainda que 'com os pés na América' eles não se descuidassem de suas tarefas, como construtores do Império, de integrar ou

---

<sup>45</sup> A coleção egípcia do Museu Nacional foi arrematada em leilão por D. Pedro I em 1826 e doada ao Museu Real no mesmo ano, sendo prontamente colocada em exposição.

<sup>46</sup> Regulamento nº123 de 3 de fevereiro de 1842. ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL.

trazer ao Rio de Janeiro – o mundo civilizado do país (...)(LOPES, 1997, p. 128)

O destaque junto aos espaços científicos europeus colaborou na decisão de se confeccionar uma réplica em tamanho natural do referido meteorito – executada no Arsenal de Marinha – e enviá-la para integrar a Exposição Universal de Paris em 1890 que comemorou o centenário da Revolução Francesa e a inauguração da Torre Eiffel.

As denominadas Exposições Universais estiveram inseridas nas conjunturas de aceleração e ampliação do processo de industrialização contido na expansão capitalista europeia da segunda metade do século XIX. A partir de 1851, tais eventos reuniram em um mesmo espaço representações das regiões em expansão (Europa e Estados Unidos), regiões sobre regime colonial e regiões distantes tidas como fontes de matéria-prima (BARBUY, 1996, p. 211).

Permeadas pela idéia de progresso, somente em 1876 essas exposições passaram a ser estruturadas em pavilhões nacionais, constituindo “modelos de mundo materialmente construídos e visualmente apreensíveis. Trata-se de um veículo para instruir as massas sobre os novos padrões da sociedade industrial” (BARBUY, 1995, p. 1-2).

Com a finalidade de celebrar o centenário da Revolução Francesa e, por conseguinte de um modelo republicano, a exposição de 1889 contou com sessenta e um mil e setecentos e vinte dois (61.722) expositores, sendo oitocentos e trinta e oito brasileiros (838). Cabe destacar que o Brasil foi um dos poucos países de regime monárquico e a última monarquia americana a se fazer representar, porém não oficialmente. Sua participação foi realizada por meio de uma delegação composta por empresários e jornalistas que formaram um Comitê Franco-Brasileiro<sup>47</sup>.

De certa forma, o evento como um todo tratou do domínio da tecnologia sobre a natureza. A América tropical era vista como o local da natureza virgem a ser moldada pela tecnologia europeia ou dos Estados Unidos (BARBUY, 1996, p. 220). O deslocamento do Bendegó, o desenvolvimento do carro para seu transporte, podem ser entendidos como enunciados para formações

---

<sup>47</sup> Neste Comitê havia uma comissão de estudos brasileiros integrada pelo Barão do Rio Branco e por Ladislau Netto do Museu Nacional. ,

discursivas acerca do desenvolvimento tecnológico na nação brasileira e se encaixavam nessa proposta da Exposição.

Uma das razões para a exibição da réplica do Bendegó nesse evento, foi por este ser naquele momento o maior meteorito do mundo exposto à visitação. Essa formação discursiva acerca da nação, possuidora do maior aerólito transportado para uma instituição científica no mundo, pode ser entendida como relevante no processo de consolidação da idéia de nação. A exposição da réplica, de certa forma representou discursivamente a contribuição de instituições científicas como o Museu Nacional na inserção do Brasil no “concerto das nações” e não pode ser dissociada da relevância da representação do Brasil nessa exposição em um contexto político em que o Império já se encontrava em fase final no país.

Somente dez anos depois chegaria ao Museu de História Natural de Nova York o aerólito denominado Cape York de 36 toneladas. Atualmente o maior do mundo está na Namíbia, África, e não pode ser removido.

Estruturado no *Champ de Mars*, à direita da Torre Eiffel, o espaço brasileiro era composto por três andares, galerias e um átrium. A representação do Bendegó ficou localizada em um espaço no térreo que continha vitrines com amostras de minerais provenientes de Minas Gerais, peles de animais do território nacional, madeiras e borracha. A réplica do aerólito foi descrita por um cronista como “uma espécie de minério de ferro e níquel, parecendo uma enorme tartaruga sem cabeça e com um peso de setenta quilos” (LENÔTRE,<sup>48</sup> 1889 apud BARBUY, 1996, p. 221).

Além das riquezas naturais destacadas, buscou-se a exibição de um país com uma indústria nascente e em progresso, por meio da apresentação nos demais andares de produtos manufaturados, litogravuras, livros e coleções de medalhas. Em um esforço para alinhar-se às instituições científicas européias, o Museu Nacional divulgou suas pesquisas realizadas até aquele momento e integrou um espaço no prédio denominado Casa Inca – destinado a uma retrospectiva da habitação humana – com uma exposição sobre os grupos indígenas da Amazônia (BARBUY, 1996, p. 229).

---

<sup>48</sup> LENOTRE, G. Le Pavillon du Brésil. L'Exposition du Paris, 1889, Paris, v 112, n 23, p. 178. 3/10/1889.

O Brasil buscou se posicionar dentro de um sistema sócio-político internacional e se contrapôs à visão européia de que era um fornecedor de matéria-prima de diversas formas: por meio da arquitetura, ornamentação e jardins de seu pavilhão, bem como por meio da exposição de seus produtos e dos elementos da cultura amazônica. A face científica do país foi representada com a participação de instituições como o Museu Nacional. Apesar desses esforços, algumas impressões registradas por cronistas destacaram o “estilo tropical, a monarquia selvagem, as riquezas naturais e a população com seus produtos bárbaros e mestiços” (cf. BARBUY, 1996; SCHWARCZ, 1998).

O professor de Geologia e responsável pela coleção de meteoritos do Museu de História Natural de Paris nesta época, Stanislaw Meunier, publicou um artigo<sup>49</sup> sobre essa coleção em 1893, destacando a representatividade da réplica confeccionada pela Marinha para figurar no espaço brasileiro da Exposição Universal e que esta reprodução naquele momento integrava a galeria sob sua responsabilidade. Em um outro texto de sua autoria publicado no mesmo ano, o professor ressalta que o meteorito de Bendegó tornara-se célebre pelos prodígios tecnológicos realizados em seu transporte em meio “de vastas mattas virgens da Província da Bahia – até o Museu do Rio de Janeiro, do qual constitui hoje um dos principais ornamentos” (MEUNIER, 1893, APUD CARVALHO, 1928, p. 92). Em 1937 com a inauguração do *Palais de la Découvert* em Paris a cópia do Bendegó foi transferida para essa instituição e novamente colocada em exposição na seção de Astronomia.

Atualmente no Brasil existem três réplicas em tamanho natural, expostas no Museu Geológico da Bahia, no Museu de Ciência e Tecnologia do Observatório de Antares em Feira de Santana e no Museu do Sertão em Bendegó no mesmo Estado.

No que se refere ao Museu Nacional, a partir de 1870 reflexões acerca da “cultura nacional” permearam o universo científico da época, partindo de uma elaboração de teorias européias e pensando sua aplicação local (SCHWARCZ, 1989). Nesse período, os principais espaços museológicos científicos – Museu Nacional, Museu Paulista e Museu Paraense, atualmente denominado Museu Paraense Emílio Goeldi, integraram esse processo científico local (Id.).

---

<sup>49</sup> MEUNIER, Stanislaw. **Notice Historique sur la collection de météorite du Museum d'Histoire naturelle**. 1893. APUD DERBY, 1895 p. 97.

No que tange ao Museu Nacional, a gestão de Ladislau Netto de 1874 a 1893 foi um período de implementação de diversas reformas e considerado fecundo e de grandes atividades (LACERDA, 1905). Enquanto foi diretor, três Regulamentos foram implantados – 1876, 1880 e 1890 – destinando a instituição ao estudo da História Natural do globo e em particular a do Brasil.

É no interior desse contexto que o meteorito de Bendegó é incorporado nesse museu. Quando foi levado do Arsenal de Marinha para o Museu Nacional, um Auto de Recebimento<sup>50</sup> foi redigido por Orville Derby e assinado por João Batista de Lacerda, diretor interino nessa ocasião, onde se lia

Aos vinte e sete dias do mez de novembro do ano de mil oitocentos e oitenta e oito, sexagésimo sexto da Independência e do Império no reino de S. M. o Imperador o Senhor D. Pedro II, nesta cidade do Rio de Janeiro, foi recolhido ao Museu Nacional pelas doze horas do dia o meteorito de Bendegó (...)

Nesse documento registrou-se a data da chegada do objeto ao museu, as condições de transporte, os nomes dos encarregados e dos financiadores da comissão, bem como a informação de que o transporte do Arsenal para o prédio da instituição foi realizado pela Companhia de Carris Urbanos. Tal documento pode ser relacionado à relevância do objeto para a instituição e entendido como elemento das formações discursivas acerca do Bendegó.

Juntamente com o meteorito, foram entregues o carretão, uma série de fragmentos coletados ao longo do percurso, pregos de ferro e fragmentos de madeira carbonizada do carro utilizado na primeira tentativa de remoção. Uma lista foi elaborada e todos os itens relacionados pelo chefe da comissão foram entregues à instituição. Até o término desse estudo não foram encontrados registros na instituição sobre o destino do carretão. De certa forma, a coleta desses fragmentos denota uma preocupação por parte da Comissão responsável pelo transporte com a necessidade de guarda desses elementos que representam as diferentes tentativas de transporte do objeto.

---

<sup>50</sup> Auto de Recebimento do Meteorito de Bendegó no Museu Nacional do Rio de Janeiro, assinado por João Batista de Lacerda / Diretor Interino; Orville Derby / Diretor da 3ª. Seção e Francisco José de Freitas / Sub-diretor da 3ª. Seção em 6/11/1888. ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL BR MN MN. DR.CO, AO. 4147 VIDE ANEXO

Os Jornais do Commercio e Correio da Manhã publicaram na mesma data da chegada do objeto ao museu reportagens intituladas respectivamente “Holosidero de Bendegó” e “O Bendegó, o pedaço de outro mundo que caiu na terra”. Ambas exaltam o fato de o meteorito ser o maior de seu tipo em um museu no mundo e o êxito de um transporte de tal complexidade. A figura 12, a seguir, apresenta uma reportagem do jornal Correio da Manhã de 1888 com uma notícia sobre o transporte do meteorito .



Figura 12 -Imagem da página com a notícia publicada no Jornal do Comércio em 27/11/1888  
Arquivo do Museu Nacional

Sobre o destaque científico da condução do meteorito para o Museu Nacional, é possível tomar como exemplo a Reunião Anual da *American Association for Advancement of Science*, em Indianápolis nos Estados Unidos, ocorrida em 1890. Orville Derby compareceu levando fotografias do transporte e do meteorito. No encontro ocorrido entre os dias vinte e vinte e seis de agosto votou-se uma resolução de reconhecimento pela associação dos serviços prestados à ciência “pelos eminentes cavalheiros Srs. Barão de Guahy e José Carlos Carvalho” (APUD DERBY, 1895, p. 97). Neste texto foi ressaltado o

transporte da maior massa sideral jamais collocada em qualquer museu e attendendo a um trabalho executado com tamanho sacrifício pessoal, com dedicação tão prolongada e com tamanha despeza, e quase sem precedente e, portanto especialmente louvável (...) (Id.).

Paralelamente ao destaque alcançado junto à comunidade científica internacional, faz-se necessário destacar que no local de onde partiu a Comissão em 1888, o obelisco D. Pedro II que marcou o início dos trabalhos no sertão foi demolido pela população local que, durante um período de intensa seca, associou esse “castigo do céu” à retirada do meteorito. (CARVALHO, 1995, p. 25).

Com a Proclamação da República em 1889, o Museu Nacional passa a ser sediado no Paço de São Cristóvão na Quinta da Boa Vista, após a realização de reformas para abrigar as coleções retiradas do prédio no Campo de Santana. Para efetivar a transferência das coleções, os trilhos da Companhia de Bondes de São Cristóvão foram estendidos até o museu. A mudança transcorreu em dois meses e as coleções eram depositadas nos salões do térreo do Paço.

As primeiras providências tomadas objetivaram a adaptação e organização das coleções, dos laboratórios e das exposições na nova sede. Foram construídas novas salas e galerias, derrubaram-se paredes e parte do mobiliário expositivo foi renovado, tendo cada sala recebido o nome de um naturalista nacional ou estrangeiro. Nesse processo de transferência do museu para o antigo Palácio, podemos entender que a antiga residência da Família Imperial foi ressignificada ao se tornar a nova sede dessa instituição. Após a Proclamação da República e sob um novo regulamento, a ocupação do Paço

pelo Museu Nacional, pode ser entendida como uma formação discursiva acerca da nação brasileira nesse contexto de transformações políticas no país.

A remoção do Bendegó para a nova sede foi solicitada em ofício enviado pelo Diretor Interino do Museu Nacional Domingos Freire ao Ministro de Secretário de Estado da Justiça e Negócios Interiores Fernando Lobo Leite:

Não tendo sido removido por ocasião da mudança das colleções do Museu, do antigo para o actual edifício, o meteorolitho de Bendegó, que alli ainda permanece, e convindo a sua remoção para este estabelecimento antes da reabertura do museu a visita do público, rogo-vos nos digneis a providenciar a fim de que sejam fornecidos por conta desse Ministério, os meios necessários para a sua dispendiosa remoção, visto não ter sido votada para esse fim consignaço alguma no orçamento desta Repartição para o corrente exercício, acrescendo que as diversas consignaçoens da verba-material já são insufficientes para fazer face às palpitantes e urgentíssimas necessidades deste instituto na phase de reorganizaço porque vai elle passando<sup>51</sup>

Em ofício<sup>52</sup> de dezoito de agosto de 1893, o Diretor solicita ao Ministério que sejam tomadas providências para que por sua conta seja realizada a construção do pedestal para o Bendegó utilizando-se blocos de syenito róseo<sup>53</sup> da Ilha das Cobras que haviam sido trazidos da Bahia. O modelo foi fornecido pela instituição. Somente em setembro do mesmo ano recebeu em ofício da Seção Geral de Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negócios Interiores a conta em duplicata de Silva & Campanhã, na importância de 160#000<sup>54</sup> pelo transporte do “Meteorolitho de Bendegó, a fim de que vos digneis de rubricá-la depois de convenientemente processada, devolvendo-a a esta secção<sup>55</sup>”.

<sup>51</sup> Ofício 82 remetido pelo Diretor Interino do Museu Nacional ao Ministro e Secretário de Estado da Justiça e Negócios Interiores em 15/06/1893. ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL. BR MN MN. DR.CO, RA.11/8, f.2v. VIDE ANEXO

<sup>52</sup> Ofício 114 remetido pelo Diretor Interino do Museu Nacional ao Ministro e Secretário de Estado da Justiça e Negócios Interiores em 18/08/1893. ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL. BR MN MN. DR.CO, RA.11/41, f.7 v-8. VIDE ANEXO

<sup>53</sup> Nesse Ofício de 1893 faz-se referência à utilização de syenito róseo para a confecção das bases, porém fontes posteriores citarão a utilização de mármore.

<sup>54</sup> A moeda corrente no Brasil entre 1834 e 1942 era denominada “Mil Réis” com o símbolo #.

<sup>55</sup> Ofício 358 da Diretoria da Seção Geral de Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negócios Interiores para o Diretor geral Interino do Museu Nacional em 22/09/1893. ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL. BR MN MN. DR.CO, AO. 5019 VIDE ANEXO

As despesas do transporte no prédio de São Cristóvão também foram registradas na Relação de Contas<sup>56</sup> apresentadas ao fiscal do Conselho Administrativo do Museu Nacional em cinco de outubro subsequente. Além das despesas com o carroto, foram justificadas despesas miúdas executadas pelo Tesoureiro, conta do Jornal do Commercio e com uma companhia de marcenaria e construções.

O Relatório<sup>57</sup> do Ministério da Justiça e Negócios Interiores do ano de 1893, no anexo referente ao Museu Nacional, ressaltou que o meteorito encontrava-se inteiramente desabrigado na parte externa do edifício e solicitou providências no sentido de removê-lo para um local mais apropriado, onde pudesse ser construído seu pedestal. Neste mesmo documento o diretor interino da terceira seção do museu destacou como exemplo a doação da Companhia Estrada de Ferro Minas S. Jeronymo de um bloco de carvão de (1,45 x 1,35 x 1,5) m respectivamente em altura, largura e diâmetro que naquela data encontrava-se exposto no saguão e possivelmente deve ter sido retirado para a colocação do Bendegó. Um Aviso posterior datado de vinte e sete de agosto de 1895 do mesmo ministério esclarece que em

solução aos vossos offícios n<sup>os</sup> 72 e 79 de 19 de junho e 13 de julho últimos, declaro-vos ter autorizado a despeza na importância calculada de 400\$000 a 500\$000, com a remoção de meteorito Bendegó para o saguão de edifício do Museu e sua collocação sobre um pedestal, bem assim que nesta data providencio afim de que o engenheiro deste Ministério effectue o transporte de accôrdo com a informação que prestou<sup>58</sup>

O transporte ocorreu em etapas, primeiro para as dependências da instituição e posteriormente para as bases, cujas plantas foram fornecidas pelo Museu Nacional a um engenheiro designado pelo Ministério e colocadas na entrada do museu, integrando o *hall* das exposições.

Não possuímos registros sobre o trabalho efetivo de colocação do meteorito nas suas três bases com inscrições que registram dados de seu

---

<sup>56</sup> Relação de Contas apresentada ao Conselho Administrativo do Museu Nacional em 5/10/1893. ARQUIVO MUSEU NACIONAL. BR MN MN. DR.CO, AO. 5028. VIDE ANEXO

<sup>57</sup> Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores referente ao período de 1893-1894. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1882/000798.html>. Acesso em 15/06/2009. VIDE ANEXO

<sup>58</sup> Aviso n°562 de 27/08/1895 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao Diretor do Museu Nacional. ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL. BR MN MN. DR.CO, AO. 5534. VIDE ANEXO

achado e seu transporte para o Rio de Janeiro. Em vinte e nove de março de 1900, uma carta oficial<sup>59</sup> do Secretário do Museu Nacional solicita em nome do Diretor o obséquio de mandar prender as placas de bronze do ‘Bendegó’ no lado das colunas de mármore que serviam de pedestal.

A colocação desse meteorito na entrada da antiga residência Imperial pode ser entendida como uma “formação discursiva” voltada para um “discurso” científico. Ao entrar no *hall* o visitante se deparava com um objeto oriundo do Cosmos e significado pelos pressupostos científicos. As formações discursivas descrevem os conjuntos de enunciados que compõem os discursos (FOUCAULT, 2007), nesse caso, as formações discursivas acerca do meteorito de Bendegó, nos permitem perceber as dispersões e regularidades presentes no aparecimento e nas transformações do discurso acerca da nação gerado pelo Museu Nacional.

Após todas essas reformas de adaptação do Paço para abrigar o museu, o espaço onde o Bendegó foi colocado em exposição foi registrado nas seguintes imagens entre as décadas de 1920 e 1930, apresentadas nas figuras 13 e 14.



Figura 13 -*Hall* de entrada do Museu Nacional entre 1920-1930  
Fundo Sólon. Arquivo do Museu Nacional.

---

<sup>59</sup> Carta oficial do Secretário do Museu Nacional em 29/03/1900 solicitando que as placas de bronze do meteorito de Bendegó sejam fixadas nas colunas de mármore que serviam de pedestal. ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL. BR MN MN. DR.CO, AO. 6710. VIDE ANEXO



Figura 14 - *Hall* de entrada do Museu Nacional entre 1920-1930  
Fundo Sólon. Arquivo do Museu Nacional

Essas imagens<sup>60</sup> apresentam o espaço por onde até os dias de hoje o público entra para percorrer as exposições do Museu Nacional. Nelas podemos visualizar um núcleo composto por três bases que apóiam o meteorito, as pinturas com representações da fauna e flora nas paredes e um conjunto escultórico posicionado à direita.

Com a criação do Museu Histórico Nacional em 1922, o Museu Nacional doa aproximadamente quinhentos itens de suas coleções e passa a se dedicar exclusivamente às ciências naturais e antropológicas. A partir de 1926, Edgar Roquette Pinto assume a direção da instituição estabelecendo um enfoque educacional, ampliando a filmoteca e, em 1931, planejando e estruturando sob sua chefia o Serviço de Assistência ao Ensino (SAE), entendendo o Museu Nacional como

Escola que ensina a todos, escola que não ensina tudo. Os professores do Museu não falam para algumas dezenas de ouvintes agasalhados numa sala: falam para toda gente, para os que sabem e para os que ignoram (...) acima disso, um museu em país de formação étnica não definida, onde as massas populares têm as admiráveis faculdades nativas em grande parte anuladas pela bruta ignorância em que se debatem, deve ser, antes de tudo, casa de ensino, casa de educação<sup>61</sup>.

<sup>60</sup> Estas imagens pertencem ao Fundo Solon. Pertenciam ao professor do Museu Nacional Solon Leontsinis. ARQUIVO DO MUSEU NACIONAL. Caixa 4 – figuras e fotos.

<sup>61</sup> Discurso de Roquette Pinto em comemoração ao centenário do Museu Nacional. **Arquivos do Museu Nacional** vol. 32, Rio de Janeiro, 1918, p. 24.



Figura 15 - José Carlos Carvalho e Edgard Roquette Pinto no lançamento do livro em celebração aos quarenta anos do transporte do meteorito em 1928  
Arquivo do Museu Nacional

Visando inserir a instituição nos debates acerca das questões nacionais e do ensino da história natural (LOPES, 1993), promoveu uma reforma no Regulamento interno, re-dividindo as cinco Seções que compunham o museu. A 1ª. Seção foi dividida em Mineralogia, Geologia, Estratigrafia e Paleontologia; a 2ª. Seção ficou estrutura com a Botânica e suas Divisões; a 3ª. Seção foi composta com as Divisões de Zoologia, separadas em Invertebrados e Vertebrados; a 4ª. Correspondia à Antropologia, sendo composta pelas Divisões de Antropologia Física e Etnografia e a 5ª. Seção era formada pelo Serviço de Assistência ao Ensino, sob sua direção.

No decorrer da década de 1930, a cientista Bertha Lutz representou o Museu Nacional em uma viagem aos Estados Unidos, onde percorreu exposições de diversos museus. Ao retornar, produziu um documento relatando suas visitas e apresentando sugestões para reformulações no Museu Nacional. O relatório foi entregue ao diretor Roquette Pinto e suas sugestões não foram implementadas.

Sua gestão terminou em 1937. Neste mesmo ano, foi implantado o Estado Novo no Brasil, sendo o Museu Nacional transferido para a alçada do Ministério da Educação e Saúde. Dentro deste novo Estado nacional, o museu volta a assumir um lugar de destaque. A construção de uma idéia de cultura brasileira era um problema político que enfocava a formação de uma identidade nacional baseada na idéia de uma unidade cultural. Participando deste projeto, a

instituição deu visibilidade às representações regionais por meio de objetos que expressavam a totalidade e a unidade do caráter nacional (DIAS, 2005, p. 63-65).

O Paço de São Cristóvão fez parte do primeiro grupo de monumentos tombados pelo SPHAN em 1938, durante a gestão de Heloísa Alberto Torres, confirmada como diretora por Getúlio Vargas um ano antes. Antes de assumir tal cargo, foi chefe da Seção de Antropologia e Etnologia entre 1926 e 1931, mantendo interlocuções com instituições museológicas nacionais e internacionais, visando estabelecer permutas. Foi vice-diretora entre 1935 e 1937, quando assumiu a direção permanecendo à frente do Museu Nacional até 1955.

Durante esse período o museu enfrentou desafios como o esvaziamento do quadro de pesquisadores, em especial os antigos naturalistas, causado pela proibição de acumulação de cargos públicos remunerados contida na Constituição de 1937. Boa parte dos professores optou por manter seus vínculos com suas instituições de ensino.

Essa situação gerou um maior intercâmbio com instituições internacionais e nacionais. Atendendo a um pedido de Torres, o antropólogo Franz Boas – que havia feito estágio no Brasil por dois anos - recomendou antropólogos da Universidade de Columbia para que pudessem aqui atuar como professores. Dentre eles estavam Charles Wagley e Ruth Landes. Sob a interferência da diretora, outros importantes antropólogos como Claude Lévi-Strauss, Luiz de Castro Faria, Raimundo Lopes da Cunha e Edison Carneiro trabalharam no museu.

Naquele período, esforços institucionais se voltaram para a realização de concursos e contratação de pesquisadores para as áreas naturais. A direção manteve contato com grupos de naturalistas e buscou auxiliar na tentativa de permanência do especialista em Ictiologia Goerges Sprague Myers – da Universidade de Stanford (EUA) - e de Joseph Bailey<sup>62</sup>.

Sob a gestão de Heloísa Alberto Torres, o museu passou a ocupar uma cadeira no Conselho Consultivo do SPHAN e recebeu a incumbência de definir o patrimônio etnográfico e arqueológico nacional, em oposição à proposta de

---

<sup>62</sup> Ofício de 26/5/1942. **Arquivo do Museu Nacional**

Mário de Andrade que acreditava que tal função deveria ser exercida por uma instituição específica, permanecendo o Museu Nacional com os aspectos relativos à História Natural (DIAS, 2005, p. 98). Nesse momento, as contribuições do Museu Nacional na elaboração de formações discursivas acerca da nação voltaram-se para a consolidação de um patrimônio oficial que compunha os discursos construídos no Governo Vargas.

Em 1941, foram iniciadas obras de reforma e recuperação das salas do museu, que só foram concluídas em 1950. Durante esses nove anos, as exposições foram remodeladas visando uma reformulação conceitual. Ao invés da exposição do maior número de peças possível, buscou-se formar conjuntos representativos das diversas áreas temáticas, regionais e temporais (SAFRA, 2007, p. 31).

Devido ao longo período em que se estenderam essas obras, a referida diretora enfrentou desgastes com os pesquisadores da instituição. Inicialmente planejadas para não interromper as atividades dos laboratórios e de visitação, no decorrer das reformas constatou-se a inviabilidade de execução nessas condições, levando à necessidade de solicitação ao Ministro da Educação Gustavo Capanema de autorização para o fechamento ao público da área de exposição, concedido em outubro de 1941.

Para orientar os trabalhos de reestruturação - que naquele momento compreendiam as tarefas de redesenhar o circuito de longa duração e reorganizar os mostruários - foram convidados por Torres o Diretor do Museu de Ciência de Búffalo, Charles Cummings e dois técnicos, que tiveram sua viagem para o Rio de Janeiro patrocinada pela Fundação Rockefeller e produziram um relatório com suas recomendações para uma nova organização das exposições. Dentre outras modificações, foi sugerido o deslocamento do meteorito de Bendegó para a sala de meteorítica.

A partir de 1946, o museu foi incorporado à Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) na qualidade de Instituição Nacional pretendendo a intensificação de seus trabalhos de pesquisa e atividades acadêmicas.

Após sete anos de reformas, em 1947, as primeiras exposições foram reabertas ao público. As primeiras dezesseis salas abertas correspondiam às Seções de Assistência Cultural, Arqueologia Indígena Americana, Arqueologia

Clássica e Antropologia Física. Durante a inauguração a diretora ressalta para “O JORNAL” a resolução de “aproveitar a coincidência da abertura da exposição comemorativa da semana do índio que está sendo realizada aqui este ano e (...) inaugurar as seções que já se acham em condições de ser abertas”<sup>63</sup>.

O professor Luiz de Castro Faria colaborou no planejamento das exposições e proferiu uma conferência em que destacou a diminuição de peças expostas para uma melhor compreensão e valorização dos diferentes conjuntos.

Ao final da administração de Heloísa Alberto Torres, uma boa parte do circuito de longa duração já havia sido reformulada. Dentre os espaços abertos ao público estavam três salas de Geologia, Mineralogia e Paleontologia. O novo diretor José Cândido de Mello Carvalho deu continuidade à reformulação das exposições a partir de 1956. Uma parte desse projeto foi realizada pelo artista Georges Julien Simoni por iniciativa da diretoria do IPHAN. Foram reabertos os espaços destinados à Paleontologia Brasileira, Evolução Humana e Protozoários. Em 1957, um prédio anexo foi construído para abrigar as oficinas, o laboratório de Taxidermia e parte dos setores de Ictiologia e Herpetologia. A construção recebeu o nome do professor Alípio de Miranda Ribeiro<sup>64</sup>.

As reformas expositivas continuaram e, em 1962, foram reinauguradas as salas destinadas ao acervo de Zoologia. Com as mudanças no panorama sócio-político do país nesse momento, uma reestruturação das atividades de pesquisa e ensino e uma nova política relativa à área de ciência e tecnologia, levaram a uma descentralização e especialização das atividades científicas. O papel central desempenhado pelo museu no panorama das ciências no Brasil foi reduzido.

Durante essas reformulações, o meteorito de Bendegó, que havia permanecido no espaço de entrada desde o início do século XX, foi transferido para a exposição de longa duração sobre meteoritos. Nesse espaço expositivo, eram exibidos diversos exemplares da coleção de meteorítica do Museu

---

<sup>63</sup> Entrevista concedida por Heloísa Alberto Torres para O JORNAL em 15 de Abril de 1947.

**Arquivo do Museu Nacional.**

<sup>64</sup> Naturalista brasileiro com expressiva atuação no Museu Nacional, publicou ao longo de sua carreira 146 publicações sobre vertebrados.

Nacional. Uma base de concreto estruturada com vergalhões foi erguida para que o objeto fosse assentado. Nenhuma fonte consultada faz referência a qualquer resolução acerca das bases originais com as inscrições, acerca do transporte ou esclarece os motivos para seu abandono. Os três suportes de mármore não foram guardados pela instituição, sendo posteriormente recuperados nos jardins na Quinta da Boa Vista em 2005.

Nos anos que se seguiram, a entrada do museu sofreu modificações, bem como a exposição sobre os meteoritos, que ganhou novas vitrines sobre o processo de identificação e coleta dessas peças e sua incidência de queda no território nacional; pinturas “artísticas” – remetendo à sua trajetória no espaço - foram feitas junto ao “Bendegó” e do meteorito “Santa Luzia”.

Uma cerimônia comemorativa realizada às doze horas do dia 28 de novembro de 1988 celebrou na instituição os cem anos do transporte. Em resposta à correspondência recebida da Diretora do Museu Nacional Leda Dau – que assumiu interinamente em 1980 e em 1982 foi efetivada, gerindo a instituição até 1990 - o Diretor do Observatório Nacional Jacques A. Danon manifesta desejo de participar em conjunto com o Museu Nacional do Centenário de Recebimento do aerólito “tendo em vista que o Meteorito de Bendegó é um dos mais importantes dos existentes, seja pela sua massa, seja pela sua composição<sup>65</sup>”. A figura 16, a seguir, apresenta a exposição de meteoritos no Museu Nacional na década de 70.



Figura 16 - Meteorito de Bendegó na sala de exposição sobre meteoritos na década de 1970. Fundo Sólon Leontsinis. Arquivo do Museu Nacional

---

<sup>65</sup> Correspondência oficial da direção do Observatório Nacional à Direção do Museu Nacional enviada em 16/11/1988. ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA – MUSEU DE ASTRONOMIA / MAST. JD.T.3.2.004

Para essa mesma celebração foi projetado um novo obelisco<sup>66</sup> para substituir o que foi construído para marcar o início dos trabalhos de remoção e demolido pela população local. Ele teria a mesma forma piramidal do primeiro, três degraus e corpo central de cinco metros. Suas inscrições registrariam a data da descoberta, da remoção e os nomes da Regente Princesa Izabel, do Visconde de Paranaguá, do Barão de Guahy, dos engenheiros da Comissão e de D. Pedro II. Este monumento não foi erguido, não tendo sido encontrados registros documentais sobre as razões de desistência de sua construção.

#### **4.2 O retorno para o Hall: inserções expositivas na atualidade**

(...)objetos de museus não estão nunca totalmente mudos porque nossas mentes nunca estão totalmente vazias (...) (Simon Knell, 2007)

Durante a administração de Janira Martins Costa de 1994 a 1998, visando à restauração do prédio sede, foi criado o Projeto Memória para pesquisar e organizar a história do Paço e da instituição. Em 1995, após o Seminário Franco-Brasileiro, diretrizes para a implantação de um Programa de Revitalização foram traçadas. Para a estruturação desse programa foi criado um Escritório Técnico – Científico que foi responsável pela elaboração de projetos.

Posteriormente, a Direção de Luiz Fernando Dias Duarte – 1998 a 2002 – foi marcada pela valorização das exposições temporárias e de longa duração, resultando no início de um processo de reformulação do circuito expositivo com a abertura das novas exposições.

Como a antiga exposição egípcia ocupava três pequenas salas no andar das exposições e passou a ocupar uma grande sala, uma reestruturação parcial do circuito se fez necessária, resultando, no final do ano de 2001, em dez salas recuperadas - correspondentes aos acervos de Arqueologia Brasileira, Etnologia Indígena e Estrangeira - além da exposição de Egito Antigo.

---

<sup>66</sup> Este esboço encontra-se juntamente com as correspondências sobre a celebração do centenário do transporte e não contém data. ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA – MUSEU DE ASTRONOMIA / MAST. JD.T.3.2.004

Com a publicação de dois volumes do Escritório Técnico – Científico, um referente à parte arquitetônica e um referente à parte conceitual, o Museu Nacional / UFRJ finalmente possuía diretrizes institucionais de planejamento. Dentre as principais propostas estavam a construção de prédios para o remanejamento das coleções e departamentos científicos, bem como os cursos de pós-graduação, deixando os três andares do prédio histórico completamente livres para serem ocupados por exposições de longa duração fundamentadas em dois eixos temáticos desenvolvidos em parceria com os pesquisadores do museu – “Planeta e Vida”, onde o meteorito de Bendegó estaria inserido, e “Cultura Humana” – que contemplariam todas as coleções da instituição.

Após o lançamento do projeto, mediante a inviabilidade de aporte financeiro para sua implantação total, a direção da instituição em parceria com o Setor de Museologia decidiu pela estratégia de reformulação das exposições em etapas, paralelamente à construção dos prédios anexos. Atualmente o primeiro prédio destinado ao departamento de Botânica está concluído e em fase de ocupação.

A partir desse contexto, novos projetos foram elaborados e novas exposições começaram a ser implementadas, porém algumas dificuldades permaneciam. Acerca dessas dificuldades que podem ser encontradas no decorrer desses processos encontrados nos museus científicos de uma maneira geral, Guzmán (2006) ressalta que as várias áreas que compõem um museu possuem cada qual uma especificidade e estas irão desempenhar as funções a partir das suas competências.

No interior desse processo de reformulação o aerólito retornou ao hall de entrada das exposições no ano de 2005 por resolução de uma equipe composta pelo Setor de Museologia, Setores de Meteorítica e Manutenção da instituição. Esse processo foi resultado de uma pesquisa realizada para a exposição temporária “Memória de Visitantes” que possuiu uma vitrine exclusivamente sobre a visita de Albert Einstein<sup>67</sup> e suas impressões do museu

---

<sup>67</sup> A visita de Einstein à América do Sul foi propiciada por um conjunto de instituições argentinas que financiaram sua viagem. No Brasil, o Rabino Raffalovich fez contato com a Universidade Federal do Rio de Janeiro –UFRJ, agendando sua visita a diversas instituições científicas nacionais. Em 4 de maio, substituindo o então diretor do Museu Nacional Arthur Neiva, Roquette Pinto – que posteriormente viria a ser diretor da instituição – acompanha o cientista pelo interior da instituição, a quem explicita as dificuldades do transporte do Bendegó para o Rio de Janeiro e solicita a pose para uma fotografia (TOLMASQUIN, 2003)

baseadas em seu diário<sup>68</sup>. Para compor a iconografia utilizada na mostra, foi selecionada a foto do referido físico ao lado do meteorito. A partir das reflexões oriundas das pesquisas desta exposição, foi aventada a possibilidade de retornar com o objeto para o local de “destaque” que sempre havia ocupado. A figura 17, a seguir, apresenta o registro da visita de Albert Einstein ao Museu Nacional em 1925.



Figura 17 -Imagem que registra a visita de Albert Einstein ao Museu Nacional em 1925.  
Arquivo do Museu Nacional

Este recente deslocamento do Bendegó foi realizado por uma empresa especializada. As bases originais que haviam sido retiradas da entrada e encontravam-se dispersas pela Quinta da Boa Vista, foram localizadas<sup>69</sup> e recuperadas, permitindo que o meteorito fosse posicionado o mais próximo possível de sua posição original no Museu. Ao término do trabalho, o ‘Bendegó’ estava novamente exposto no mesmo local em que foi colocado no final do século XIX. As figuras 18 e 19, a seguir, apresentam as imagens do transporte do meteorito

---

<sup>68</sup> As impressões da viagem de Albert Einstein a América do Sul estão contidas no livro de autoria de Alfredo Tolmasquin, **Einstein: o viajante da relatividade na América do Sul**. Rio de Janeiro: Veira e Lent Casa Editorial Ltda, 2003.

<sup>69</sup> O transporte foi efetuado gratuitamente pela empresa Atlantis e as bases foram identificadas pelo museólogo da instituição João Carlos Ferreira.



Imagem da retirada do meteorito de sua base em concreto em 2005  
Seção de Museologia do Museu Nacional



Imagem da colocação do meteorito em suas bases originais em 2005  
Seção de Museologia do Museu Nacional

No *hall* atual, juntamente com o meteorito, estão até o presente momento expostos um peixe fóssil da espécie *Lepidotes roxoi* Santos, 1953 (DGM 423-P Holótipo), e um quadro - óleo sobre tela - de autoria de José Boscagli retratando o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865 – 1958). Um outro quadro, colocado na lateral direita da entrada – óleo sobre tela - de autoria de Décio Vilares retrata o Chefe dos indígenas Uaupés, corpo inteiro de pé, usa cinto de penas, braçadeira, colar de dentes, colar de frutos (à bandoleira) e cocar de penas coloridas. Esta obra figurou na Exposição Antropológica de 1882. As figuras 20 e 21, a seguir, mostram a atual

configuração do hall das exposições de longa duração do Museu Nacional após a reforma de 2005.



Figura 20- Imagem atual do hall de entrada atual do Museu Nacional com o meteorito de Bendegó ao centro.. Seção de Museologia do Museu Nacional



Figura 21- Imagem atual do meteorito em suas bases originais no hall de entrada do Museu Nacional em 2008. Seção de Museologia do Museu Nacional

Novas parcerias de financiamento resultaram nas exposições de longa duração de diferentes temáticas: Evolução Humana, Arqueologia Greco-Romana, Arqueologia Pré-Colombiana, Paleontologia e Etnologia Indígena.

Em todas essas exposições a arquitetura do Paço foi considerada. Foram reabertos arcos e algumas janelas originais que haviam sido fechadas, as exposições ao serem montadas já previam essas interlocuções entre as salas e a vista da Quinta da Boa Vista remetendo ao período em que o Palácio era ocupado pela monarquia brasileira.

Decorrentes desse processo de revitalização, várias exposições foram inauguradas. A exposição intitulada “Culturas Mediterrâneas”, composta pelo acervo doado pela Imperatriz Tereza Cristina, foi estruturada visando a exibição do acervo não mais pelo tipo de material (bronzes, cerâmica, vidros), mas pela utilização na vida cotidiana Greco-Romana.

As denominadas culturas Pré-Colombianas estão apresentadas em três salas, que apresentam núcleos sobre os tipos de mumificação da América do Sul, cerâmica e metalurgia. A atual exposição de Paleontologia representou um desafio logístico, já que o conjunto composto por esqueletos de preguiças gigantes, que se encontrava no centro do espaço desde as reformulações expositivas da metade do século XX e que permanece como sala de entrada do circuito, teve que ser movimentado para uma melhor estruturação narrativa, gerando reflexões acerca desse material como elemento simbólico institucional, em especial de suas exposições.

Em novembro de 2008, foi inaugurada a nova exposição de Etnologia Indígena que busca representar os diferentes grupos indígenas. A nova exposição é estruturada a partir da coleção etnográfica da instituição, destacando máscaras rituais do grupo Tikuna que não haviam sido expostas anteriormente.

A instituição continua a implementar progressivamente o projeto de construção de quatro prédios anexos – um para cada Departamento - que ficou a cargo do arquiteto Glauco Campello. Atualmente, estão em fase de conceituação os projetos que contemplam as coleções dos Departamentos de Entomologia e Invertebrados. Para atender a demandas espaciais para exibição dessas coleções, parte do circuito será alterado, pretendendo-se uma integração com as exposições de mamíferos taxidermizados brasileiros e estrangeiros. Assim como a parte do circuito correspondente à paleontologia, esta seção também possui objetos de grandes dimensões físicas, como um elefante – que teve sua pele doada ao Museu em 1900 - e um esqueleto de baleia.

Desde 2007, o Museu Nacional possui uma exposição itinerante intitulada “Tesouros do Museu Nacional” que visa estender ao maior número de pessoas possíveis os ‘tesouros’, aqui considerados como preciosidades capazes de impressionar, desta instituição. Estes são considerados riquezas que a natureza,

por um lado, e o trabalho e o pensamento da humanidade, por outro, tornaram possíveis ou disponíveis (DUARTE, 2007). Uma das reproduções bidimensionais em tamanho natural refere-se ao Meteorito de Bendegó, revelando que, mesmo nos dias atuais, este permanece sendo um item simbólico deste museu.

Atualmente, o Museu Nacional é uma instituição pertencente aos quadros da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, sua estrutura organizacional divide-se em duas vertentes: acadêmico-científica e técnico-administrativa. Possui seis Departamentos: Antropologia, subdividido em Arqueologia, Antropologia Biológica, Antropologia Social, Etnologia e Linguística; Botânica, composto pelos Setores do Herbário, Anatomia, Biologia Reprodutiva de Angiospermas, Etnobotânica, Ficologia, Palinologia e Taxonomia; Entomologia que se subdivide em Orthoptera, Lepidóptera, Apterygota, Blattaria, Coleóptera, Diptera, Hemíptera, Hymenoptera e Insetos Aquáticos; a Geologia e Paleontologia é composta pela Meteorítica – responsável pelos estudos relativos ao Bendegó – pela Mineralogia, Petrografia, Paleobotânica, Paleopalinologia, Paleoinvertebrados, Paleovertebrados e pelo Laboratório de Geologia Costeira e Sedimentologia; o Departamento de Invertebrados e subdivide-se em Aracnologia, Carcinologia, Celenterologia, Malacologia, Porífera e Equinoderma; o Departamento de Vertebrados divide-se em Herpetologia, Ictiologia, Mastozoologia e Ornitologia.

Áreas como a Museologia, Assistência ao Ensino e Memória e Arquivo, pertencem à vertente técnico-administrativa. Definidas como Seções, sua função é dar suporte às atividades de pesquisa e ensino, de exposição e de preservação do patrimônio institucional.

Esse meteorito é uma das muitas peças do Museu Nacional que permitiriam essa abordagem. Por ser uma instituição criada em 1818, com uma trajetória importante e elemento integrante da criação da nacionalidade brasileira, acreditamos que todas as reflexões acerca de suas coleções e exposições suscitam reflexões acerca dos patrimônios brasileiros.

O acervo do Museu Nacional/UFRJ é composto atualmente de cerca de vinte milhões de peças. Tal número foi contabilizado durante o Projeto de Preservação das Coleções Científicas com apoio da Fundação Vitae, que

possibilitou a higienização, reorganização e reacondicionamento de todo o acervo coletado ao longo de seus 191 anos de existência.

Durante o século XX, as preocupações científicas foram estruturadas a partir da preocupação com a legitimação da heterogeneidade racial como riqueza cultural e, a partir de sua incorporação ao Ministério da Educação e Saúde, com o redescobrimto do povo brasileiro por meio da constituição de coleções e a construção de patrimônios que seriam reconhecidos como nacional.

O período do Estado Novo foi marcado por uma nova orientação em busca de uma identidade nacional por meio da construção de narrativas visando uma unidade nacional e a promoção da idéia de nação. As transformações político-ideológicas posteriores configuraram a instituição como espaço primordialmente de construções discursivas focadas na cientificidade.

Atualmente o Museu Nacional está inserido em um processo de revitalização de suas exposições que decorre da constatação de um desvalimento da instituição, sendo necessário um acionamento discursivo visando reforçar, por meio da história da instituição, sua contribuição na construção da idéia de nação.

## **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

(...) prefiro avançar, mesmo depressa, arriscando cair, deixando certas fraquezas - mas quem não as comete, a certa altura, mesmo entre aqueles que tomam todas as cautelas para não as cometer? - (...) prefiro a invenção acompanhada do perigo de erro à segurança rigorosa, paralela ao risco de imobilidade, tanto na filosofia como na vida, ou na vida como nas ciências (Michel Serres, 1996).

A identificação da anteriormente denominada “pedra” como um meteorito por uma Sociedade europeia de Geologia no século XIX marcou sua inserção nos “discursos” da ciência. Toda uma “formação discursiva” a partir dessa classificação culminou em seu transporte para o Museu Nacional em 1888.

Dos diversos fatores que contribuíram para a escolha desse museu podem ser ressaltados o destaque internacional que o meteorito já obtinha na comunidade científica, sendo por alguns anos o maior aerólito exposto em um museu no mundo, a representatividade da instituição como principal espaço de pesquisa científica à época, o pertencimento simultâneo de algumas das personalidades que articularam essa transferência aos quadros da instituição e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

O Museu Nacional funcionou como consultor governamental para assuntos de geologia, mineração e recursos naturais no século XIX. Possuía um laboratório de análises e suas amostras eram utilizadas como orientação para viagens. Diretores como José da Costa Azevedo, João da Silveira Caldeira, Custódio Alves Serrão, Frederico Leopoldo Cezar Burlamarqui, possuíam conhecimentos químicos, mineralógicos e geológicos. Todos dirigiram a Seção de Geologia do museu. A alocação do Bendegó no *hall* de entrada da instituição posteriormente, foi também influenciada inicialmente pela relevância da Geologia nos quadros institucionais.

Uma análise acerca do *hall* onde o meteorito permaneceu por muitas décadas faz-se pertinente. Este primeiro espaço, por onde todos os visitantes passam ao entrar no museu, representaria discursivamente a instituição, sintetizando-a. porém não se encontra inserido nas estruturas narrativas expositivas.

Em diversos museus de história natural há um objeto de grandes dimensões nos locais próximos da entrada, que de certa forma configuram “formações discursivas” acerca dessas instituições. No caso do Museu

Nacional, o Bendegó representaria a potencialidade de produção científica ao mesmo tempo baseada nos princípios universais da ciência e voltada para uma formação discursiva acerca da nação. Neste *hall* pode ser percebido o ideal de totalidade presente na formação dos acervos dessas instituições, apresentando desde elementos oriundos do cosmos até artefatos representativos da cultura.

Na formação discursiva institucional acerca da nação, é possível investigar também os ocultamentos dos significados acerca do meteorito de Bendegó que não são acionados neste processo. Em um primeiro momento podemos questionar até que ponto poderíamos considerar como patrimônio cultural o obelisco que marcava o início dos trabalhos do transporte e foi destruído alguns anos após o fim da marcha, tendo sido concebido pelos que o construíram na época, sem qualquer relação com o cotidiano local. Na verdade, o marco possuiu um sentido para aqueles que formavam a expedição e que representavam o pensamento da SGRJ e dos cientistas que valoravam este transporte. Um outro sentido construído pelo grupo local, onde aspectos negativos focados na ausência do meteorito foram agregados ao obelisco, que de certa forma já representava a ausência de meteorito do local, acabaram por culminar em sua demolição.

Os parafusos e restos do primeiro carretão, bem como o carro projetado por José Carlos Carvalho anos mais tarde, que tecnologicamente possibilitou que o aerólito fosse retirado do sertão da Bahia e levado até a estação de trem de Jacuricy e embarcado posteriormente em um navio para o Rio de Janeiro não estão expostos com o meteorito. Tal perspectiva nos remete a um ocultamento discursivo dos elementos relativos à produção tecnológica, vistos como obsoletos, em detrimento da estruturação de uma formação discursiva onde o que será destacado é o meteoro em si, a informação de cunho científico, acionada como elemento legitimador dos discursos da nação.

Buscamos nesse estudo apresentar as diferentes condicionantes que contribuem para a “formação discursiva” acionada pelo Museu Nacional no que tange ao meteorito de Bendegó. Ressaltamos inicialmente os valores que permearam seu destaque e acionaram os mecanismos relativos ao seu deslocamento para Rio de Janeiro, os quais se encontravam baseados em pressupostos científicos. Sua integração às coleções do Museu Nacional, sendo assim musealizado, fez com que o objeto passasse a pertencer aos

horizontes daquilo que viria ser denominado mais tarde patrimônio histórico nacional e, nesse caso em especial, patrimônio científico do Brasil. No momento de sua incorporação ao museu, o país buscava simultaneamente consolidar uma identidade nacional e a inserção nos denominados quadros das nações desenvolvidas. As “formações discursivas” construídas em torno desse objeto apresentaram características multidimensionais relativas às categorias “Ciência”, “Natureza” e “Nação”, sendo utilizadas como enunciados na elaboração de um discurso acerca da nação.

Ressaltamos que as “formações discursivas” são elementos relativos às regras de formação do discurso e constituídas pela definição de regularidades, permitindo explicar como os discursos aparecem e se distribuem (FOUCAULT, 2007).

Construídos nos quadros da modernidade ocidental, os museus de ciência, incluídos aqui os museus de história natural como o Museu Nacional, estruturaram-se a partir da dicotomia entre as categorias “natureza” e “cultura”. Conhecer correspondeu a uma nova forma de classificar, organizar e entender o mundo envolvente, sendo por meio de seus objetos, locais de institucionalização dos “discursos” da ciência. Nestes espaços destinados à história natural, o universalismo marcou a formação de seus acervos, baseados na crença na possibilidade de constituição de uma totalidade. As formações discursivas que se estabeleceram a partir de uma ordenação e classificação de fragmentos buscaram representar uma realidade necessariamente maior e mais complexa. Estas voltavam-se para a consolidação da idéia de nação, partindo do pressuposto de que a posse de determinadas tipologias de objetos, a realização de certas pesquisas científicas e a obtenção de certos conhecimentos conformaram enunciados que, por meio da cientificidade, visavam delimitar elementos identitários nacionais e inserir o Brasil no grupo das nações avançadas, no denominado “concerto das nações”.

O Museu Nacional, assim como os demais museus de história natural, tiveram seu perfil consolidado no século XIX e não se restringiram apenas a coletar, pesquisar, preservar e expor elementos oriundos da “natureza” e “cultura”, mas objetivaram exprimir ao mesmo tempo os valores da universalidade científica e da particularidade nacional exercendo sobre os

discursos um poder de coerção em que a única verdade seria aquela oferecida pelas instituições das quais esses museus faziam parte.

A nação - categoria portadora de heterogêneos significados e sentidos – aqui entendida como “comunidade política imaginada”, possui em seus mitos, costumes e línguas elementos iniciais que ganham força por meio da repetição e difusão, sendo importante entender de que forma esse processo de imaginação se estabeleceu e quais as instituições – nesse caso sendo possível a inclusão dos museus - envolvidas nesse processo (ANDERSON, 1989).

A concepção de nação como um espaço cujos limites estão relacionados aos contornos de um campo de comunicação, ao compartilhamento de referentes semelhantes, remete de certa forma ao papel desempenhado por essas instituições museológicas no que tange à formação do imaginário sócio-cultural, que no caso brasileiro relaciona-se a um discurso hegemônico voltado para a contenção das alteridades e fixação de identidades.

Instituições como o Museu Nacional, onde o meteorito de Bendegó se encontra, são pontos de interseção de uma complexa interrelação entre ciências ‘naturais’ e ciências ‘antropológicas’. Suas coleções e exposições são formadas por elementos da esfera cosmológica, biológica e cultural humana e de certa forma podem ser considerados locais de suporte ou substância para questionamentos acerca dos discursos: no caso deste estudo, quem classificou o meteorito? Qual seu status e qual seu direito de proferir um discurso? Por que ele foi transportado para o Museu Nacional? Quais as “formações discursivas” que envolveram esse processo e quais foram estruturadas após sua musealização? Essas questões permitem observar as dispersões nas “formações discursivas” e as diferentes posições que se pode ocupar no exercício do discurso.

Por esta razão, procuramos refletir sobre os processos de coleta e incorporação de objetos às suas coleções. Podem ser destacadas as mudanças radicais dos contextos originais desses objetos quando eles são coletados e os significados atribuídos no momento de sua “descoberta” por seus coletores que podem perdurar por sua trajetória museológica, porém, em muitos casos, são apenas o primeiro de uma série de trocas significativas que estão relacionadas às “formações discursivas” institucionais onde os objetos

são inseridos, focando-se nas suas condições de existência, por meio do que foi dito, como e por quem foi dito.

Destaca-se a formação de discursos cientificizados, não importando como os objetos foram musealizados, seu processo de incorporação e contextos de coleta. O que se ressalta é a informação de cunho científico que esses objetos representam. Não são destacados os processos de coleta, quem foram os coletores ou doadores, mas sua classificação científica. Em alguns casos, as legendas de determinadas espécies expostas nesses museus não informam quando aquele animal foi coletado ou incorporado às coleções da instituição, apenas quem classificou e o referido ano. No caso do Bendegó, os nomes dos responsáveis pelo transporte estão apenas gravados nas bases do objeto, sem nenhuma contextualização acerca do transporte.

O que se destaca então neste estudo é a prevalência de “formações discursivas” – estruturadas por unidades do discurso que não são definidas pelo objeto a que se referem, mas pelas construções do que se disse a seu respeito - cientificizadas e cientificizantes, voltadas para a elaboração de um discurso onde a ciência é construída como verdade. Buscamos perceber não as etapas terminais do discurso, mas os sistemas que tornaram possíveis as formas sistemáticas do discurso (FOUCAULT, 2007).

Não podemos deixar de ressaltar que durante algumas décadas o meteorito foi inserido em uma narrativa expositiva científica estruturada a partir do conhecimento gerado na instituição. A exposição que versa sobre meteorítica foi inaugurada após as reformas expositivas que marcaram a instituição a partir da segunda metade do século XX. Ao ser deslocado onde se encontra atualmente, o objeto saiu de seu contexto científico e foi re-inserido em um discurso relacionado com uma tradição expositiva institucional, buscando uma representação de seu papel na construção da idéia de “nação” pela via da ciência.

Por ser uma peça “natural”, extra-terrestre, sua exposição exemplificaria os processos de pesquisa de informação científica de valor universal. Assim, sua exposição estaria relacionada a significados que interligariam sua excepcionalidade, monumentalidade e nacionalidade. Sua apresentação no “hall” nos permite compreender um intenso investimento simbólico que no século XIX serviu para a construção da idéia de nação. Informações acerca de

sua origem no espaço, suas proporções, os aspectos tecnológicos que permearam seu transporte para o Rio de Janeiro, ter sido considerado durante alguns anos o maior meteorito em um museu no mundo, de certa forma encontram-se relacionadas com sua excepcionalidade, com o que distingue esse meteorito de outros aerólitos, inclusive de proporções maiores, expostos em outros museus.

A forma como foi exposto no espaço de entrada do Museu Nacional sobre bases desenhadas em estilo neoclássico e esculpidas em syenito róseo com inscrições acerca de seu transporte e sua classificação científica, nos remete à utilização de sua monumentalidade como “formação discursiva” acionada na legitimação da ciência, a partir de suas bases universais e como um dos enunciados integrantes da construção local da idéia de nação.

É possível identificar na reestruturação do *hall* ocorrida no ano de 2005, local para onde o Bendegó retornou, uma tentativa de recuperar a antiga relevância da instituição para os quadros da ciência no Brasil. Por intermédio da materialidade, compõem com o Bendegó esse espaço, um fóssil de peixe e quadros da “Exposição Antropológica de 1882”, buscando-se remeter a um momento institucional em que, influenciada pelos ideais de totalidade, a universalidade e a nação encontravam-se ali representadas.

A representatividade do Bendegó como elemento simbólico institucional também pode ser observada nas diversas imagens em que personalidades que visitaram o museu foram registradas nesse mesmo espaço de entrada, como por exemplo: Albert Einstein (fotografado em sua passagem pelo Rio de Janeiro em 1925 ao lado do meteorito), Santos Dumont e o Marechal Rondon, (fotografados na porta de entrada do museu com o *hall* ao fundo). Em 1928 uma imagem de José Carlos Carvalho e Roquette Pinto junto ao ‘Bendegó’ foi registrada em ocasião do lançamento do livro do Vice-Almirante e dos quarenta anos do transporte do aerólito para a capital do Império.

Após a inserção da instituição no Ministério da Educação durante o Estado Novo, o museu também fez parte do contexto de reformas no ensino e da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) sendo um lugar de excelência nessa construção da idéia de nação. Porém neste momento, destacava-se seu caráter de *locus* dos debates acerca dos estudos etno-raciais. As referências ao perfil antropológico delimitado nesse

momento encontram-se representadas pelos demais objetos que compõem o *hall* do museu, mas cabe destacar que o Bendegó permaneceu no centro deste espaço.

No que tange à construção de “discursos”, estes são formados a partir da estruturação e relação das “formações discursivas” que encontram nos enunciados seus núcleos básicos. Ao priorizarmos o meteorito de Bendegó do Museu Nacional / UFRJ, aqui entendido como um enunciado, este estudo buscou refletir acerca das “formações discursivas” que, interrelacionadas, contribuíram para a construção de “discursos” voltados para a consolidação da idéia de nação, entendendo a incorporação do meteorito de Bendegó às coleções desse museu e sua exposição no *hall* – síntese do sentido profundo da instituição, espaço do Cosmos, da Bio e da Cultura – como uma forma de remeter a uma particularidade da nação constituída a partir dos pressupostos universais da Modernidade Ocidental.

## **REFERÊNCIAS**

**FONTES:****Manuscritas****Arquivo do Museu Nacional/UFRJ**

Aviso nº 562 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Museu Nacional. BR.MN MN.DR.CO, AO. 5534 27/8/1895.

Auto de Recebimento do Meteorito de Bendegó. BR. MN MN. DR.CO, AO 4147. 6/11/1888.

Carta Oficial. BR.MN MN.DR.CO, AO. 6710 29/03/1900.

Ofício s/nº. BR.MN MN.DR.CO, AO 4162 12/12/1888.

Ofício 57. BR.MN MN.DR.CO, AO 3964 13/06/1887.

Ofício 81. BR.MN MN.DR.CO, AO 3980 12/08/1887.

Ofício 82. BR.MN MN.DR.CO, RA. 11/8, f2v 15/06/1893.

Ofício 114. BR.MN MN.DR.CO, RA. 11/41, f7v-8 18/8/1893.

Ofício 358. BR.MN MN.DR.CO, AO. 5019 22/09/1893.

Ofício 791. BR.MN MN.DR.CO, AO 3922 17/12/1886.

Livro de Ofícios do Museu Nacional – 1819 a 1842.

Recibo de Orville Derby ao Museu Nacional. BR.MN MN.DR.CO, AO 4686 30/12/1891.

Registro das Actas do Conselho Administrativo do Museu Nacional. 1876 a 1885.

Registro das Actas do Conselho Administrativo do Museu Nacional. 1885 a 1893.

Registro das Actas do Conselho Administrativo do Museu Nacional. 1893 a 1904.

Registro das Actas do Conselho Administrativo do Museu Nacional. 1904 a 1911.

Relação de contas para Conselho Administrativo do Museu Nacional. BR.MN MN.DR.CO, AO. 5028 05/10/1893.

## Impressas

### Arquivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins

Correspondência oficial. JD.T.3.2.004 16/11/1988.

Convite para representante da Marinha. JD.T.3.2.004 23/11/1988.

**Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, tomo I, 1885. Coleção IHGB.

CARVALHO, José Carlos de. **Meteorito de Bendegó: histórico do meteorito de Bendegó, tentativas feitas para sua remoção do sertão da província da Bahia para o Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 1928.

### Center for Research Libraries

Relatório do Ministério da Agricultura de 1888. p.46-47. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1974/000049.html>  
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1974/000050.html> acesso em 15/06/2009.

Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores de 1888. A-R-14. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1882/000798.html>. Acesso: 29/03/2009.

DERBY, Orville A. Estudo sobre o Meteorito de Bendegó. In: **Archivos do Museu Nacional**, v.9. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1895.

MARTIUS, Karl F. P. von, SPIX, J. B. von. **Viagem ao Brasil 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

**Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, tomo I, n.1,1885.

**Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, tomo II, n.2, 1886.

### Bibliografia:

ALBERTI, Samuel J.M.M. **Objects and the museum**. *IS/S*, v. 96, p. 559-571, Chicago: Chicago University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. Constructing nature behind glasses. **Museum and Society**. v.6, Londres. 2008. Disponível em: <http://www.le.ac.uk/ms/m&s/Issue%2017/alberti.pdf>  
Acesso em: 4/04/2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANNIS, Sheldon. Le musée, scène de l'action symbolique. **Museum International**, (Edition Française), v. 38. n 151, p. 168-171. Paris: UNESCO, 1986.

BARBUY, Heloisa. **A Exposição Universal de 1889: visão e representação da sociedade industrial**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1995.

\_\_\_\_\_. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na museografia da Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista**. v4. p 211-61. .

BELLAIGUE, Mathilde.; MENU, M. Object-document? Ou: le Voir et le Savoir. In: **SYMPOSIUM OBJECT-DOCUMENT**. v. 23, p. 143-145. Beijing: ICOFOM Studies Series, 1994.

BENNET, Tony. **The birth of the museum: history and theory**. London: Routledge, 1995.

BITTENCOURT, José Neves. **Território largo e profundo: Os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial 1808 - 1889**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Projeto Paranapenema: uma amostra para a formulação de modelos de musealização. In: **Cadernos de Sociomuseologia** n. 17, 1999. Editora Universitária Lusófonas, 2006. Disponível em: <http://www.cadernosdesociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/arquivo.htm> Acesso em: 15/07/2009.

\_\_\_\_\_. Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. In: **Cadernos de Sociomuseologia** n. 25. Editora Universitária Lusófonas, 2006. Disponível em: <http://cadernosdesociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/arquivo.htm> Acesso em: 15/07/2009.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad**. México: Grijalbo, 1993.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883 – 1909). **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, v. 3, n 1, p. 80 – 96, Rio de Janeiro: SBHC, 2005. Disponível em: <http://www.mast.br/arquivos/sbhc/27.pdf> . Acesso em: 15/10/2009.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de Geografia: espaço como projeto político** In: XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: ANPUH, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/.../luciene%20p%20carris%20cardoso.pdf>  
Acesso em: 15/10/2009.

CARVALHO, Wilton Pinto de. **Os Meteoritos e a História do Bendegó**. Salvador: W. P. de Carvalho, 1995.

CASTRO FARIA, Luiz. **Antropologia. Escritos Exumados 1. Espaço circunscrito, tempos soltos**. Niterói: Ed UFF, 1998.

CAPEL, Horacio. Institucionalización de la Geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos. **Geo-Crítica**, n. 8-9, Barcelona: 1977.

CHAUÍ, MARILENA. Natureza, Cultura e Patrimônio ambiental. In: DUARTE, Ana Lúcia (coord) **Meio Ambiente: Patrimônio Cultural da USP**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Comissão e Patrimônio Cultural, 2009.

CORDEIRO, Edmundo. Foucault e a existência do discurso. **Cadernos do Noroeste**, v. 8(1). Universidade do Minho. Baga, Portugal. Disponível: <http://ww.cchs.ics.uminho.pt>. Acesso em: 07/10/2009.

CORRIGAN, Philip; SAYER, Derek. **The great arch: English state formation as culture revolution**. England: Basil Blackwell, 1985.

DELICADO, Ana. **A Musealização da Ciência em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2009.

DELANNOI, Gil. Teoría de la Nación y sus ambivalências. In: **Teorías del Nacionalismo**, Barcelona: Ediciones Paidós. p. 9-17, 1993.

DIAS, Carla da Costa. **De Sertaneja a Folclórica, a trajetória das coleções regionais do Museu Nacional – 1920/1950**. Tese (doutorado) Estudo de Imagens e das Representações Culturais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

DOMINGUES, Heloísa Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. In: **Revista de História**, n. 135, São Paulo: USP, 1996. Disponível em: <http://www.flch.usp.br/publicacoes/historia/rh.htm> Acesso em: 15/03/2009.

DRIVER, Felix. **Geography Militant. Cultures of Exploration and Empire**. Oxford (UK) / Malden, Mass. (USA): Blackwell, 2001.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. La nature nationale: entre l'universalité de la science et la particularité symbolique des nations. **Civilisations**, vol. LII - n° 2, Bruxelas (Museums, Collections, Interpretations - Rethinking the construction of meanings and identities), 2003.

\_\_\_\_\_. **Tesouros do Museu Nacional**. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2007. 1 folder.

FAÉ, Rogério. Genealogia em Foucault. **Psicologia em Estudo**, v. 9, Maringá, 2004. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-edmundo-foucault.html>. Acesso em: 07/10/2009.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas**. 8 ed. Tradução Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 30 ed. Tradução Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2005.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

GIL, F. B. Museus de ciência: preparação do futuro, memória do passado. **Revista da Cultura Científica**, n 3, p. 72-89. Fund. Calouste Gulbekian, 1988. Disponível em: <http://zircon.dcsa.fct.uhl.pt/dspace/bitstream/123456789/124/1/3-5.pdf>. Acesso em: 15/03/2009.

GOODMANN, David. Fear of circuses: founding the national museum of Victoria. In: BOSWEL e EVANS (orgs). **Representing the Nation: A reader**. Londres: Routledge, 2002.

GOLINSKI, Jan. **Making Natural Knowledge: Constructivism and the History of Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

GRANGEIRO, Cláudia Rejane Pinheiro. **A propósito do conceito de formação discursiva em Michel Foucault e Michel Pêcheux**. Disponível em: [www.discursos.ufrgs.br/sead2/doc/clauidiagrangeiro.pdf](http://www.discursos.ufrgs.br/sead2/doc/clauidiagrangeiro.pdf). Acesso em 07/10/2009.

GRASSKAMP, Walter. Reviewing the museu mor: the complexity of things. **Nordisk Museology**, v.1, p. 65-74, 1994. Disponível em: <http://www.umu.se/nordic.museology>. Acesso em: 06 nov. 2003.

GUARNIERI, W. R. C. Conceito de Cultura e sua inter-relação com o Patrimônio Cultural e Preservação. **Cadernos Museológicos**. IBPC, n 3. Rio de Janeiro: 1990.

GUIMARÃES, Manuel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, v. I, n. 1, Rio de Janeiro: CPDOC, 1988.

HARAWAY, D. J. **Primate Visions: Gender, Race and Nature in the World of Modern Science**, London: Routledge, 1989.

\_\_\_\_\_. The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate/ d Others. In: GROSSBERG, L., NELSON, C. and TREICHLER, P. A. (orgs) **Cultural Studies**, p. 295–337, New York: Routledge, 1992.

\_\_\_\_\_. **The Companion Species Manifesto: Dogs, People and Significant Otherness**, Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWN, Eric. **Nation and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality**. Cambridge: Cambridge University Press: 1990.

INGOLD, Tim. **The perception of the Environment**. London: Routledge, 2000.

KEITH, Thomas. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

KNELL, S. J. Museums, Reality and the Material World. In: **Museums in the Material World**, p.1–28, London: Routledge, 2007.

LEOPOLD, J. H. Collecting instruments in Protestant Europe before 1800. **Journal of the History of Collections**. Oxford: n. 7, p. 151-157. 1995.

LOPES, Maria Margareth. **As Ciências Naturais e os Museus no Brasil do século XIX**. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**, v. 21, n 44, p 55-76. São Paulo: ANPUH, 2001.

\_\_\_\_\_; MURRIELLO, Sandra Elena. El movimiento de los Museos em Latinoamérica a Fines del siglo XIX: El caso del museo de La Plata. **ASCLEPIO**, v. LVII, n 2. 2005.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Entre “natureza morta” e cultura viva: os museus de história natural. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, v. 5 n. 2 Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_; SOUZA, D. M. V.; SAMPAIO, A. C. **Museus de História Natural e Construção da Nação**. In: ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DOS

PESQUISADORES EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2007. Salvador. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba/artigosDMP.pdf> . Acesso em 24/03/2009

LOUREIRO, Maria Lucia Niemeyer Matheus. Fragmentos, modelos, imagens: processos de musealização nos domínios da ciência. **Datagramazero – Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2007. Disponível em [http://www.dgz.org.br/abr07/F\\_1\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/abr07/F_1_art.htm). Acesso em: 20 de abril de 2008.

\_\_\_\_\_.; FURTADO, J. L; SILVA, S. D. **Dos livros às coisas: museus, coleções e representação do conhecimento científico**. In: ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2007. Salvador. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba/artigosDMP--111.pdf> Acesso em: 15/01/2008

\_\_\_\_\_.; LOUREIRO, J.M.M.; SILVA, S. D. **Apontamentos sobre objetos técnicos como documentos**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2009. João Pessoa. Disponível em: <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/handle/123456789/454> Acesso em: 10/12/2009.

LOURENÇO, Marta C. O Patrimônio da Ciência: importância para pesquisa. **Museologia e Patrimônio**, v.II, n 1, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>. Acesso em: 15/01/2010.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: a trajetória da Arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Patrimônio entre o público e o privado. In: **O Direito da Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. p. 184-194. São Paulo: EDUSP, 1992.

\_\_\_\_\_. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo: Edusp, 1993.

\_\_\_\_\_. Comentário XII: visões, visualizações e usos do passado. **Anais do Museu Paulista**. v.15, n.2, São Paulo: Edusp, 2007

MESQUITA, Diana Pereira Coelho de. Breves Incursões sobre o influxo de Michel Foucault na episteme da análise do discurso. **Interdisciplinar** v.6, 2008. Disponível em: [www.posgrap.ufs.br/periodicos/...6/INTER6](http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/...6/INTER6) Pg 57 71 Acesso em 07/10/2009.

NUNES, Marcomede Rangel. **Meteorito Bendegó**. Artigo publicado na Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes. Domingo, 02/04/1995.

POMIAN, K. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi / Memória-História** 1. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1984.

\_\_\_\_\_. **Collectionners, amateurs et curieux**, Paris: Gallimard, 1987.

PEARCE, Susan. **Museums, objects and collections**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993.

PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. **O Brasil no Discurso da Antropologia Nacional**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

PEREIRA, Nunes Sérgio. De “ciência auxiliar” a saber autônomo: dois momentos da geografia brasileira no século XIX. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 24, n 1-2. Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2004.

PRIMO, Judith. A Importância Social dos Objetos: os processos de patrimonialização e musealização como legitimadores da memória social. **Geoturismo & Desenvolvimento Local**. Portugal: MINOM, 2008.

PYENSON, Lewis; SHEETS-PYENSON, Susan. **Servents of Nature: a history of scientific institutions, enterprises and sensibilities**. New York: W.W. Norton & Company, 2000.

RENAUT, Alain. Lógicas de la nación. In: **Teorias del Nacionalismo**. P. 37-62. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Os museus, a memória e os novos meios de comunicação. In: **INFORMARE – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 4, n 2, p. 6-16. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ CNPq/IBICT, 998.

SHANKS, M; TILLEY, C. Presenting the past: towards a redemptive aesthetic for the museum archeology. In: **Reconstructing theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. **Os museus de história natural e a construção do indigenismo**. Comunicação n 13. Rio de Janeiro: Museu Nacional, PPGAS, 1989.

SCHWARCZ, Lilia. **Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros**. São Paulo: IDESP, 1989.

\_\_\_\_\_. **As barbas do Imperador: D.Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SHEETS-PYENSON, Susan. **Cathedrals of Science: the development of Colonial Natural History Museums during the Late Nineteenth Century**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1988.

SMITH, Charles Saumarez. Museums, artifacts and meaning. In: **The new Museology**. Londres: Editora Vergo, 1989.

TAGUIEFF, Pierre-André. El nacionalismo de los 'nacionalistas': un problema para la história de lãs ideas políticas en Francia. In: **Teorias del Nacionalismo**. p. 63-182. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

VANDRENSSEN, Daniel Salésio. **O discurso como instrumento de saber-poder na filosofia de Michel Foucault**. Disponível em: [http://aufklarungsofia.files.wordpress.com/2009/.../discurso\\_foucault.pdf](http://aufklarungsofia.files.wordpress.com/2009/.../discurso_foucault.pdf) Acesso em: 07/10/2009.

VAN PRAËT, Michel; FROMONT, Cécile. Élements pour une histoire des musées d' histoire naturelle en France. In: **Musée et recherché – actes du colloque**, Paris: OCIM, 1995 p. 55-70.

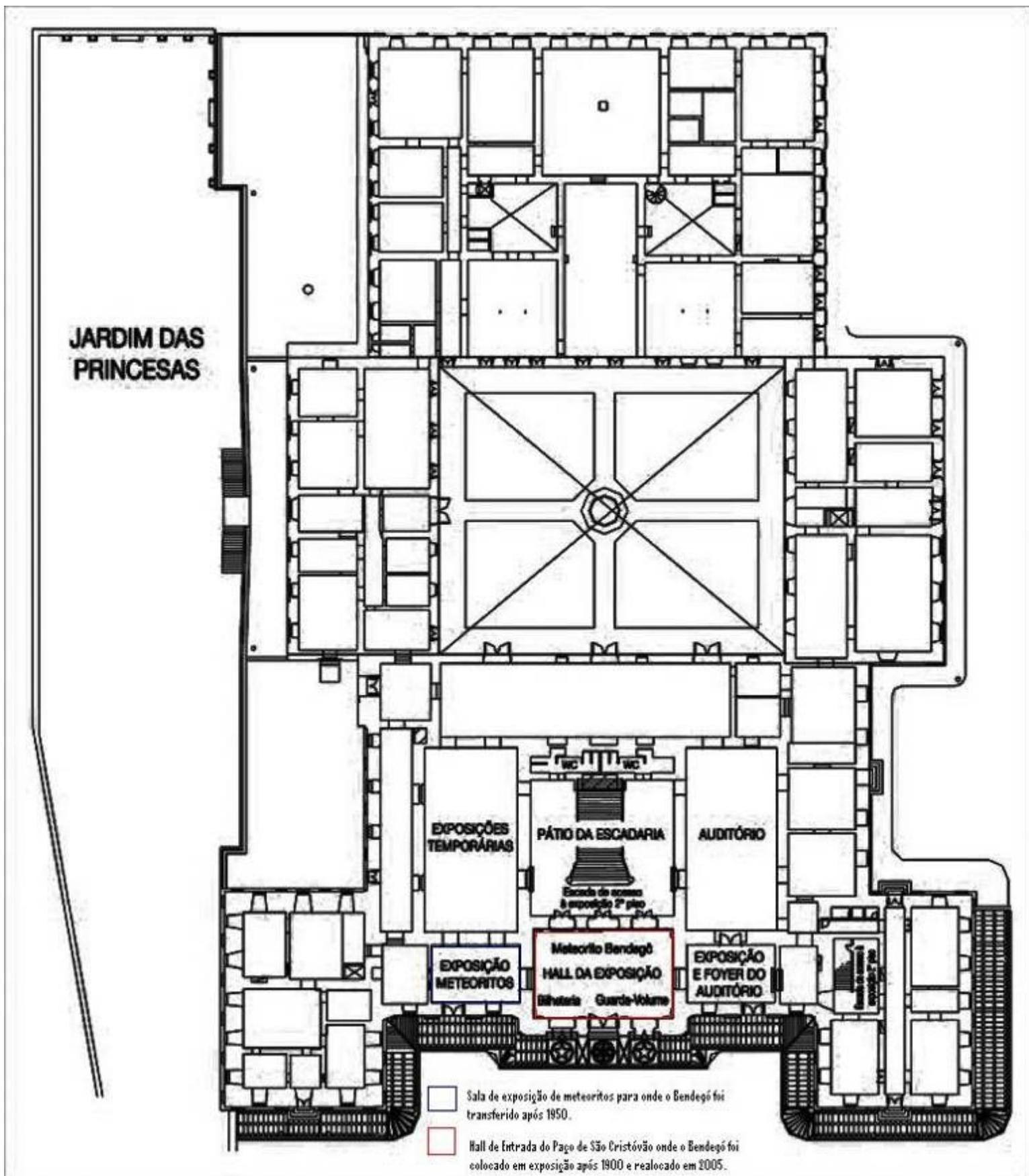
VIDAL, Nei. Breve Notícia Sobre Os Meteoritos Brasileiros. **Revista do Museu Nacional**. Ano I, n 3. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1945.

VAINFAS, Ronaldo (Direção). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 1v. Brasília: EdUnb. 1991.

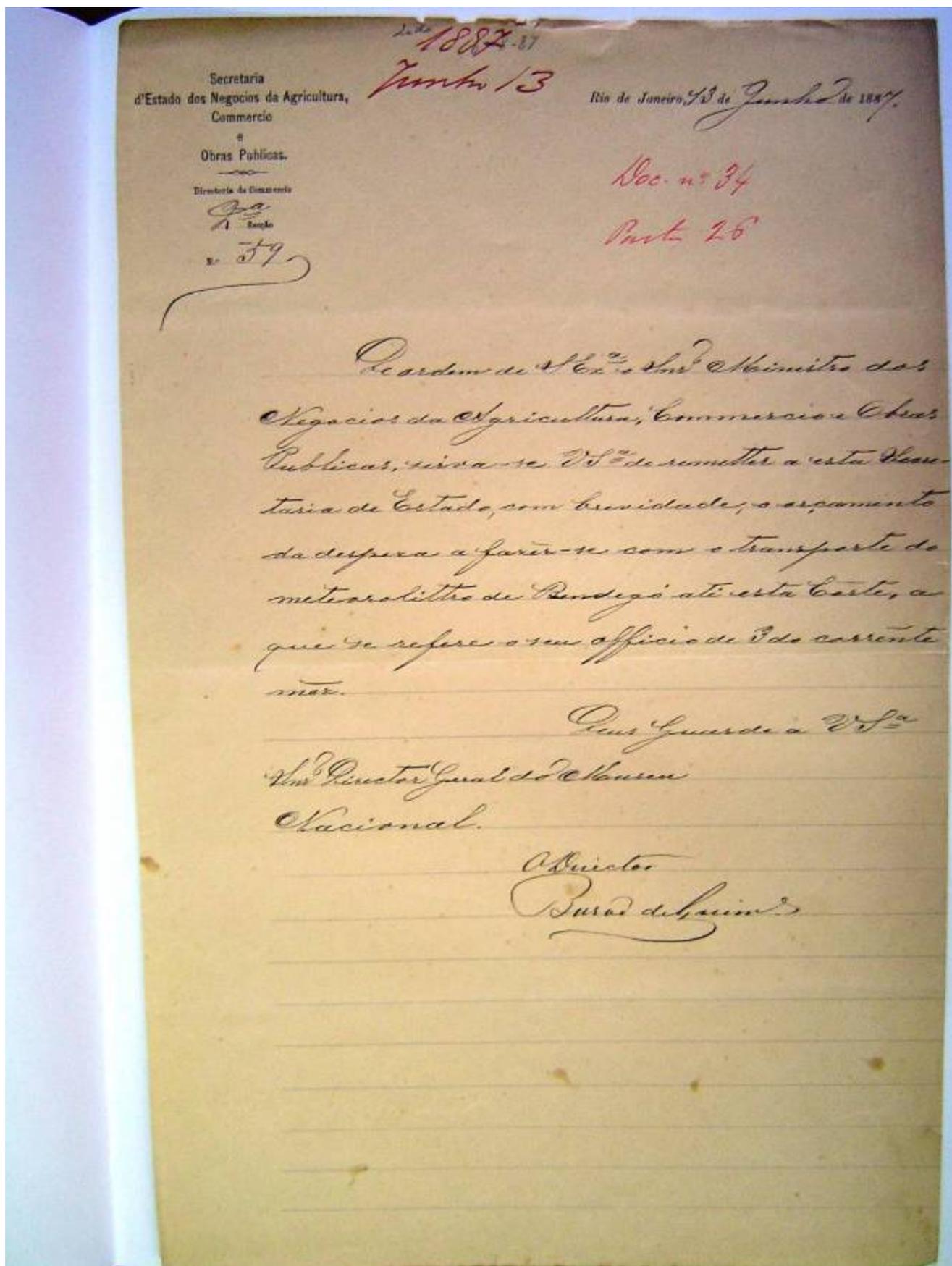
WORSTER, Donald. **Nature's economy: a history of ecological ideas**. Cambridge: Cambridge Univesity Press, 1998.

## **ANEXOS**



Planta atual do primeiro pavimento do Museu Nacional com a identificação do *hall* de entrada onde o Meteorito de Bendegó foi exposto a partir de 1900, após a adaptação do Paço para museu, até 1950. Permaneceu na sala de exposição de meteoritos até 2005 quando foi realocado novamente no *hall*.





Oficio 57 de 13/06/1887 da Secretaria d'Estado dos Negócio da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o Diretor Geral do Museu Nacional

1887  
 Agosto 12  
 Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1887

Secretaria  
 d'Estado dos Negocios da Agricultura,  
 Commercio  
 e  
 Obras Publicas.  
 Diretoria de Documentação  
 31

Doc. n.º 50  
 Parte 26

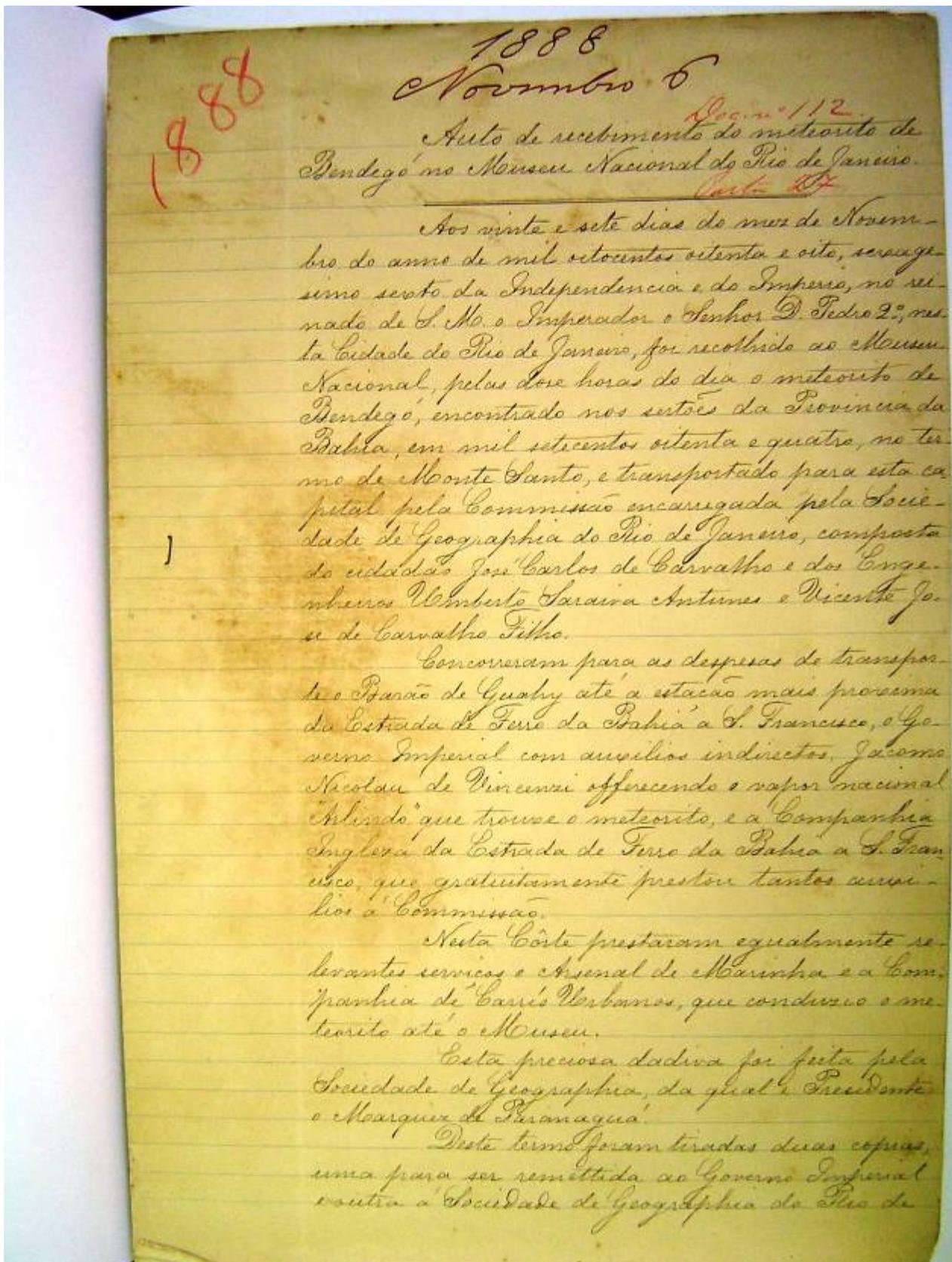
De ordem de V. Ex.<sup>cia</sup> e Sr.<sup>o</sup> Ministro das  
 Legações da Agricultura, Commercio e Obras  
 Publicas, communico a V. S.<sup>za</sup> em solucao ao  
 seu officio de 3 de Junho ultimo, que foram  
 expedidas as ordens necessarias a fim de  
 que o Commandador Jaci Carlos de Carvalho  
 e os Engenheiros Vicente Jaci de Carvalho  
 Filho e Humberto Saboia, e estes  
 sigam em commissão para a Provincia  
 da Bahia no vapor de 20 de corrente, no  
 intuito de fazer transportar para esta  
 Corte o meteorolito de Bendego, desti-  
 nado ao Museu Nacional.

Deus Guarde a V. S.<sup>za</sup>

Sr.<sup>o</sup> Director Geral do  
 Museu Nacional.

O Director  
 Barão de Baimão

Ofício 81 de 12/08/1887 da Secretaria d'Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas para o Diretor geral do Museu Nacional



Auto de Recebimento do Meteorito de Bendegó no Museu Nacional do Rio de Janeiro, assinado por José Batista de Lacerda / Diretor Interino; Orville Derby / Diretor da 3ª. Seção e Francisco José de Freitas / Sub-diretor da 3ª. Seção em 6/11/1888

Janeiro

por J. B. de Lacerda, Director Interino do Museu  
Orville A. Derby, Director da 3.<sup>a</sup> Seção  
Francisco José de Freitas, Sub-Director da 3.<sup>a</sup> Seção

Auto de Recebimento do Meteorito de Bendegó no Museu Nacional do Rio de Janeiro, assinado por José Batista de Lacerda / Diretor Interino; Orville Derby / Diretor da 3.<sup>a</sup> Seção e Francisco José de Freitas / Sub-diretor da 3.<sup>a</sup> Seção em 6/11/1888

DECRETOS			OBJECTO
NUMERO	DIA	MEZ	
10.094	24	Novembro . . .	Concede permissão a Manoel Antonio da Silva Reis, para explorar chumbo e outros mineraes no municipio de Abaceté, provincia de Minas Geraes.
10.095	"	" .. ..	Idem a Manoel Antonio da Silva Reis, para explorar ouro e outros mineraes no municipio de Doras de Indayá, provincia de Minas Geraes.
10.096	"	" .. ..	Idem a Manoel Antonio da Silva Reis, para explorar enxofre e outros mineraes e turfa nos terrenos devolutos do municipio de Araxá, da provincia de Minas Geraes.
10.104	1	Dezembro.. ..	Prorroga o prazo concedido á Baroneza de Villa Maria por Decreto n. 9780 de 25 de novembro de 1882, para lavar mineraes na provincia de Mato Grosso.
10.105	"	" .. ..	Prorroga o prazo concedido a Francisco de Assis Paula Assumpção, como cessionario de Henrique Riffard, em virtude do Decreto n. 9784 de 19 de fevereiro de 1887, para explorar carvão de pedra e petroleo no municipio de Tatuhy, provincia de S. Paulo.
10.110	10	" .. ..	Prorroga prazo concedido á Associação Brasileira de Mineração, por Decreto n. 9807 de 10 de novembro de 1887, para a medição e demarcação de datas mineraes na provincia de Minas Geraes.
10.115	15	" .. ..	Concede permissão a Antonio Bento Dins de Mello, para explorar carvão de pedra e outros mineraes no municipio de Cametá, provincia do Pará.
10.117	"	" .. ..	Idem ao engenheiro Amaro José da Silveira, para explorar ferro no municipio de Ouro Preto, provincia de Minas Geraes.
10.126	"	" .. ..	Prorroga o prazo concedido a Raymond Newton por Decreto n. 9837 de 19 de dezembro de 1885, para explorar mineraes na provincia de Minas Geraes.
10.128	22	" .. ..	Concede permissão a Carlos Henrique Williams, para explorar ouro, platina, ferro e cobre no municipio de Santa Barbara, provincia de Minas Geraes.
10.134	"	" .. ..	Idem a Augusto de Almeida Torres, para transferir a concessão que lhe foi feita por Decreto n. 9839 de 7 de março de 1883, relativa á lavra de ouro na provincia de Mato Grosso, a Marcos Rosenwald.
10.141	29	" .. ..	Permite á companhia — <i>The Barcellos Gold Minas Company Limited</i> — dividir as datas mineraes de sua concessão, na provincia do Rio Grande do Sul.

## MUSEU NACIONAL

Concluidas as reparações de que carecia o edificio, e realizados diversos trabalhos de coordenação das collecções, reabriram-se á frequencia publica os salões do Museu Nacional. As collecções tem sido augmentadas, e a de zoologia e anatomia comparada foram dispostas em condições melhores, havendo sido reorganizada e classificada grande parte da dos peixes. Do Museu de Berlim foram recebidos, por meio de permuta, fósseis, conchas, passaros e fragmentos de meteoritos estrangeiros de diferentes typos.

Foi tambem ali recebido e depositado o notavel holosidero do Bendegó, laboriosamente transportado do leito do riacho daquella denominação onde jazia na provincia da Bahia desde 1785, tendo-se effectuado o transporte a expensas do Sr. Barão de Guahy, ao travéz de longo percurso accidentado, e havendo exigido summos es-

forças da parte da commissão que, dirigida pelo engenheiro José Carlos de Carvalho, prestou á sciencia este bom serviço. Com o peso de 5.360 kilogrammas, é o holosidero do Bendegó o maior de quantos existem em museus e outros estabelecimentos. Toda a imprensa scientifica do mundo tem dado a este facto a importancia que realmente merece, tanto mais que a estrutura interior da colossal massa de ferro meteorico apresenta particularidades dignas de nota e de estudo.

Afim de continuar em quadra apropriada as escavações iniciadas na ilha de Marajó, e das quaes tem recolhido o Museu Nacional preciosos artefactos ceramicos que testemunham civilisação, relativamente adiantada, do antigo povo que ali estanciou, foi commissionedo o naturalista viajante Gustavo Rumbelsperger que já de si dera boa cópia em identica missão. A alta valia scientifica destas reliquias da historia precolombiana induziu-me a vedar que, assim naquella ilha como em Obidos, Santarém e outras localidades do valle do Amazonas, possam exploradores dessoterrar artefactos de qualquer natureza sem que para este fim tenham recebido permissão especial.

Ao director geral, conselheiro Ladislau Netto, foi permitido, ao dirigir-se para a Europa com licença, levar alguns de taes artefactos e outros de diversa natureza com o fim de os apresentar ao Congresso dos Americanistas, a cuja reunião, em Berlim, desejava assistir. Os referidos objectos serão exhibidos na secção brasileira da Exposição Universal de Paris, tendo-se providenciado, mediante proposta do conselho director, para que sejam coloridas naquella cidade as estampas que formam o Album Ethnographico do Museu Nacional e nas quaes estão nitidamente representados os mais curiosos artefactos que desta especialidade possui o estabelecimento.

Na ausencia do conselheiro Ladislau Netto tem sido dirigido o Museu Nacional pelo Dr. João Baptista de Lacerda. Foram renovados os contractos com que servem, na qualidade de director da 3ª secção, o professor Orville A. Derby, e, na de sub-director, o Dr. Emilio Göldi, tendo sido nomeados naturalistas viajantes Frederico Müller, Herman von Ihering, Gustavo Rumbelsperger, Guilherme Shwake e Carlos Schreiner.

## IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA

O ultimo relatorio manifestou o meu modo de ver quanto aos estabelecimentos a cargo do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, e tal juizo está de perfeito accordo com a exposiçáo que achareis entre os annexos e na qual o zeloso presidente inferino da directoria daquella associação, Dr. Pedro Dias Gordilho Paes Leme, dá conta do estado dos mesmos estabelecimentos, trabalhos realizados no correr do anno, culturas iniciadas, etc.

possivel, pessoa habilitada adim de p...  
 de uma das salas da Sessão da Academia, e qual apre...  
 senta uma enorme. Ainda em sentido literal, amiasan...  
 de desabar, com duas vistas para as colleccões alli exp...  
 tas. — Do Sr. Dr. Henrique José Abreu da Fonseca,  
 Encarregado das Obras do Ministério da Justiça e Neg...  
 ócios Interiores. — Sr. Domingos Furtado, Director Geral  
 interno.

N. 89

Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1893. — Sr. Ministro — Não ten...  
 do sido remanido por occasião da mudança das colleccões...  
 do Museu, do antigo para a actual edificação, o meteorol...  
 o de Bondage, que alli ainda permanece, e convido a...  
 sua remoção para este estabelecimento antes da recobertu...  
 ra do Museu a vista do publico, rogo vos vos digneis pro...  
 videnciar a fim de que sejam fornecidos, por conta do M...  
 Ministério os meios necessarios para esta dispendiosa re...  
 moção, visto não ter sido votada para esse fim assignação  
 alguma no orçamento desta Repartição para o corrente exer...  
 cicio, occorrendo que as despesas assignações da verba  
 — Material — já são insufficientes para fazer face ás pal...  
 pitantes e urgentissimas necessidades d'este instituto, na pha...  
 se de reorganização por que vai elle passando. — Saude e  
 Gratidão. — Do Sr. Dr. Fernando Lobo Leite Pereira,  
 Ministro e Secretario de Estado da Justiça e Negocios Inte...  
 riores. — Sr. Domingos Furtado, Director Geral interno

N. 83

Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 19 de Junho de 1893. — Sr. Ministro — Remetto vos o...  
 atestado de frequência e a Poça dos vencimentos dos em...  
 pregados do Museu, relativos ao mes de Maio ultimo, na im...  
 portancia de cinco centos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e trinta...  
 e cinco reis (5:800,435). — Saude e Gratidão. — Do  
 Sr. Dr. Fernando Lobo Leite Pereira, Ministro e Secreta...  
 rio de Estado da Justiça e Negocios Interiores. — Sr. Do...  
 mingos Furtado, Director Geral interno.

N. 84

Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 21 de Junho de 1893. — Em satisfação ao pedido que...  
 foi feito nome direccão a esta Bibliotheca e Cidadão Di...  
 Botelho da Costa sob vossa digna direcção...  
 to vos ponho a Bibliotheca da...

RECEBIDA = Digitalizar

Ofício 82 remetido pelo Diretor Interino do Museu Nacional ao Ministro e Secretário de Estado da Justiça e Negócios Interiores em 15/06/1893

« Era de esperar que, installada a secção no actual edificio, além dos rotulos explicativos de cada amostra exposta, fosse realisavel a confecção e publicação de seu catalogo, que não só guiasse, mas ainda facilitasse ao publico o conhecimento das colleccões ; porém, devido aos moveis em que se acham expostas, ao local em que foram aquelles installados, e portanto á organização puramente provisoria da secção, não foi isto possivel, não obstante a existencia do catalogo actual, que mais propriamente se destina a guiar os trabalhos da secção e cuja organização continúa com toda regularidade, tendo merecido os meus especiaes cuidados.

« Achando-se inteiramente desabrigado na parte externa do edificio o importante meteorito Bendegó, peço-vos providencias no sentido de sua remoção para logar mais apropriado e onde possa ser construido o pedestal que tem de lhe servir de base, o cujo material, vindo especialmente da Bahia para tal fim, acha-se depositado na ilha das Cobras.

« Para construcção do referido pedestal já forneci ao engenheiro do Ministerio do Interior a planta com os competentes detalhes.

« Como referi acima, até o mez de julho dediquei-me á reorganização das colleccões e dahi em diante ao augmento dellas com a classificação do material colhido pela commissão Hartt e de algumas amostras de mineraes e rochas enviados dos Estados que se achavam no antigo edificio em que funcionou o Museu. Para o augmento e riqueza das colleccões da 3ª secção julgo opportuno dirigir por vosso intermedio um appello ás varias commissões technicas que percorrem o vasto territorio da União afim de que sejam colhidas e enviadas a este Museu amostras de rochas, mineraes e fosseis, que por ventura fossem encontrando, tomando como guia as instrucções que organizei e que se acham com as das outras secções reunidas em folhetos.

« A tal respeito seria digno de imitação e exemplo que deu a Companhia Estrada de Ferro Minas de S. Jeronymo offertando ao Museu um bloco de carvão extrahido de suas minas e cubando  $1,45 \times 1,35 \times 1,05$  e que actualmente se acha exposto no saguão do edificio.

« Capital Federal, 23 de janeiro de 1894. — *Hildebrando Teixeira Mendes*, director interino da 3ª secção».

#### 4ª secção

« Cidadão director do Museu Nacional.

« Nomeado para dirigir interinamente a 4ª secção do Museu Nacional quasi ao findar-se o anno de 1892, tive ensejo, em curto relatorio que então apresentei, de descrever o estado de confusão em que se achavam

na de 226,400, pela consignação destinada a — aequi-  
sição de vitórias, almanacs e outros manuscritos e instrumentos para  
os laboratorios — dos mesmos Firmiano Fontes & Co, uma na  
importancia de 20,000 e outra na de 143,400, pela consi-  
gnação destinada a — despesas mudas e aequificação de pro-  
ductos naturaes —; de Manoel Fernandes Bictor, na impor-  
tancia de 523,260 e de Amaral & Narciso, na de 539,400,  
pela consignação destinada a — conservação e limpeza do edifi-  
cio —; e do Gazeta de Noticias, na importancia de 85,800,  
pela consignação destinada a — impressão, lithographia e bio-  
grafia dos manuscritos, etc. — perfazendo o total de um conto  
novecentos e trinta e oito mil e duzentos e sessenta reis (1.938,260).  
Saude e Paternidade. — Ao Sr. G. Fernando Lobo  
Leite Pereira, Ministro e Secretario de Estado da Justiça  
e Negocios Interiores. — D. Domingos Freire, Director  
Geral interino.

N. 113

Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 19 de  
Agosto de 1893. — Sr. Ministro. — Há existindo no Museu  
Nacional commodos apropriados para a conveniente instal-  
lação dos gabinetes, laboratorios e depositos das diversas sec-  
ções, com quasi risco para a conservação do respectivo mate-  
rial e prejuizo da marcha regular dos trabalhos da reparti-  
ção, fizeo nos urgentes providencias no sentido de serem effec-  
tuadas as obras necessarias para a adaptacão do edificio  
aos fins para que foi destinado, unico meio de remover os  
obstaculos inconvenientes. Pego nos outrosim providenci-  
eis a fim de que sejam entregues ao Museu os commodos  
adjacentes a antiga corintha do palacio, para n'elles ser in-  
stallado o laboratorio da secção de zoologia, commodos  
que pertencem ao Museu e que até agora se acham occu-  
pados pela superintendencia da Quinta da Boa Vista pro-  
videncia esta que já reclamiei do Ministerio da Fazenda  
em officio n.º 103, de 19 do mez Junho, e que até agora  
não foi attendido. — Saude e Paternidade. — Ao Sr.  
D. Fernando Lobo Leite Pereira, Ministro e Secretario  
de Estado da Justiça e Negocios Interiores. — D. Do-  
mingos Freire, Director Geral interino.

Sede providencias para  
de um edificio cujos  
adaptacão do edificio a  
sua fins, bem como  
entregues ao Museu  
dos adjacentes ao edificio.

N. 114

Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 18 de  
Agosto de 1893. — Sr. Ministro. — Existindo na i-  
lha das cobras blocos de syenito rosco, trazidos da Ba-  
hia expressamente para servir de pedestal ao meteorito

Sede providencias para  
de sua conservacão, para  
ta de Amalicio o pedestal  
do "Bendego".

Ofício 114 para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores solicitando a confecção das bases do Meteorito de Bendegó com o syenito róseo trazido da Bahia para tal finalidade.

rito "Bendegó," peço vos providências a fim de que, por conta d'um Aceministio, se não dupor o Museu de subsa para tal fim, seja realisada a construcção do mesmo pedestal, de accordo com o plano que será fornecido por esta repartição. — Saude e Fraternidade. — Ao Sm. D. Fernando Lobo Leite Pereira, Aceministio e Secretario de Estado da Justica e Negocios Interiores. — D. Domingos Freire, Director Geral interino.

N. 115

Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 22 de Agosto de 1893. — Agradeço vos a offerta que vos dignastes fazer ao Museu Nacional, da pelle e esqueleto do Elephante do Jardim Botânico, que constitue um valioso specimen da fauna exotica. O Museu recebe sempre com viva satisfação tudo quanto pode contribuir para augmentar as suas colleções, e ainda muito pobres, e que mais numerosas poderiam ser se o vosso laudavel exemplo fosse imitado pelas massas compatriotas. — Saude e Fraternidade. — Ao Sm. Barão de Drummond. — D. Domingos Freire, Director Geral interino.

Agradeço a offerta de um esqueleto de um phante.

N. 116

Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 22 de Agosto de 1893. — Em resposta á vossa communição de 18 do corrente, e sempre me agradecei vos a valiosa offerta que a este estabelecimento acaba de fazer a Companhia sob vossa digna direcção, de um enorme bloco de carvão nacional extrahido das minas da mesma Companhia, lembrando vos de que já providenciei no sentido de ser effectuado por conta d'este estabelecimento, o transporte de alludido bloco de carvão. — Saude e Fraternidade. — Ao Sm. Director da Companhia C. de F. e Minas de S. Jeronymo. — D. Domingos Freire, Director Geral interino.

Agradeço a offerta de um enorme bloco de carvão nacional.

N. 117

Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1.º de Setembro de 1893. — Remetto vos o attestado de frequencia relativo aos vencimentos dos empregados do Museu Nacional, correspondentes ao mez de Agosto hontem findo. — Saude e Fraternidade. — Ao Sm. Director Geral da Contabilidade do Thesouro Nacional. — O Director Geral interino, D. Domingos Freire.

Permite o attestado de frequencia de empregados do Museu.

Directoria da Seção Geral  
DE  
CONTABILIDADE

N.º 3158

1893  
Setembro 22  
Secretaria da Justiça e Negócios Interiores.

Capital Federal, 22 de Setembro de 1893.

Doc. n.º 169

Parte 32

Em additamento ao officio da  
Directoria Geral de Instrução, de 18 de  
julho ultimo, transmitto-vos, de or-  
dem do Sr. Ministro, a inclusa con-  
ta em duplicata de Silva & Campa-  
nha, na importância de \$ 100,000  
pelo transporte do meteorolito de  
Bendegó, a fim de que vos digneis de  
rubricar e depois do convenientemen-  
te processada; devolvendo-a a esta  
Seção Geral de Contabilidade  
Certo e Fraternalmente

Ao Sr. Director Geral interno  
do Museu Nacional.

Director

José Carlos de Souza Bredini

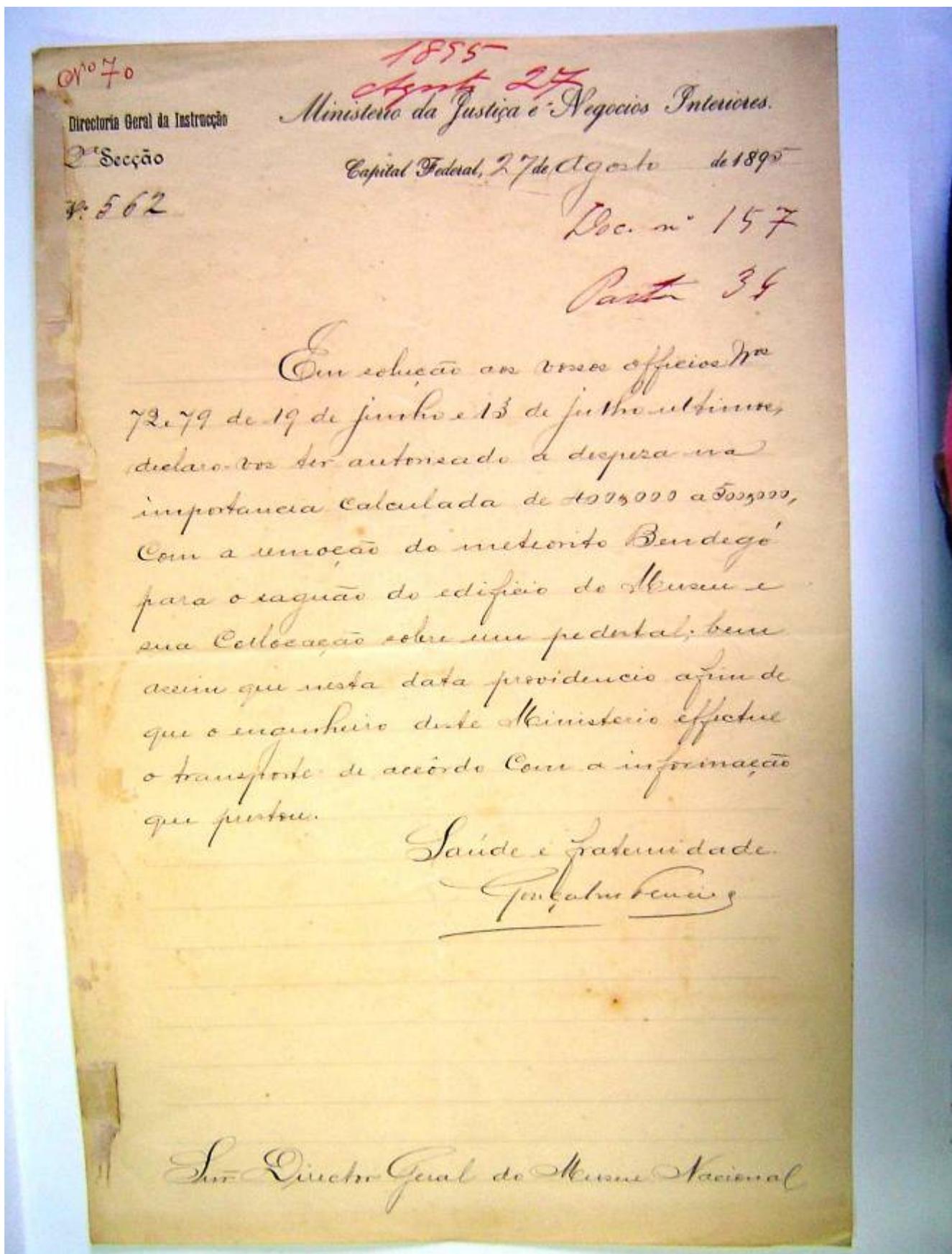
1893  
Outubro 5

Relação das contas apresentadas ao Sm. D. Fiscal do Conselho Administrativo do Museu Nacional pelo Agente Tesoureiro interino do mesmo Museu, em 5 de Outubro de 1893. Doc. n.º 178

Contas 32

C	Conta do 4.º Tomo do Commercio, de 31 de Agosto	76,500
C	Conta do 4.º Tomo do Commercio, de 31 de Agosto	1.048,800
C	Idem da Comp. de Marcenaria e Construção, de 24 de Setembro	2.400,000
C	Idem de J.º Capit. Feu.ª Morria, de 30 de Setembro	132,000
C	Procedimentos de despesas miúdas feitas pelo Agente Tesoureiro interino durante o mez de Setembro na importância total de	36,600
	Museu Nacional, em 5 de Outubro de 1893	
C	Agente Tesoureiro interino Manoel Soares de Carvalho Pinto	
C	Salvo a conta Carret. do Bendegó	160,000
	Dr. Neves de Moraes	3.853,900

Relação de contas apresentada pelo Agente Tesoureiro do Museu Nacional ao fiscal do Conselho Administrativo em 05/10/1893 que inclui o gasto com o carro do Bendegó.



Aviso n.º562 de 27/08/1895 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao Diretor do Museu Nacional

1502  
 29 298  
 Copia  
 nº 5  
 Marcodite  
 Doc. nº 54  
 39  
 Sr. J. Pereira  
 Cumprimos tuas - por tua  
 no vasto conhecimento que  
 que o Sr. J. Pereira pediu  
 o alseguio de mandar fazer  
 dez a placas de bronze do  
 meteorito de Bendegó no lado  
 das colunas de mármore  
 que seve de fe do top  
 do mes  
 Assignado  
 Pereira  
 V. Dec. 18 A

Carta do Secretário do Museu Nacional solicitando a confecção e colocação de placas de bronze com inscrições nas bases do Meteorito de Bendegó.

MUSEU NACIONAL R. VIII

A

GRACIANO AUGUSTO FERNANDES

RIO DE JANEIRO, 19 DE JUNHO DE 1950 Visto  
A. A. A.

10 armários de madeira pintados.....	16.800,00
6 caixilhos de madeira e/ vidros.....	3.000,00
1 balcão com estrado.....	1.200,00
1 armação de madeira para o diorama.....	3.000,00
Acréscimo no diorama de crustáceos.....	2.500,00
2 bases de concreto para meteorito.....	3.000,00
Coleção de 5 vidros de 5 mm; inclusive calhas e corre- diços em armários da sala de etnografia sertaneja.....	3.500,00
	33.000,00

IMPORTA A PRESENTE CONTA EM CR\$ 33.000,00 (TRINTA E TRÊS MIL CRUZEIROS)

Certifico que o serviço especificado...  
nesta conta foi integralmente prestado...  
Em 19 de Junho de 1950

*Graciano Augusto Fernandes*  
Nat. J. P.

di de D. Heloísa Alberto Tôrres, natura  
se "N" do Ministério da Educação e Sau  
ercício no Museu Nacional, a importân-  
encionada na importância de trinta e  
ruzeiros (Cr\$ 33.000,00).

**PAGUE-SE**  
*A. A. A.*  
Diretor

*Rio de Janeiro, 19 de junho de 1950*  
*Graciano Augusto Fernandes*

Recibo de 19/06/1950 constando, dentre outros serviços, a confecção de duas bases de concreto para meteoritos.